



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Elisabete Sofia Almeida Martins

Um Retrato a Duas Cores

Diagnóstico Municipal na Perspetiva da Igualdade de Género da Figueira da Foz

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, apresentado à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra

Orientadora: Professora Doutora Virgínia Ferreira

Coimbra, 2014

ÍNDICE

Índice de Quadros	v
Índice de Figuras e Gráficos	ix
Agradecimentos	x
Resumo	xiii
<i>Abstract</i>	xiv
Lista de Acrónimos	xv
1. INTRODUÇÃO	1
2. IGUALDADE DE GÉNERO: CONCEITOS, POLÍTICAS E FILOSOFIAS.....	3
2.1. Principais Conceitos	3
2.2. Contexto Nacional e Internacional	8
2.3. Principais Filosofias.....	12
2.4. O Papel dos Municípios na Conceção e Implementação das Políticas.....	14
3. DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO.....	17
3.1. Breve Caraterização da Entidade Acolhedora.....	17
3.2. Projeto Caminhos de Igualdade	19
3.3. Estágio.....	21
4. METODOLOGIA.....	23
5. DIAGNÓSTICO NA PERSPETIVA DA IGUALDADE DE GÉNERO: A REALIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ	27
5.1. População e Famílias	27
5.1.1. População.....	27
5.1.2. Famílias	32
5.2. Escolaridade	35
5.3. Trabalho e Emprego.....	38
5.3.1. População Empregada	38
5.3.2. População Desempregada	43
5.3.3. População Inativa	45
5.4. Conciliação Vida Familiar/Vida Profissional	46
5.4.1. Respostas Sociais	46
5.4.2. Maternidade e Paternidade	48
5.5. Mobilidade	50

5.5.1. Acessibilidades e Transportes	50
5.5.2. Migrações.....	51
5.6. Proteção Social	52
5.7. Habitação Social	55
5.8. Saúde.....	56
5.8.1. Acesso a Cuidados de Saúde Primários	57
5.8.2. Incapacidade e Deficiência.....	59
5.8.3. Toxicodependência.....	59
5.9. Desporto e Cultura	60
5.9.1. Cultura.....	61
5.10. Cidadania.....	63
5.10.1. Participação Política.....	63
5.10.2. Participação Cívica	65
5.10.3. Coletividades e Associações	66
5.11. Criminalidade e Violência.....	67
5.11.1. Criminalidade.....	67
5.11.2. Violência	68
6. CONCLUSÃO	75
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
8. ANEXOS	1
Anexo 1 – Quadros Estatísticos.....	1
Anexo 2 – Caraterização dos/as Entrevistados/as.....	17
Anexo 3 – Guiões das Entrevistas	18

Índice de Quadros

Quadro 1: Ações de formação do Projeto Caminhos de Igualdade, segundo o sexo dos formandos/as.....	19
Quadro 2: Densidade populacional do concelho da Figueira da Foz, por freguesia, em 2011.....	28
Quadro 3: População residente no concelho da Figueira da Foz, segundo o grupo etário e o sexo, e a sua evolução entre 2001 e 2011.....	29
Quadro 4: Índice de envelhecimento, índice de dependência de idosos, jovens e total, e índice de longevidade no concelho da Figueira da Foz, por freguesia, em 2011.....	31
Quadro 5: Taxa de analfabetismo da população residente no concelho da Figueira da Foz, por freguesia e por sexo, em 2011.....	35
Quadro 6: Alunos/as do concelho da Figueira da Foz, segundo a modalidade de ensino e o sexo, no ano letivo 2013/2014	36
Quadro 7: Alunos/as do concelho da Figueira da Foz que frequentam cursos profissionais, segundo o curso e o sexo, no ano letivo 2013/2014	37
Quadro 8: População residente empregada no concelho da Figueira da Foz, segundo a situação perante a profissão e o sexo, em 2011	39
Quadro 9: População residente economicamente ativa (sentido restrito) no concelho da Figueira da Foz, segundo a taxa de atividade e o sexo, por freguesia, em 2011	40
Quadro 10: Trabalhadores por conta de outrem por regime de duração de trabalho e por sexo, em 2011	41
Quadro 11: Salários dos/as trabalhadores/as por conta de outrem no concelho da Figueira da Foz, por remuneração base mensal e ganho médio mensal, segundo o sexo, em 2009 e 2012	42
Quadro 12: Desemprego registado no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, em abril de 2009 e abril de 2014	43
Quadro 13: Taxa de inatividade no concelho da Figueira da Foz, por sexo, em 2001 e 2011	45
Quadro 14: Equipamentos Sociais na área da Infância e Juventude no concelho da Figueira da Foz, segundo a rede, em 2013	46

Quadro 15: Equipamentos Sociais na área dos Idosos no concelho da Figueira da Foz, segundo a rede, em 2013	47
Quadro 16: Dias de ausência por maternidade, paternidade e adoção no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo e por freguesia, em 2011	48
Quadro 17: População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, segundo o sexo, em 2011	51
Quadro 18: População residente no concelho da Figueira da Foz, por migrações, em 2001 e 2011	52
Quadro 19: Titulares de prestação RSI do concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo e a freguesia, em 2014	53
Quadro 20: Beneficiários de RSI, Subsídio de desemprego, Subsídio social de desemprego e subsídio por doença, no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, em 2011	54
Quadro 21: Pensionistas ativos no concelho da Figueira da Foz, segundo o regime e o sexo, em 2011	54
Quadro 22: Titulares de processos de procura de habitação no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo e a freguesia, em 2014	55
Quadro 23: Utentes inscritos por unidade assistencial no concelho da Figueira da Foz, em 2012	57
Quadro 24: População residente no concelho da Figueira da Foz, que acompanhou as crianças às consultas de saúde infantil, na UCSP Figueira da Foz Urbana e na USF Buarcos, segundo o grau de parentesco, durante uma semana (10 a 14 de março), em 2014.....	58
Quadro 25: Alunos/as com NEE no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, no ano letivo 2013/2014	59
Quadro 26: Atletas federados das candidaturas ao PADD, no concelho da Figueira da Foz, por modalidade desportiva, segundo o sexo, em 2014	60
Quadro 27: População que frequenta aulas de dança no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, em maio de 2014.....	61
Quadro 28: Eleitos/as para a Câmara Municipal da Figueira da Foz, segundo o cargo e o sexo, nos mandatos de 2009 a 2013 e de 2013 a 2017	63

Quadro 29: Deputados/as Municipais eleitos/as por sufrágio direto para a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, segundo o sexo e o partido político, nos mandatos de 2009 a 2013 e de 2013 a 2017.....	63
Quadro 30: Deputados/as Municipais eleitos/as por inerência, na qualidade de Presidentes de Junta, para a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, segundo o sexo e o partido político, nos mandatos de 2009 a 2013 e de 2013 a 2017	64
Quadro 31: Crimes registados pela GNR no concelho da Figueira da Foz, segundo o tipo de crimes e o sexo dos suspeitos e das vítimas, em 2013	67
Quadro 32: Vítimas de violência doméstica acompanhadas pela RIAVVD, com residência na Figueira da Foz, por freguesia de proveniência, segundo o sexo, de 2004 a 2013	70
Quadro 33: Caraterização processual da RIAVVD, em 2013	71
Quadro 34: Vítimas acompanhadas pela RIAVVD, por grupo etário, segundo o sexo, em 2013	71
Quadro 35: Vítimas acompanhadas pela RIAVVD, por tipo de violência, segundo o sexo, em 2013	72
Quadro 36: Vítimas acompanhadas pela RIAVVD, por grau de parentesco com o/a agressor/a, segundo o sexo, em 2013.....	72
Quadro 37: População residente no concelho da Figueira da Foz, segundo o grupo etário e o sexo, em 2011	1
Quadro 38: População residente no concelho da Figueira da Foz, segundo o grupo etário e o sexo, por freguesia, em 2011.....	2
Quadro 39: População estrangeira com estatuto legal de residente, por algumas nacionalidades, em 2011	3
Quadro 40: Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos, no concelho da Figueira da Foz, segundo o número de residentes, em 2011	4
Quadro 41: Famílias clássicas segundo a existência de núcleos, no concelho da Figueira da Foz, por freguesia, em 2011	5
Quadro 42: Núcleos familiares monoparentais segundo o nível de escolaridade atingido do pai ou mãe, por tipo de núcleo e por freguesia, em 2011	6

Quadro 43: População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado, segundo o sexo, por freguesia, em 2011	8
Quadro 44: População residente empregada no concelho da Figueira da Foz, segundo a situação perante a profissão e o sexo, por freguesia, em 2011	9
Quadro 45: População residente economicamente ativa (sentido restrito) e empregada no concelho da Figueira da Foz, segundo o ramo de atividade e o sexo, por freguesia, em 2011	10
Quadro 46: População residente e desempregada (sentido restrito) no concelho da Figueira da Foz, segundo as taxas de desemprego, procura do 1.º emprego e procura de novo emprego, por freguesia e sexo, em 2011	11
Quadro 47: Utentes do Gabinete de Inserção Profissional segundo as habilitações e a condição de procura de emprego, por sexo e grupo etário, em 2013	12
Quadro 48: População inativa por condição perante o trabalho e por sexo, em 2001 e 2011	13
Quadro 49: Utentes inscritos no concelho da Figueira da Foz, por unidade assistencial, grupo etário e sexo, em fevereiro de 2014	14
Quadro 50: População residente com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido, em 2011	15
Quadro 51: População toxicodependente acompanhada pela Equipa de Tratamento da Figueira da Foz, por freguesia, segundo o grupo etário e o sexo, em 2013	16

Índice de Figuras e Gráficos

Figura 1: Organograma do Município da Figueira da Foz	18
Gráfico 1: Trabalhadores/as por cargo/carreira, segundo o sexo, em 2012	17
Gráfico 2: Pirâmide Etária do Concelho da Figueira da Foz, 2011	30
Gráfico 3: Agregados familiares do concelho da Figueira da Foz, segundo o tipo de família, em 2007	33
Gráfico 4: Agregados familiares do concelho da Figueira da Foz, segundo o tipo de família, em 2013	33
Gráfico 5: Núcleos familiares monoparentais no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, em 2011	34
Gráfico 6: Titulares de processos de procura de habitação de etnia cigana, segundo o sexo, em 2014	56
Gráfico 7: Utilizadores da Biblioteca Municipal, por posto de atendimento, segundo o sexo, entre 28-02-2014 e 15-03-2014	62
Gráfico 8: Número de Orgãos Sociais e Associados/Direção, segundo o sexo, em 2014 ...	66
Gráfico 9: Crimes de violência doméstica registados pela PSP no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo dos suspeitos, em 2013	68
Gráfico 10: Crimes de violência doméstica registados pela PSP no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo das vítimas, em 2013	68
Gráfico 11: Crimes de violência doméstica registados pela GNR no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo dos suspeitos, em 2013	69
Gráfico 12: Crimes de violência doméstica registados pela GNR no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo das vítimas, em 2013	69
Gráfico 13: Processos instaurados pela CPCJ-Figueira da Foz, por idade das crianças e jovens abrangidos/as, em 2013	73

Agradecimentos

Quero expressar a minha gratidão à Professora Doutora Virgínia Ferreira, na qualidade de minha orientadora, pelo apoio no desenvolvimento deste relatório e pelos conhecimentos transmitidos no decorrer da elaboração do mesmo.

Agradeço à minha supervisora de estágio, Dra. Lucinda Jordão, pela dedicação, simpatia, entusiasmo e motivação com que me presenteou.

Também quero agradecer à equipa da Divisão de Educação e Assuntos Sociais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em especial à Dra. Fátima Teixeira e à Dra. Sandra Lopes, pela forma acolhedora com que fui recebida e pela atenção e disponibilidade que mostraram desde o primeiro momento.

Reconheço o apoio da família, ao longo de todo o mestrado, tornando possível conciliar as responsabilidades familiares com as responsabilidades académicas.

Um especial obrigado ao Francisco. A ele devo a frequência deste mestrado.

Dedico este trabalho à memória do meu pai e ao Rafael.

Resumo

Este relatório resulta de um estágio curricular realizado na Câmara Municipal da Figueira da Foz no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O trabalho tem como questão de partida a identificação das desigualdades de género manifestadas nos domínios familiar, social, económico e cultural no Concelho da Figueira da Foz, com o objetivo de elaborar o Diagnóstico Municipal na Perspetiva da Igualdade de Género, no âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação.

O ponto de partida para a pesquisa assentou no envolvimento dos *stakeholders* na recolha de dados quantitativos e qualitativos, para uma lógica de partilha e de participação num objetivo comum. No tratamento dos dados qualitativos, obtidos através das técnicas da entrevista e do *focus group*, foi aplicada a análise categorial temática. O diagnóstico cursa onze temas, numa tentativa de retratar as principais áreas de intervenção, segundo a perspetiva de igualdade de género. Conclui-se que a assimetria entre homens e mulheres, nas diferentes áreas do Município, está ainda muito presente e enraizada, sendo de destacar a dimensão da conciliação vida familiar e vida profissional, uma vez que é transversal a todo o diagnóstico.

Palavras-chave: desigualdade de género, perspetiva de género, assimetrias de género, poder local, diagnóstico, *stakeholders*

Abstract

This document is the resulting report written after the conclusion of an internship in the Town Hall of Figueira da Foz. The internship was held as part of a Master Degree in Sociology at the University of Coimbra, School of Economics. The main goal of this work was to identify gender inequalities in the aforementioned Portuguese municipality. For that, we target different domains, including households, social, economic and cultural spheres. The report was used to assemble a Municipal Assessment under a Gender Equality Perspective. This assessment is required by the 5th National Plan for Gender Equality, Citizenship and Non-Discrimination.

The starting point for the research has been grounded in the idea of involving all the stakeholders in the process of qualitative and quantitative data collection. The aim was to promote a common goal by means of creating the share of interests and participation. The qualitative data was obtained using semi-directed in-person interviews and focus groups. The resulting data was categorized using thematic analysis. The assessment report included eleven topics, in an attempt to offer a portrait of the main areas of intervention under the perspective of gender equality. As a main conclusion for this report, we consider that an asymmetric relation between men and women persists. This asymmetry may be rooted in several elements throughout the city of Figueira da Foz. In our opinion, the most prominent reason for this is given by the difficulties to achieve a correct equilibrium in work-life balance. This is a key-factor that is possible to read across this report.

Keywords: gender inequalities, gender perspective, gender unevenness, local level politics, assessment, stakeholders

Lista de Acrónimos

ACES-BM – Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego
CEE – Comunidade Económica Europeia
CEF – Curso de Educação e Formação
CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade
CLAS – Conselho Local de Ação social
CLI – Conselheiro Local para a Igualdade
CMFF – Câmara Municipal da Figueira da Foz
CSF – Comissões Sociais de Freguesia
CVP – Cruz Vermelha Portuguesa
DEAS – Divisão de Educação e Assuntos Sociais
FMCI – Fórum Municipal para a Cidadania e Igualdade
GIP – Gabinete de Inserção Profissional
GNR – Guarda Nacional Republicana
HDFE – Hospital Distrital da Figueira da Foz
INE – Instituto Nacional de Estatística
NEE – Necessidades Educativas Especiais
PADD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo
POPH – Programa Operacional Potencial Humano
PSP – Polícia de Segurança Pública
RIAVVD – Rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica
RSI – Rendimento Social de Inserção
STM – Serviço de Transporte Municipal
UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
USF – Unidade de Saúde Familiar

1. INTRODUÇÃO

*O que é ser homem ou mulher é uma definição social,
pois a fisiologia é sempre mediada pela cultura.*

Bryan Turner

Em setembro de 1995 realizou-se, em Pequim, a IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, em que a comunidade internacional apontou orientações políticas para o progresso da situação das mulheres e para a construção do que hoje se chama Igualdade de Género. Os debates e as polémicas de que o conceito “género” foi alvo, continuaram no tempo, e ainda hoje estão longe de estarem encerrados. Este conceito tem vindo a ser aplicado com significados diversos. Frequentemente aplicado às mulheres, traduzindo uma necessidade de olhar sobre a sua situação de discriminação; incluindo, por vezes, as crianças, numa formulação de “mulheres e crianças”; como equivalente do conceito “sexo”, designadamente referindo-se a dados estatísticos; ou ainda, traduzindo um olhar abrangente sobre homens e mulheres na sociedade, com o que isso implica de realidades históricas e culturais, de funções e papéis sociais e de visões de masculino e feminino (Silva, 2013).

As desigualdades e as discriminações com base no sexo estão presentes nos mais variados domínios da vida dos homens e das mulheres, afetando todos e todas. Dada a sua proximidade com a realidade local das populações, a administração pública local desempenha, assim, um papel fundamental na disseminação transversal da perspetiva de género a todas as áreas e domínios da intervenção pública e política ao nível local.

Este relatório aborda a questão da desigualdade de género a nível local, mais concretamente, no concelho da Figueira da Foz, e tenta dar resposta à questão: *Quais as desigualdades de género que se manifestam nos domínios da vida familiar, social, económica e cultural no município da Figueira da Foz?*

A pertinência deste trabalho passa por diagnosticar a situação de partida do concelho segundo as dimensões da igualdade, promovendo para o efeito a participação dos *stakeholders*, com o intuito de chegar, posteriormente, à elaboração do Plano

Municipal para a Igualdade de Género. No decurso da sua elaboração, foram surgindo alguns constrangimentos que condicionaram alguns dos objetivos propostos e que passaram pela ausência de dados desagregados por sexo para a análise de alguns temas, pela limitação de tempo entre o término do estágio e a redação do relatório e pela limitação de páginas a que este trabalho está condicionado, pois a informação obtida permitiria uma análise mais profunda e detalhada.

Relativamente à forma como este relatório está organizado, apresenta-se um esboço da sua estrutura:

No primeiro capítulo, apresenta-se um enquadramento teórico da problemática da igualdade, onde se expõe os principais conceitos e filosofias, como a igualdade tem vindo a ser olhada no contexto nacional e internacional e a importância do papel dos municípios na conceção e implementação das políticas.

O capítulo dois faz um breve enquadramento da Câmara Municipal da Figueira da Foz e do Projeto Caminhos de Igualdade, bem como uma descrição das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio.

O terceiro capítulo debruça-se sobre a metodologia, onde são mencionadas as técnicas que foram utilizadas para a recolha de dados quantitativos e qualitativos, assim como o tipo de análise qualitativa selecionada para obtenção de resultados.

A apresentação dos resultados é exposta no capítulo cinco e percorre onze temas, tendo em conta a perspetiva da igualdade de género: População e Famílias; Escolaridade; Trabalho e Emprego; Conciliação da Vida Profissional e Familiar; Mobilidade; Proteção Social; Habitação Social; Saúde; Desporto e cultura; Participação Política; Criminalidade e Violência.

Por último, nas conclusões, estão espelhadas as reflexões que foram feitas durante a elaboração do diagnóstico, desde os constrangimentos que surgiram na recolha de dados desagregados por sexo até à apresentação de propostas de continuação de trabalho para o Plano Municipal para a Igualdade de Género.

2. IGUALDADE DE GÉNERO: CONCEITOS, POLÍTICAS E FILOSOFIAS

2.1. Principais Conceitos

O primeiro passo para uma melhor compreensão e interiorização do conceito de igualdade de género consiste em efetuar uma distinção entre sexo e género.

O conceito de **sexo** pertence ao domínio da biologia e traduz o conjunto de características biológicas e fisiológicas que distinguem os homens e as mulheres. Por oposição, o conceito de **género** é um conceito que nos remete para expectativas sociais quanto às qualidades e comportamentos que as mulheres e os homens devem ter, formando a sua identidade social.

Estas expectativas são baseadas nos **estereótipos de género**, que são representações generalizadas e socialmente valorizadas dos **papéis de género**, ou seja, o que se espera que os homens e as mulheres sejam e façam. A reprodução das desigualdades de género está assente numa lógica de diferenciação com fortes estereótipos de género que se perpetua através das relações sociais (*doing gender*).

As **relações de género** e os estereótipos de género variam de sociedade para sociedade e conforme os tempos históricos. Encontramos assim, alguma variabilidade em termos de responsabilidades, direitos e valores associados ao masculino e ao feminino. As relações de género poderão ser diferentes de cultura para cultura, de religião para religião, de uma sociedade para outra, ao serem influenciadas por fatores como a etnia, a classe social, a condição e a situação das mulheres.

Neste sentido, aspirar à **igualdade de género** significa, por um lado, procurar que todos os seres humanos sejam livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer opções, independentes dos papéis atribuídos a homens e mulheres, e, por outro, que os diversos comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres e homens são igualmente considerados e valorizados (CITE, s/d). A igualdade de género implica que às mulheres seja conferido *empowerment*, de modo a que possuam uma real capacidade para se afirmarem na sociedade, em paralelo com os seus pares masculinos, os seus valores específicos e interesses próprios e contribuírem, assim, para o desenvolvimento humano e social das sociedades em que vivem (Silva, 1999).

Dado que as políticas têm diferentes efeitos nas mulheres e homens devido às diferenças (re)produzidas pela sociedade, é premente uma estratégia do **mainstreaming de género**, a qual define como alcançar a igualdade de género através da promoção de iguais condições e estatutos a homens e mulheres, em termos de (con) vivência em sociedade e vida quotidiana, o que se traduz num *modus operandi* transversal a todos os domínios políticos, integrando a perspetiva de género em todas as políticas e práticas sociais (Portal da Igualdade, s/d). É importante salientar que não se trata de justapor ou acrescentar a perspetiva da igualdade de género às políticas e programas de ação correntes, mas sim, de reorganizar, desenvolver e aperfeiçoar as políticas correntes a partir de uma nova perspetiva. Esta estratégia ganhou uma grande visibilidade a partir da Conferência Mundial de Pequim, em 1995.

Encontramos um bom exemplo desta estratégia de *mainstreaming* de género nos orçamentos sensíveis ao género (**gender budgeting**¹) que incorporam a perspetiva de género em todos os níveis do processo orçamental, e reestrutura as receitas e as despesas de modo a promover a igualdade de género (CITE, s/d).

Para se conseguir determinar se o *mainstreaming* está a ser aplicado *de facto*, a *accountability*, ou seja, a prestação de contas, transparência e responsabilização, é vital nesta estratégia, requerendo uma monitorização e uma avaliação dos produtos e dos resultados desde o início dos projetos (Mehra, 2006). Contudo, na sociedade portuguesa, não há uma cultura de avaliação e, sem esta cultura, dificilmente uma estratégia de *mainstreaming* pode ser eficaz, uma vez que neste paradigma a iniciativa deve partir “de cima” (Ferreira e Monteiro, 2013).

Embora as mulheres portuguesas estejam integradas no mercado de trabalho, na sua maioria com horários a tempo inteiro, mesmo quando têm crianças pequenas a cargo, continua a verificar-se que

o tempo das mulheres é mais estruturado e mais fragmentado do que o tempo dos homens, tanto na família como no trabalho, designadamente em função do modo diferente como homens e mulheres se relacionam com o trabalho pago e o trabalho não pago (Perista, 2010: 49).

¹ Gender Budgeting – Resolução do Parlamento Europeu sobre gender budgeting – elaboração de orçamentos com base na perspetiva do género (2002/2198 (INI), 2003, Estrasburgo.

Apesar de algumas mudanças que se são verificando, não há dúvida de que ainda são as mulheres quem mais tem a seu cargo a gestão do quotidiano familiar e a execução de grande parte das tarefas relacionadas com este domínio da vida privada. As mulheres tornaram-se *earners* em maior número e de modo mais intenso do que os homens se tornaram *carers* (Perista, 2010).

A taxa de atividade em Portugal fixou-se nos 61,3% em 2011, sendo de 55,2% para as mulheres e de 68% para os homens, originando um diferencial entre as taxas dos homens e das mulheres na ordem dos 12,8 p.p. (CITE, s/d), apesar de Portugal ser um dos países da União Europeia onde a taxa de feminização do emprego é das mais elevadas (47,3% em 2012). Tendo em conta estes dados, o conceito de **conciliação da vida familiar e profissional** torna-se cada vez mais premente, pois

uma distribuição equilibrada, entre mulheres e homens, de licenças para apoio à família, permite mais facilmente às mulheres assumirem responsabilidades no plano profissional e progredirem na respetiva carreira. Pode atenuar também a cultura da 'disponibilidade total' por parte dos homens, que se verifica nalguns locais de trabalho, quase os impedindo muitas das vezes do 'direito à vida privada'. Por outro lado, não marginaliza o papel do pai na educação dos filhos nem coarta às crianças o direito de receberem cuidados e de estabelecerem vínculos com o pai (Guerreiro, Loureiro e Pereira, 2006: 14-15).

A Lei de Proteção da Maternidade e da Paternidade² veio reconhecer que o trabalho de cuidado com descendentes era um exclusivo das mulheres, sendo reconhecido aos homens o direito ao tempo e à inerente ausência sem prejuízos do local de trabalho, para o exercício da sua paternidade (Rêgo, 2012). Maternidade e paternidade não são apenas conceitos biológicos, como têm também fortes dimensões sociais e simbólicas (Schouten, 2011), o que significa que estes conceitos vão sofrendo mudanças de acordo com a evolução das sociedades.

São as mulheres quem tem de repartir o seu tempo entre a vida profissional e familiar, nomeadamente, quando algum elemento da família, criança ou outro dependente, tem problemas de saúde que requerem cuidados especiais e, por isso, em geral, são elas quem se ausenta do emprego quando estes problemas ocorrem, sofrendo

² Lei n.º 142/99, de 31 de agosto.

muitas vezes penalizações associadas a estas ausências, tomando como exemplo as relacionadas com a maternidade, originando o designado *family gap*³ (Waldfogel, 1998).

Relativamente aos diferentes usos do tempo por parte dos homens e das mulheres, Heloísa Perista (2010) refere que o tempo é ‘genderizado’, ou seja, “quaisquer decisões tomadas sobre a afetação do tempo envolvem a atribuição de significado ou de valor a uma determinada atividade, num processo que é claramente condicionado pelo género – por responsabilidades, recursos, posições e estatutos de homens e de mulheres.”

Os novos modelos familiares⁴ caraterísticos das sociedades modernas, concomitantemente com “um significativo acréscimo da esperança de vida, com o conseqüente aumento do número de idosos dependentes necessitados de cuidados e, também, uma quebra acentuada das taxas de natalidade, o que se reflete na rarefação das redes de parentes e de entajuda familiar” (Guerreiro, Loureiro e Pereira, 2006), fazem com que a mulher tenha, cada vez mais, múltiplos papéis na sociedade, sendo inadiável a colaboração de todos os atores na promoção da igualdade de género na vida familiar e profissional.

Também as novas exigências colocadas aos homens na relação com a vida profissional e familiar desafiam, com efeito, a figura tradicional do homem, ou seja, a definição hegemónica de **masculinidade** (Connell, 2005), construída sobre alicerces que se fundam, em última instância, sobre uma sexualidade (compulsiva, dominante, ...) em antítese com a feminilidade exaltada (afetiva, passiva, ...). À semelhança das mulheres, os homens também são protagonistas das transformações operadas na vida familiar e nas relações sociais de género, estando perante o desafio de construir uma vida mais familiarizada, mais incluída nas dinâmicas da vida privada (Wall, 2010).

³ Este conceito está relacionado com o conceito de *gender gap*, dado que as mulheres com filhos/as são mais penalizadas no mercado laboral devido às ausências relacionadas com a maternidade e com a assistência à família, existindo uma diferença salarial significativa entre os homens e as mulheres, o que acentua a desigualdade de género (Waldfogel, 1998).

⁴ Com origem, nomeadamente, na redução da taxa de nupcialidade, no aumento da taxa de divórcio, nos nascimentos fora da conjugalidade, na evolução da sociedade para processos de modernidade avançada e na crescente participação da mulher no mercado de trabalho, estes novos modelos são caraterizados por famílias monoparentais, famílias recompostas e famílias unipessoais (maioritariamente constituídas por pessoas idosas, mas onde os jovens assumem gradualmente maior proporção) (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007).

Atualmente, face aos diagnósticos e à avaliação dos resultados de quase 40 anos de políticas para a igualdade entre homens e mulheres que anunciam visões holísticas mas que são predominantemente setoriais e focadas em ações destinadas a mulheres, na sua «condição de metade desfavorecida da humanidade», é tempo de dar visibilidade, consistência e respostas apropriadas ao peso com que os estereótipos de género se abatem sobre os ombros dos homens e, também a eles, condicionam a vida (Rêgo, 2012: 42).

No que diz respeito ao mercado de trabalho, apesar da marcada presença feminina, persistem fortes elementos de segregação. **Segregação horizontal**, devido à pressão social dos estereótipos sexuais sobre as escolhas escolares e profissionais do sexo masculino e do sexo feminino e a **segregação vertical** que pode derivar de práticas organizacionais discriminatórias no recrutamento e na promoção (efeito “teto de vidro”), pois, apesar de as mulheres serem mais qualificadas do que os homens, ocupam menos cargos de chefia, tendo presença minoritária nas hierarquias de topo das diversas organizações onde exercem atividade. Esta segregação também pode derivar de uma distribuição injusta das responsabilidades familiares, do défice de serviços de apoio à vida familiar ou até de políticas fiscais que tendem a afetar o comportamento das mulheres no mercado de trabalho (EUROFOUND, 2010 *apud* Ferreira, 2010).

Numa tentativa de esbater esta segregação feminina no mercado de trabalho, nas décadas de 70 e 80, foram introduzidas medidas políticas relacionadas com a problemática salarial (fixação do salário mínimo) e, com a problemática da proteção na gravidez, maternidade e na assistência à família, o emprego feminino, em Portugal, teve uma grande expansão. Em 1999, a taxa de emprego para as mães portuguesas, a viver em casal e com uma criança com idade abaixo dos seis anos, foi de 74,5%, uma das mais altas da União Europeia. Este padrão mantinha-se mesmo para as mães em famílias monoparentais (75,7%) (OCDE, 2001: 134-135 *apud* Ferreira e Monteiro, 2013).

Em 2010, as mulheres auferiam cerca de 82% da remuneração média mensal de base dos homens, mas, se tivermos em conta o ganho médio mensal (remuneração que contém outras componentes do salário, como trabalho suplementar, prémios e outros benefícios) este valor passa para 79,1% (CITE, 2012). Em Portugal, para que as mulheres consigam auferir o mesmo que os homens auferem durante um ano, teriam de trabalhar mais 65 dias. Segundo estes dados, podemos verificar que continua a existir um **gap salarial** muito significativo entre homens e mulheres, pois “os ganhos das mulheres em educação e experiência profissional não conseguiram compensar o aumento do nível de

segregação sexual das estruturas do emprego nem o impacto negativo das transformações ao nível dos sistemas de retribuição” (Ferreira, 2010).

O valor do salário para trabalho igual mostra discrepâncias entre homens e mulheres (Schouten, 2011), sendo também desvalorizado o trabalho mais identificado com o feminino, quer seja no setor público ou privado. Esta e outras discriminações laborais são tidas em conta na Lei n.º7/2009 de 12 de Fevereiro do Código do Trabalho, o que não impede que as práticas dos agentes económicos a infrinjam todos os dias⁵.

Apesar de a mulher portuguesa ter massivamente assegurado, desde há várias décadas, a sua presença na esfera profissional, revela uma modesta presença no espaço político e em cargos públicos de topo e com maior reconhecimento. Não obstante ser possível assinalar o seu gradual envolvimento em alguns domínios da **atividade política**, designadamente a nível autárquico, a proporção de mulheres nestas atividades regista, em Portugal, expressão pouco satisfatória e não condicente com os princípios igualitários, democráticos e de cidadania que o Estado português advoga (Pernas, Fernandes e Guerreiro, 2008).

2.2. Contexto Nacional e Internacional

Em Portugal, só em 1931 é reconhecido o direito de voto às mulheres, mas apenas às diplomatas com cursos superiores ou secundários, para, finalmente, em 1968, acederem à igualdade de voto, mesmo assim ainda com a exclusão do voto para as juntas de freguesias, limitado aos chefes de família (Pernas, Fernandes e Guerreiro, 2008). Apenas a partir de 1975, a mulher possui o direito de voto sem qualquer restrição.

Com a Constituição da República Portuguesa de 1976 são salvaguardados os princípios da igualdade e da não discriminação em função do sexo⁶. A nova Constituição

⁵ O artigo 23.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro estabelece os conceitos em matéria de igualdade e não discriminação, entre os quais, a definição de discriminação indireta, a qual existe quando uma disposição, critério ou prática aparentemente neutra seja suscetível de colocar pessoas em posição de desvantagem em relação a outras, em razão, por exemplo, do sexo, estado civil ou situação familiar.

⁶ Artigo 13.º - Princípio da Igualdade: “1.Todos os cidadãos têm a mesma dignidade e são iguais perante a lei. 2.Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

afirma que, na família os cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos⁷

As políticas públicas de “igualdade de género” foram introduzidas durante a segunda metade dos anos 1970 como resultado de uma estratégia de cima para baixo e como uma componente de modernização e democratização que se seguiu à revolução de 25 de abril de 1974. Foi um início tardio quando comparado com outros países da Europa ocidental e foi um desenvolvimento lento num país com altos níveis de iliteracia e um baixo nível de individualização (Ferreira; Monteiro, 2013: 48).

Após a revolução de 1974, foi criada a Comissão da Condição Feminina, em Janeiro de 1975⁸, uma iniciativa de Maria de Lourdes Pintassilgo, Ministra dos Assuntos Sociais. A sua grande missão refletia o momento que se vivia, isto é, "Apoiar todas as formas de consciencialização das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas praticadas, em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição" (CIG, s/d).

Em 1979, em consequência de uma alteração global da legislação⁹, é criada a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), composta por representantes do Estado e representantes dos parceiros sociais com assento no Conselho Económico e Social, cujas principais atribuições são: a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens no mundo laboral; a proteção na parentalidade e a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

A adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986 veio também contribuir para uma afirmação das questões da igualdade de género e da não discriminação, embora o quadro legislativo nesta área estivesse já em conformidade com as disposições comunitárias¹⁰ (CIG, s/d), dando um novo impulso aos mecanismos já criados de promoção da igualdade entre homens e mulheres¹¹.

Artigo 9.º - Tarefas fundamentais do Estado: “São tarefas fundamentais do Estado: h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.”

⁷ Artigo 36.º - Família, casamento e filiação.

⁸ A Comissão é institucionalizada em novembro de 1977.

⁹ Lei n.º 392/79, de 20 de setembro, a designada “Lei da Igualdade”.

¹⁰ A influência da Comunidade Económica Europeia (CEE) nas políticas públicas em Portugal relacionadas com a igualdade entre homens e mulheres, foi incorporada na “Lei da Igualdade” a qual integrava o

Em 1991 é aprovado um novo diploma orgânico da Comissão da Condição Feminina, sendo criada a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres¹²(CIDM). A CIDM foi investindo em linhas de articulação e trabalho com as autarquias que se traduziram em projetos e criação de mecanismos de apoio, tais como os Espaços de Informação Mulheres, o Projeto Bem-Me-Quer e o Projeto Trampolim/REDA¹³. Este último projeto tinha como principais objetivos a descentralização das políticas para a Igualdade de Oportunidades, a sensibilização das autarquias do país para a adoção do *mainstreaming* e a promoção da criação de estruturas concelhias para a Igualdade de Oportunidades. Em 1997 realizaram-se os primeiros programas de formação dirigidos a Conselheiros/as para a Igualdade integrados em autarquias no âmbito do Projeto Formar para a Igualdade (Perista e Silva, 2005). Em 2007, a CIDM passa a designar-se Comissão a Cidadania e a Igualdade de Género¹⁴ (CIG), passando de algo que só diz respeito às mulheres para a noção de igualdade.

Em Março de 1997, foi aprovado em Conselho de Ministros um Plano Global para a Igualdade de Oportunidades, que integra uma ótica de "mainstreaming", isto é, de integração desta perspetiva em todas as áreas, a par de ações específicas em áreas como violência, trabalho e emprego, conciliação de vida privada e profissional, proteção social da família, da maternidade e da paternidade, saúde, educação, ciência e cultura (CIG, s/d).

Os planos nacionais de emprego (emanados da Estratégia Europeia para o Emprego) e os planos nacionais para a igualdade têm vindo a apontar medidas várias que visam colmatar os desequilíbrios identificados na participação de mulheres e homens nos diversos domínios da vida social e, em especial, na esfera profissional.

No âmbito dos planos nacionais para a igualdade, em 1997, foi implementado o I Plano Global para a Igualdade, em 2003, o II Plano Nacional para a Igualdade, em 2007, o III plano para a Igualdade, Cidadania e Género, em 2011, o IV Plano Nacional para a

conteúdo fundamental das diretivas comunitárias, tendo já no horizonte a adesão de Portugal à CEE (Rêgo, 2012).

¹¹ Em 1975, a ONU realizou a primeira Conferência Mundial de Mulheres onde apelou à criação, pelos estados-membros, de mecanismos nacionais para a promoção do estatuto das mulheres. No fim da Década das Nações Unidas para as Mulheres (1975-1985), Portugal já tinha criado esses mecanismos (Monteiro, 2011), de forma voluntária e não vinculada, uma vez que foi anterior à sua adesão à CEE (Rêgo, 2012).

¹² Decreto-Lei 161/91, de 9 de maio.

¹³ No âmbito da Iniciativa Comunitária Emprego e Desenvolvimento de Recursos Humanos - Eixo NOW.

¹⁴ Decreto-Lei 164/2007, de 3 de maio; Portaria n.º 662-F/2007, de 31 de maio.

Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação e, em 2013, foi aprovado o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação para 2014-2017¹⁵.

Estes planos têm sido alvo de algumas críticas devido às fragilidades que têm apresentado enquanto instrumentos de política de *mainstreaming*. Segundo as autoras Rosa Monteiro e Sílvia Portugal (2013), “os planos ao apresentarem quadros interpretativos dessexualizados, as medidas sobre conciliação invisibilizam um modelo de organização social patriarcal”.

No contexto internacional, as Conferências Mundiais das Nações Unidas têm elaborado propostas concretas de ação para a promoção da igualdade entre homens e mulheres. A primeira destas conferências remete para o ano de 1975, na cidade do México, seguida das conferências de 1980 em Copenhaga, de Nairobi em 1985 e, por último, a Conferência de Pequim, realizada em Setembro de 1995.

Desta última conferência, que contou com a participação de 189 estados, resultou a designada “Plataforma de Ação de Pequim”, reconhecida como um instrumento de referência mundial para a promoção da igualdade entre mulheres e homens.

A promoção de direitos das mulheres e dos homens está consagrada na Carta das Nações Unidas de 1945 e está proclamada desde a Declaração dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, onde se destaca a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), ratificada pela mesma instituição em 1979.

O Tratado de Amesterdão da União Europeia, em vigor desde maio de 1999, também foi um marco importante que estabeleceu a promoção da igualdade entre homens e mulheres como uma “missão primordial da comunidade”.

As preocupações das políticas nacionais e europeias vão no sentido de definir medidas que promovam condições de inserção profissional e de desenvolvimento de

¹⁵ O V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, e reforça a promoção da igualdade de género em todas as áreas de governação, incluindo uma forte componente na atividade de todos os ministérios, constituindo um importante meio para a coordenação intersectorial da política de igualdade de género e de não-discriminação em função do sexo e da orientação sexual (CIG, s/d). Este reforço passa essencialmente pela intervenção nas áreas da Educação, da Saúde e do Mercado de Trabalho.

carreiras em igualdade de circunstâncias para homens e mulheres. Na perspetiva da Estratégia de Lisboa, a igualdade de género é fundamental para o progresso e a coesão sociais, sendo importante adotar uma perspetiva de género transversal (*mainstreaming*) a todas as políticas e nos diversos contextos sociais e organizacionais.

A Estratégia para a Igualdade de Homens e Mulheres (2010-2015) foi estruturada em torno de cinco grandes áreas prioritárias¹⁶ definidas na Carta das Mulheres¹⁷ (2010) e de uma nova área relacionada com a transversalidade.

A Estratégia Europeia para o Emprego (1997), a Estratégia de Lisboa (2009), o Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2006-2010), com os compromissos da Comissão Europeia em torno de seis áreas prioritárias, e o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011-2020) firmado pelos parceiros sociais, constituem instrumentos europeus importantes com linhas orientadoras para a igualdade e a cidadania. Uma das conclusões do Conselho, de 7 de março de 2011, sobre o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres, vai no sentido da Estratégia «Europa 2020», a qual tem como grande objetivo procurar elevar para 75% a taxa de emprego das mulheres e dos homens com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos, o que significa que é necessário, ao implementar a Estratégia, dar prioridade ao combate aos obstáculos à participação das mulheres no mercado de trabalho (Jornal Oficial da União Europeia, 2011: 10-11).

2.3. Principais Filosofias

As políticas de igualdade possuem uma ampla abrangência podendo distinguir-se, de acordo com a sua incidência, três filosofias: uma filosofia de igualdade de oportunidades, de incidência legislativa e antidiscriminatória, tratando-se de uma

¹⁶ Igualdade na independência económica; Igualdade na remuneração para trabalho igual ou de igual valor; Igualdade na tomada de decisão; Dignidade, integridade e pôr fim à violência com base no sexo; Igualdade entre homens e mulheres nas políticas externas; Questões transversais: papéis em função do sexo, legislação, governança e instrumentos para a igualdade.

¹⁷ Declaração da Comissão Europeia por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher e em comemoração do 15.º aniversário da adoção de uma Declaração e Plataforma de Ação na Conferência Mundial sobre a mulher da ONU, em Pequim, e do 30.º aniversário da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

intervenção de salvaguarda dos direitos individuais que não tem em conta as condições do seu exercício; uma filosofia de ações positivas que se baseia em medidas específicas dirigidas a alguns grupos em particular com necessidades especiais (ex. mulheres); uma filosofia de transversalização das preocupações com a igualdade a todas as políticas públicas, sendo uma intervenção de natureza estrutural, pretendendo-se uma completa mudança a nível institucional. Esta última consubstancia-se, como já referido, na estratégia do *mainstreaming* (Ferreira, 2011).

As diferentes filosofias das políticas de igualdade contribuem para dar uma resposta diversificada de acordo com as problemáticas e os fenómenos emergentes, visando a igualdade entre homens e mulheres.

A título de exemplo, a filosofia de igualdade de oportunidades, surge na legislação laboral, como é modelo a Lei de Proteção da Maternidade e da Paternidade (Lei n.º 142/99), que promove a igualdade entre homens e mulheres através de mecanismos de facilitação da conciliação (vida pessoal, familiar e profissional) e do exercício dos direitos da paternidade e da maternidade. A filosofia de ações positivas figurou na “Lei da Igualdade” que visava “garantir às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego” (Rêgo, 2012) e, mais recentemente, na Lei da Paridade¹⁸, com o objetivo de promover a participação política das mulheres.

Os Planos Nacionais para a Igualdade¹⁹ surgem como uma materialização da estratégia de *mainstreaming* (terceira filosofia), que visa a integração da perspetiva da igualdade de género na Administração Pública Central e Local²⁰.

¹⁸ Lei Orgânica n.º 93/2006, de 21 de agosto. A Lei da Paridade estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

¹⁹ O Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013 (QREN), em particular o Programa Operacional Temático do Potencial Humano (POPH), avança várias medidas dirigidas às entidades da Administração Pública Central, nomeadamente através da tipologia de ação 7.2 – Planos para a Igualdade, que se refere ao reforço da integração da perspetiva de género nas políticas da administração pública local.

²⁰ Os Planos Nacionais para a Igualdade traduzem e visibilizam o assumir dos compromissos do Estado Português com as políticas de igualdade, intensificadas internacionalmente depois da Conferência de Pequim (Monteiro, 2011 *apud* Monteiro e Portugal, 2013).

2.4. O Papel dos Municípios na Conceção e Implementação das Políticas

As autarquias possuem a maior quota de responsabilidade nas questões sociais, culturais, educacionais e económicas da vida local, tornando-se, por isso mesmo, as entidades mais capazes de passar das palavras para a realidade dos factos, no que respeita à igualdade entre homens e mulheres, devendo, por isso, ser um verdadeiro motor de mudança, visto que esta se deve operar do nível local para o nível regional e nacional, mudança esta que permite eliminar a persistência e reprodução das desigualdades e tornar a sociedade mais justa, mais inclusiva e mais democrática.

As administrações locais, órgãos da administração pública mais próximos das populações, são as entidades que detêm os meios de intervenção melhor colocados para combater a persistência e a reprodução das desigualdades em função do género e para promover uma sociedade verdadeiramente igualitária. São as entidades que podem, e devem, no âmbito das suas competências, e em cooperação com o conjunto dos atores locais, empreender ações concretas visando a igualdade de mulheres e de homens (Perista, 2008: 8).

Conforme o parecer do Comité das Regiões da União Europeia²¹, o valor da igualdade de género deve ser adotado universalmente como um objetivo desejável para todas as pessoas que beneficiam dos serviços prestados pelas autarquias e uma referência fundamental para os governos. Cabe às autarquias um papel fundamental na promoção da igualdade de género, dado que são elas que estão mais próximas dos cidadãos e das cidadãs e dos problemas que os afetam e, conseqüentemente, devem constituir um exemplo positivo de não discriminação, tendo em conta a sua dimensão de grandes empregadores e prestadores de serviços (Pernas, Fernandes e Guerreiro, 2008).

O cumprimento da legislação sobre igualdade de género e não-discriminação e o desenvolvimento de políticas exemplares nesse âmbito constitui, assim, um dever primordial nos diversos organismos da administração pública²².

Neste âmbito, o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação prevê a adoção de 70 medidas estruturadas em torno de sete áreas estratégicas, em que na área estratégica 1 – Integração da perspetiva da Igualdade de

²¹ Parecer do Comité das Regiões sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Roteiro para a Igualdade entre homens e mulheres – 2006-2010.

²² Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, Artigo 33.º - Competências Materiais, 1- Compete à Câmara Municipal: q) Assegurar a integração da Perspetiva da Igualdade de género em todos os domínios de Ação do Município, designadamente através da Adoção de Planos Municipais para a Igualdade.

Género na Administração Pública Central e Local – foram adotadas 13 medidas, sendo uma delas “**Promover a implementação de Planos Municipais para a Igualdade**”.

Um plano municipal para a igualdade consubstancia-se, antes de mais, num compromisso político com a promoção da igualdade e com a promoção da qualidade de vida de mulheres e homens a nível local (Perista, 2008). Uma estratégia para a igualdade de género implica ter em linha de conta as recomendações internacionais, os planos nacionais, a ação dos diversos agentes do Município, a intervenção da autarquia e o diagnóstico local da igualdade de género. Um marco fundamental na implementação e monitorização do plano foi a criação da figura do conselheiro/a local para a igualdade²³ que tem por atribuição acompanhar e dinamizar a implementação das políticas locais para a cidadania e a igualdade de género, promovendo a aplicação das políticas de igualdade entre mulheres e homens.

Antes da implementação do plano torna-se fundamental fazer um correto diagnóstico da igualdade de género, o qual deve ser um instrumento facilitador da consolidação do trabalho que sustenta o plano, pois inclui não só a identificação das necessidades, a deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades, mas também os recursos e potencialidades locais que constituem oportunidades de desenvolvimento (Queirós, 2010).

Enquanto processo, o diagnóstico deve ser sistémico (abrangendo, tanto quanto possível, várias dimensões, áreas e domínios de intervenção autárquica); interpretativo (relacionando as problemáticas e evidenciando as causalidades a elas subjacentes); multidisciplinar; prospetivo (desenhando cenários ou, pelo menos, linhas de tendência) e participativo (envolvendo os *stakeholders*). Um diagnóstico que obedeça a estas linhas de orientação permite que seja construído um plano que corresponda às necessidades, interesses, expectativas e competências dos cidadãos e das cidadãs (Perista e Silva, 2008).

Não obstante, deverá ser tido em conta que os planos devem ser moldáveis consoante o diagnóstico do momento, nunca podendo ser considerado um documento estático no tempo. Segundo recomendações da CIG, os planos devem ter a duração do ciclo eleitoral para permitir uma maior estabilidade no cumprimento dos objetivos.

²³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010.

Dado que este trabalho se insere na fase do diagnóstico, esta breve resenha sobre o estado de arte da igualdade de género e das políticas e medidas que têm vindo a ser implementadas com o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres, serve de enquadramento e de alicerce para a identificação e análise das (des)igualdades presentes na realidade em estudo, o Município da Figueira da Foz.

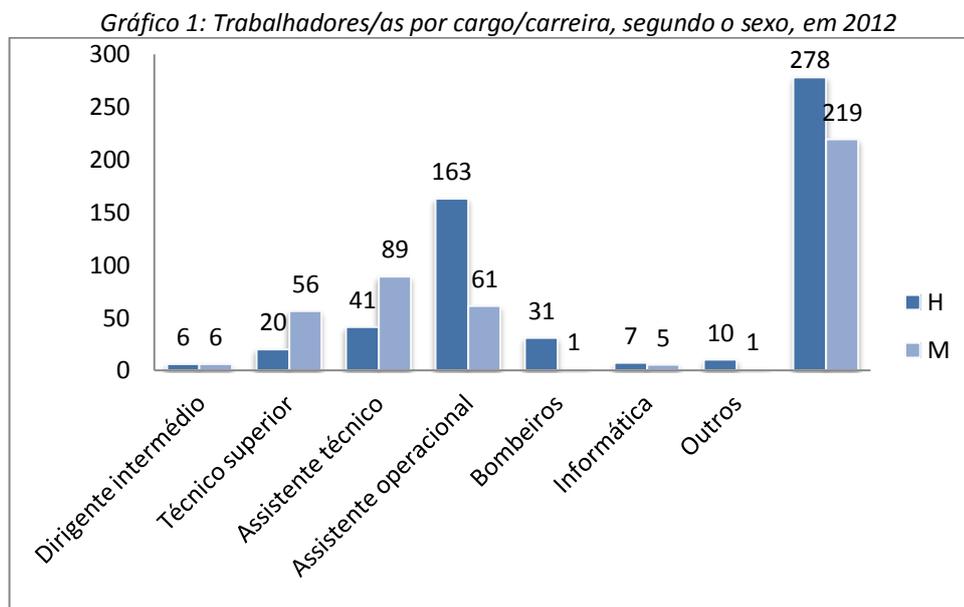
Os próximos dois capítulos farão uma descrição sobre a entidade acolhedora do estágio curricular, das atividades desenvolvidas e da metodologia aplicada na recolha, tratamento e análise de resultados.

3. DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

3.1. Breve Caracterização da Entidade Acolhedora

A Câmara Municipal da Figueira da Foz (CMFF) é uma pessoa jurídica de direito público e tem por missão definir, de forma programática, estratégias e linhas orientadoras para o desenvolvimento do município, tendo como principais objetivos a melhoria das condições de vida, de trabalho e de lazer dos habitantes do concelho, sem descurar uma eficiente afetação dos meios e recursos disponíveis e a sustentabilidade material e financeira dos projetos e atividades levadas a cabo, não prejudicando o necessário reforço da coesão social (Câmara Municipal da Figueira da Foz, Despacho n.º 10 – PR/2013).

Segundo o Balanço Social de 2012, o Município conta com 497 trabalhadores/as, sendo 278 trabalhadores do sexo feminino e 219 trabalhadores do sexo masculino.

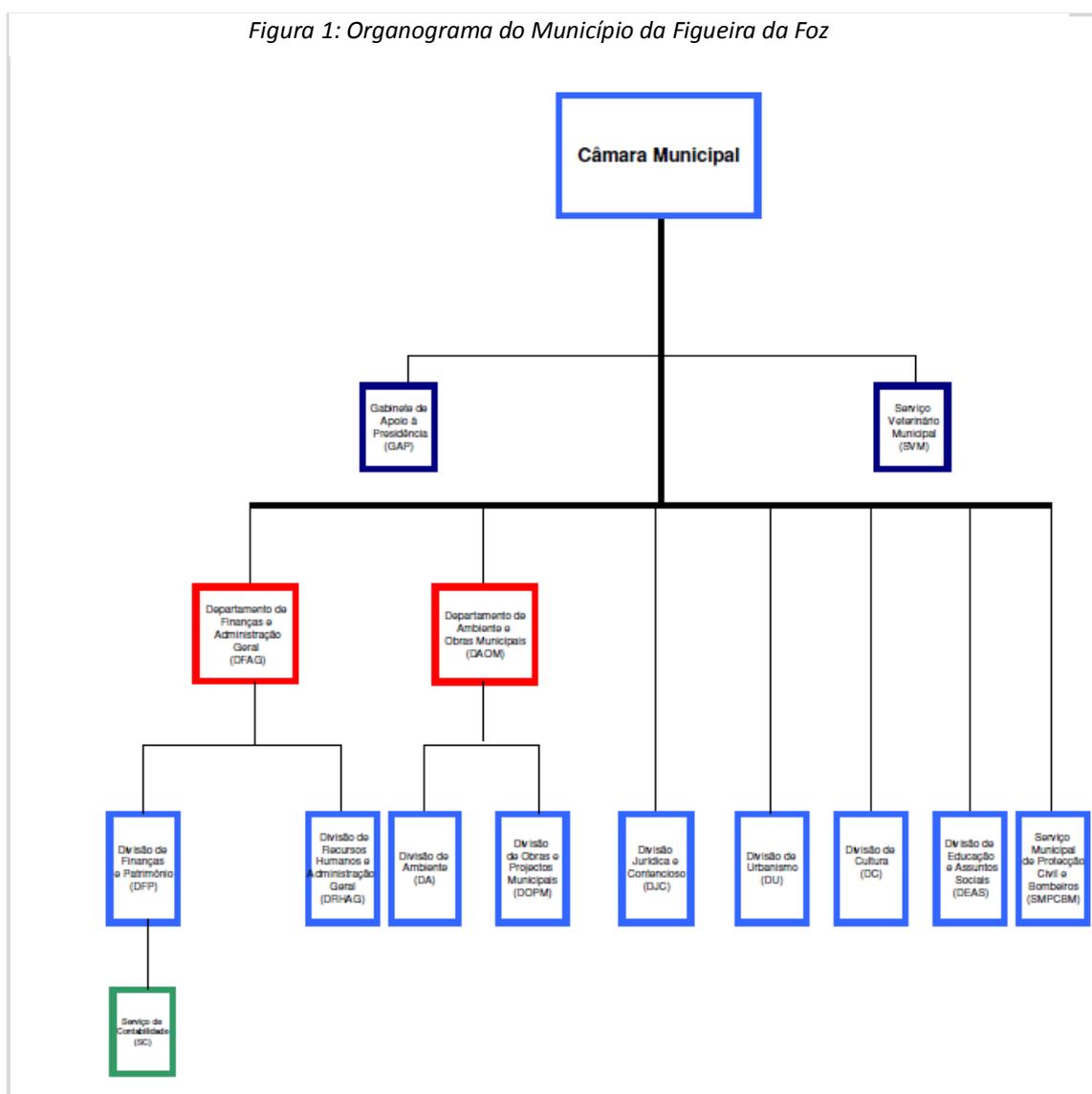


Fonte: Balanço Social do Município (2012)

Como se pode verificar no gráfico n.º1, a maioria dos trabalhadores com o cargo de assistente operacional é do sexo masculino (163), estando as mulheres em maior número no cargo de técnico superior (56) e de assistente técnico (89). De acordo com os dados apresentados no Balanço Social relativamente ao escalão etário e ao nível de

escolaridade dos trabalhadores/as, pode-se aferir que, dos 163 assistentes operacionais, 83 possuem o primeiro ciclo do ensino básico e 62 detêm o segundo ciclo do ensino básico e situam-se entre os 50 e 54 anos de idade (64) e entre os 55 e os 59 anos de idade (57). No que diz respeito aos assistentes técnicos (89), 57 possuem o 12.º ano de escolaridade e têm idades compreendidas entre os 45 e 49 anos (27) e entre os 50 e 54 anos (27). Os/as técnicos/as superiores são um pouco mais jovens, com idades compreendidas entre os 40 e 44 anos (19) e os 45 e 49 anos (18).

Figura 1: Organograma do Município da Figueira da Foz



Fonte: Câmara Municipal da Figueira da Foz

3.2. Projeto Caminhos de Igualdade

A Câmara Municipal da Figueira da Foz apresentou uma candidatura ao Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género, Tipologia de Intervenção 7.2. – Planos para Igualdade, do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), a qual foi aprovada em 28 de abril de 2011, dando assim início ao Projeto Caminhos de Igualdade. Este projeto teve como organismo intermédio a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

O projeto teve a duração de dois anos, tendo tido o seu término a 12 de julho de 2013, e constituiu-se como uma estratégia para incorporação da perspetiva de género no Município da Figueira da Foz. Foi desenvolvido um conjunto alargado de ações com o objetivo de desenvolver e capacitar a população, sensibilizando-a para a dimensão de género. Estas ações foram direcionadas para a organização interna do Município e para a comunidade local e contaram com um total de 20 formandos e 161 formandas.

Quadro 1: Ações de formação do Projeto Caminhos de Igualdade, segundo o sexo dos formandos/as

Contexto	Ações de Formação	Formandos/as	
		H	M
Organização Interna do Município	Formação em Igualdade de Género para Políticos, Dirigentes, Coordenadores de Equipa e Serviços, Técnicos Superiores e Chefes de Secção	7	26
	Formação em Igualdade de Género para Funcionários que fazem Atendimento ao Público	4	26
Comunidade Local	Formação em Igualdade de Género para os Conselheiros de Igualdade e elementos do grupo de trabalho	2	10
	Formação em Igualdade de Género para profissionais da Área da Educação	2	58
	Formação em Igualdade de Género para profissionais da CPCJ	4	12
	Formação em Igualdade de Género para profissionais da Área da Ação Social	1	29
Total		20	161

Fonte: Divisão de Educação e Assuntos Sociais-CMFF

No âmbito do projeto foi elaborado o Diagnóstico interno da Igualdade de Género, tendo sido aplicados questionários a 158 funcionários/as e a 16 dirigentes da

CMFF. Também foram elaborados um Manual de Procedimentos e um Manual de Boas Práticas Municipais na Igualdade de Género. Estas ações foram da responsabilidade de uma empresa externa no âmbito da aquisição de serviços realizada pelo Projeto.

Outra das ações do Projeto, em outubro de 2012, foi a criação e dinamização de um Fórum constituído por todas as entidades locais que desenvolvem ações/atividades na área da igualdade de género, da violência doméstica e do tráfico de seres humanos. O Fórum Municipal para a Igualdade (FMCI) foi criado como um grupo de trabalho no âmbito da Rede Social da Figueira da Foz²⁴ que visa integrar, de forma transversal, a perspetiva da igualdade de género na prática diária dos serviços e instituições implantados no Município da Figueira da Foz, procurando assim assumir o compromisso de assegurar a existência de condições que garantam a promoção de uma efetiva igualdade entre mulheres e homens, como fator de coesão social (Protocolo de Colaboração).

O FMCI é composto pelos seguintes parceiros: Agrupamento de Centros de Saúde-Baixo Mondego (ACES-BM), Associação Figueira Viva, Associação Sentir dos Sentidos, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Centro Distrital de Coimbra do Instituto de Segurança Social – Serviço Local da Figueira da Foz, Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) – Delegação da Figueira da Foz, Conselheiros Locais para a Igualdade, Escola Secundária com 3.ºCEB Dr. Joaquim de Carvalho, Rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RIAVVD), Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia de Segurança Pública (PSP).

Em maio de 2013 foi assinado o protocolo de cooperação com a CIG, tendo como um dos objetivos o apoio técnico ao plano de trabalho na execução do Plano Municipal

²⁴ A Rede Social da Figueira da Foz foi criada em janeiro de 2001, data da primeira reunião do Conselho Local de Ação social (CLAS), sendo composta pelos seguintes parceiros: O CLAS, que é constituído por 171 parceiros (101 representados no CLAS) e Comissões Sociais de Freguesia (CSF), tendo sido criadas 11 CSF. No decorrer da sua ação, foram criados os seguintes Grupos de Trabalho: Educação, Emprego e Formação Profissional; Apoio às CSF; Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA); Plano Sénior e Fórum Municipal de Cidadania e Igualdade. No âmbito do trabalho a realizar pela Rede Social consta a atualização do Diagnóstico Social, a reestruturação das CSF de acordo com a nova reorganização territorial, reformulação do Plano de Desenvolvimento Social, colaboração na elaboração do Perfil de Saúde, elaboração do Plano Municipal para a Igualdade, atualização do Sistema de Informação, Integração e participação na plataforma supraconcelhia do Baixo Mondego.

para a Igualdade de Género e outras atividades que se enquadrem na área da Igualdade de Oportunidades.

3.3. Estágio

Numa primeira etapa, foi apresentada uma proposta à Câmara Municipal da Figueira da Foz para a realização do meu estágio, o qual foi aceite e integrado na Divisão da Educação e Assuntos Sociais (DEAS). Em reunião com a Dra. Lucinda Jordão (diretora do departamento²⁵) e com a Dra. Fátima Teixeira (técnica superior), ficou acordado que a elaboração do Diagnóstico Municipal da Igualdade de Género seria um desafio interessante para o estágio e que iria colmatar uma necessidade premente, à qual a equipa ainda não tinha conseguido dar resposta devido à sobrecarga de tarefas, tendo também ficado definido que a Dra. Lucinda Jordão ficaria como supervisora do estágio.

Uma vez que a temática se inseria na área da igualdade de género, a Professora Doutora Virgínia Ferreira, sendo especialista nesta questão, ficou como orientadora de estágio.

Dado que o objetivo geral passava pela elaboração do Diagnóstico Municipal para a Igualdade de Género da Figueira da Foz, os objetivos específicos traçados foram os seguintes: aprofundar conhecimentos e competências teórico-práticas adquiridas nos percursos formativos e profissional; aprofundar conhecimentos relativos à temática da igualdade de género; conhecer as políticas vigentes, nacionais e internacionais, no âmbito da igualdade de género; conhecer o papel dos municípios na conceção e implementação das políticas para a igualdade de género; conhecer os procedimentos relativos à elaboração do diagnóstico municipal para a igualdade de género; caracterizar o contexto de intervenção segundo as dimensão de igualdade; contactar com os principais *stakeholders* da área de intervenção; identificar as desigualdades de género que se manifestam nos diversos domínios da vida social e política; identificar os fatores e causas subjacentes à problemática da igualdade de género; devolução dos resultados aos *stakeholders*.

²⁵ Em Janeiro de 2014 os departamentos foram extintos na autarquia, passando apenas a existir as divisões. Em consequência destas alterações, a Dra. Lucinda Jordão deixa o cargo de direção e passa para técnica do DEAS.

O estágio decorreu de 2 de janeiro a 30 de abril do presente ano, no horário das 9h00 às 17h00, na DEAS da Câmara Municipal da Figueira da Foz. A equipa técnica de trabalho da DEAS é constituída por 10 técnicos superiores (psicologia, sociologia, serviço social, filosofia, direito e desporto). No decorrer do estágio, também exerceu funções nesta Divisão, uma técnica de serviço social no âmbito de um Contrato-Emprego Inserção e, mais na reta final, iniciou funções, uma socióloga no âmbito da medida Estágio-Emprego.

A primeira ação passou pela realização de uma reunião com os parceiros do FMCI, a qual visou o enquadramento do plano de estágio na CMFF e a apresentação das várias etapas para a sua concretização, assim como a entrega a cada um dos parceiros da listagem dos dados quantitativos pretendidos, de acordo com a área de intervenção social de cada um. Durante o estágio, também estive presente nas reuniões do Núcleo Executivo do CLAS, para ir dando conhecimento aos parceiros sobre a recolha e análise dos dados.

Dada a natureza do trabalho que tinha de elaborar, a minha contribuição assentou na recolha de dados estatísticos, na leitura de documentos internos e de legislação e na recolha de dados qualitativos. Esta última teve por base as entrevistas, os *focus groups*, as participações nas reuniões do Núcleo Executivo do CLAS e as conversas formais e informais com as técnicas do DEAS.

Nos quatro meses em que decorreu o estágio, tive a oportunidade de participar em alguns eventos relacionados com a temática da igualdade de género, que foram bastante úteis para a concretização do meu objetivo, a saber: *workshop* promovido pela Federação Nacional das Associações Juvenis “Abrindo Caminhos para a Igualdade”, na Guarda; Colóquio internacional “Tráfico de Seres Humanos: desafios à cooperação legal e à proteção das vítimas na UE”, em Coimbra; Sessão Prática sobre a Elaboração de Planos Municipais para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação com a colaboração da CIG, na Figueira da Foz.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi diversificada e constou do recurso a várias técnicas de investigação. Num primeiro momento, procedeu-se a uma revisão de literatura e estudos sobre a temática da igualdade de género; leitura e análise de legislação enquadradora das competências e atribuições das autarquias; leitura e análise dos diversos programas e projetos implementados e dinamizados pelo Município; leitura e análise dos documentos elaborados no âmbito do projeto “Caminhos de Igualdade” (candidatura à tipologia 7.2 – Planos para a Igualdade do POPH).

Efetuuou-se, também, uma recolha e análise de dados quantitativos (informação indireta). Para tal, recorreu-se sobretudo às bases de dados do Instituto Nacional de Estatística e do PORDATA. Com tal atividade, pretendeu-se promover uma comparação entre a Região Centro e o Município, e entre o Município e as respetivas Freguesias, para obter um enquadramento e uma caracterização do território de intervenção segundo a dimensão da igualdade.

Posteriormente, foram estabelecidos contactos com os parceiros do Núcleo Executivo do CLAS e do Fórum Municipal de Cidadania e Igualdade, para poder proceder à recolha, compilação e tratamento de outros dados relevantes, dados estes de natureza qualitativa e quantitativa. Os dados solicitados visaram a operacionalização do conceito de desigualdades de género nas seguintes dimensões: população e famílias; escolaridade; trabalho e emprego; conciliação vida familiar/vida profissional; mobilidade; saúde; desporto e cultura; cidadania; proteção social; habitação social e criminalidade e violência.

Realizaram-se, também, atividades para a compilação de informação direta junto dos *stakeholders* considerados. Para tal, aplicaram-se as técnicas da entrevista e da entrevista focalizada de grupo (*focus group*²⁶). O tipo de entrevista escolhido foi a semiestruturada, dado permitir a exploração das opiniões pessoais, assim como a

²⁶“ Trata-se de um evento organizado que implica a reunião de pessoas que possuem em comum o terem passado por determinada experiência, a intervenção de uma pessoa que conduz a entrevista e, em termos de conteúdos, são exploradas as experiências subjetivas das pessoas que participam relativamente à questão que constitui o foco da conversa” (Ferreira, 2004)

abordagem de todos os temas, aprofundando aqueles com os quais o/a entrevistado/a se identifica mais. Neste sentido, esta técnica foi aplicada aos conselheiros/as locais para a igualdade do município, ao Presidente da Câmara do Município e aos Presidentes das Juntas de Freguesia da zona urbana [Buarcos, Tavarede, Vila Verde e São Pedro], perfazendo um total de sete entrevistados/as, seis homens e uma mulher.

Com o objetivo de conhecer melhor as atitudes, as crenças e os sentimentos das pessoas, em situação de grupo, devido à multiplicidade de opiniões e de processos emocionais que daí decorrem (Ferreira, 2004), optou-se pela técnica do *focus group*. Programou-se, assim, a realização de três *focus groups*, apresentados seguidamente: parceiros do FMCI; Juntas de Freguesia da zona norte [Alhadas, Bom Sucesso, Quaios, Ferreira-a-Nova, Maiorca e Moinhos da Gândara] e Juntas de Freguesia da zona sul [Alqueidão, Marinha das Ondas, Lavos e Paião] e profissionais da área da ação social que frequentaram a ação de formação em Igualdade de Género promovida pela autarquia.

Na realização do primeiro *focus group*, aos parceiros do FMCI, de 11 pessoas, compareceram nove (H=3; M=6), com uma duração de duas horas; no segundo *focus group* com os presidentes de juntas de freguesia, de 10 presidentes, compareceram oito (H=6; M=2), com uma duração de uma hora e quarenta e cinco minutos; no último, com os/as profissionais da área de ação social, de 16 técnicos/as, compareceram oito (H=0; M=8), com uma duração de uma hora. Neste contexto, os objetivos foram alcançados, pois foi possível reunir, em todos os momentos, o número de participantes adequado para a sua realização, perfazendo um total de 25 entrevistados/as, nove homens e 16 mulheres, nos três *focus groups*.

Depois de recolhida a informação, foi feita uma análise temática de conteúdo²⁷ das entrevistas e dos *focus groups*, para se poder organizar os resultados em relação aos objetivos. Esta análise passou por sucessivas leituras da informação para que se pudesse

²⁷ Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a análise temática é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples (Bardin, 2014).

categorizar²⁸ os dados de forma coerente, uma vez que cada leitura traz novas interpretações e novas abordagens dos discursos (Bardin, 2014).

A categorização temática foi produzida com recurso ao programa informático de análise qualitativa MAXQDA. Foram operacionalizadas e exploradas as seguintes categorias: acesso emprego/progressão na carreira; origem da desigualdade de género; conciliação vida familiar/vida profissional; desigualdade salarial; equipamentos sociais; medidas de combate à desigualdade; participação política; propostas de melhoria; tipificação das profissões; transportes/acessibilidades e violência de género. Esta categorização foi efetuada tendo em conta uma análise horizontal, onde se analisou cada tema, tendo em conta a globalidade da informação obtida através das entrevistas e dos *focus groups*. Com a categorização dos dados, foi possível segmentar a informação, facilitando a sua leitura, a análise e a reflexão.

Realizada a análise e uma vez compilados os resultados obtidos, iniciou-se a elaboração do relatório, articulando naturalmente os elementos resultantes das diferentes análises efetuadas com o objetivo de facultar uma ilustração o mais completa possível do tema e contexto considerados.

Os resultados deste relatório serão devolvidos aos *stakeholders*, para que possam ter um *feedback* da sua colaboração e da situação atual do município, relativamente à perspetiva da igualdade de género nos domínios da vida familiar, social, cultural e económica no concelho da Figueira da Foz.

²⁸ As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de unidades de registo sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns desses elementos (Bardin, 2014).

5. DIAGNÓSTICO NA PERSPETIVA DA IGUALDADE DE GÉNERO: A REALIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ

Este diagnóstico tem como objetivo a identificação das (des)igualdades e (as)simetrias dos homens e mulheres que residem e/ou trabalham no Concelho da Figueira da Foz. Os resultados obtidos foram alvo de reflexão e análise com vista à definição de linhas de ação promotoras da igualdade de género para o Plano Municipal da Igualdade.

Esta leitura e análise percorrem as seguintes onze áreas temáticas: População e Famílias; Escolaridade; Trabalho e Emprego; Conciliação da Vida Profissional e Familiar; Mobilidade; Proteção Social; Habitação Social; Saúde; Desporto e Cultura; Cidadania; Criminalidade e Violência.

5.1. População e Famílias

Antes da análise da população do Concelho da Figueira da Foz, apresenta-se um sucinto enquadramento geográfico do Município: a cidade da Figueira da Foz situa-se na Beira Litoral e constitui um dos oito concelhos do Baixo Mondego, fazendo fronteira a Norte com o concelho de Cantanhede e a Sul com o de Pombal. A Leste ficam os concelhos de Montemor-o-Velho e o de Soure. Em termos de área total, é o segundo maior concelho da região Centro, com 379,1 Km²(Diagnóstico Social CLDS+2013).

5.1.1. População

O Concelho encontra-se dividido administrativamente em 14 freguesias, após a reorganização administrativa do território das freguesias²⁹ em 2013, tendo sido feitas quatro uniões de freguesias entre as 18 existentes, a saber: freguesia do Paião com a freguesia de Borda do Campo; freguesia de Buarcos com a freguesia de São Julião;

²⁹ Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro de 2013, a qual foi retificada pela Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março.

freguesia de Ferreira-a-Nova com a freguesia de Santana e a freguesia de Alhadas com a freguesia de Brenha.

Quadro 2: Densidade populacional do concelho da Figueira da Foz, por freguesia, em 2011

Unidade Geográfica	N.º/Km²
CC-Figueira da Foz	164
FG-Alhadas	294
FG-Alqueidão	89
FG-Bom Sucesso	35
FG-Buarcos	3.110
FG-Ferreira-a-Nova	187
FG-Lavos	114
FG-Maiorca	105
FG-Marinha das Ondas	116
FG-Moinhos da Gândara	119
FG-Paião	192
FG-Quiaios	63
FG-São Pedro	415
FG-Tavarede	881
FG-Vila Verde	119

Fonte: INE, Censos 2011

Segundo o INE, os dados apurados nos Censos de 2011 apontam para uma densidade populacional de 164 habitantes por Km² para o concelho da Figueira da Foz. Este concelho tem uma freguesia que se destaca, relativamente às restantes, pela sua densidade populacional, que é a freguesia de Buarcos, com 3.110 habitantes por Km². Esta densidade é resultado da reorganização administrativa do território das freguesias, tendo havido a união de duas freguesias urbanas, S. Julião e Buarcos, que já se constituíam como as duas freguesias com maior número de habitantes. Este facto condiciona os resultados do diagnóstico, uma vez que a freguesia de Buarcos representa 29,4% da população da Figueira da Foz.

A freguesia do Bom Sucesso representa a freguesia com menor densidade populacional (35 habitantes por Km²).

Segundo os dados mais recentes do recenseamento geral da população de 2011, o concelho da Figueira da Foz contabiliza um total de 62.125 habitantes, dos quais 29.375

são homens e 32.750 são mulheres. A população feminina residente corresponde a 52,7% da população dos munícipes, representando a população masculina 47,3% dos residentes, com um diferencial de 5,4% (conf. Quadro 37). Os dados relativos à população total das freguesias (conf. Quadro 38), indicam que a população feminina está em maioria relativamente à população masculina em todas as freguesias, destacando-se a freguesia de Buarcos com a maior diferença (9%) e a freguesia de Maiorca com a diferença mais baixa (2,2%).

Quadro 3: População residente no concelho da Figueira da Foz, segundo o grupo etário e o sexo, e a sua evolução entre 2001 e 2011

Grandes Grupos Etários	2001			2011			Taxa de Variação da população residente (2001-2011)		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%	%	%
0-14	4390	4104	8494	4157	3908	8065	-5,3	-4,8	-5,1
15-64	20333	21559	41892	19336	20555	39891	-4,9	-4,7	-4,8
65 e + anos	5150	7065	12215	5882	8287	14169	14,2	17,3	16,0
Total	29873	32728	62601	29375	32750	62125	-1,7	0,1	0,8

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011

Como se pode verificar no **Quadro 3**, a população residente no concelho da Figueira da Foz tem uma taxa de variação negativa no período intercensitário (de 2001 a 2011), para ambos os sexos, exceto no grupo etário dos 65 e mais anos, em que os homens têm uma taxa de 14,2% e as mulheres têm uma taxa de 17,3%. Na análise das pirâmides etárias das freguesias do concelho, pode observar-se uma tendência generalizada para o envelhecimento populacional, sendo este, sobretudo feminino. A base das pirâmides, no global das freguesias, é mais estreita do que o centro (população em idade ativa), traduzindo uma baixa taxa de natalidade. De seguida, é apresentada uma pirâmide etária para o concelho da Figueira da Foz:

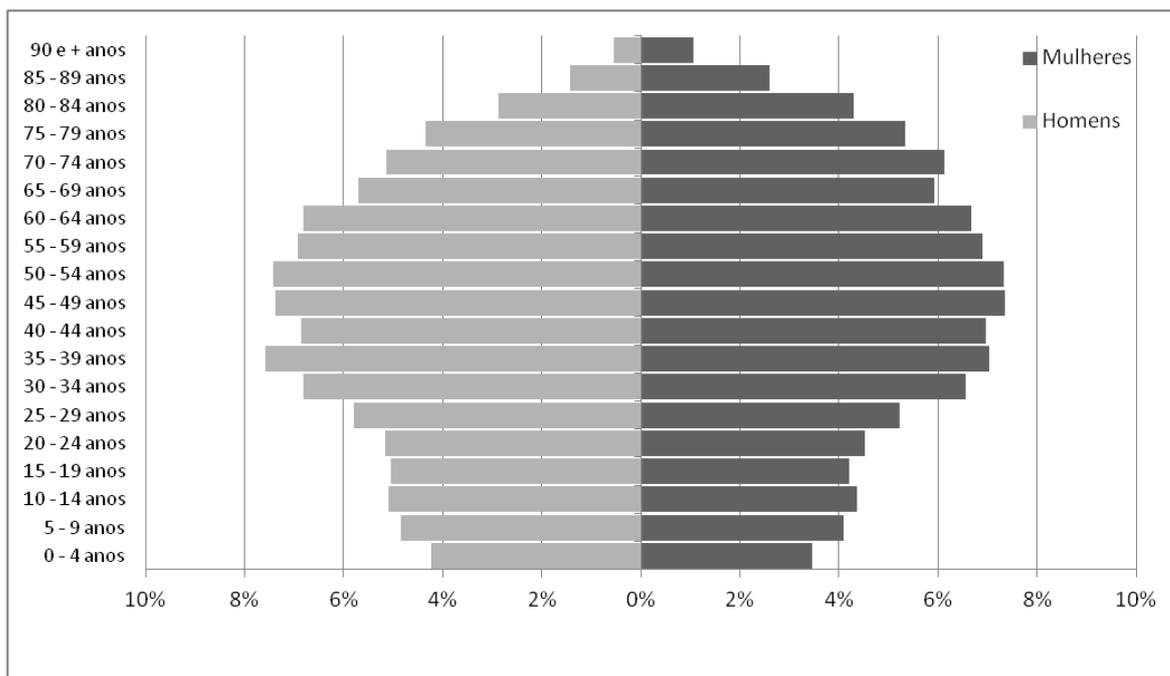


Gráfico 2: Pirâmide Etária do Concelho da Figueira da Foz, 2011

Fonte: INE, Censos 2011

Os dados anteriormente referidos podem ser obtidos no Quadro 38. No mesmo é possível verificar a distribuição de indivíduos por grupos etários nas diferentes freguesias da Figueira da Foz. A leitura da relação entre população idosa e população jovem no concelho pode ser complementada através dos seguintes índices:

Quadro 4: Índice de envelhecimento, índice de dependência de idosos, jovens e total, e índice de longevidade no concelho da Figueira da Foz, por freguesia, em 2011

Unidade Geográfica	Índice de envelhecimento		Índice de dependência de idosos ³⁰		Índice de dependência de jovens ³¹		Índice de dependência total ³²		Índice de longevidade	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Região Centro	134,8	193,4	30,3	39,7	22,5	20,5	52,7	60,2	46,08	52,62
CC-Figueira da Foz	141,5	212,1	30,4	40,3	21,5	19,0	51,9	59,3	45,78	52,42
FG-Alhadas	138,6	220,1	28,2	38,2	20,3	17,3	48,5	55,5	44,99	50,54
FG-Alqueidão	201,8	317,5	43,4	61,1	21,5	19,2	65,0	80,4	56,31	56,17
FG-Bom Sucesso	207,2	266,9	35,0	52,8	16,9	19,8	51,8	72,6	43,48	47,55
FG-Buarcos	154,3	238,1	31,9	43,2	20,7	18,1	52,6	61,3	47,47	55,94
FG-Ferreira-a-Nova	157,5	268,8	35,5	40,2	22,6	15,0	58,1	55,2	43,07	40,12
FG-Lavos	180,3	233,5	34,2	49,5	19,0	21,2	53,1	70,7	49,05	54,89
FG-Maiorca	197,8	263,1	30,8	44,5	15,6	16,9	46,3	61,5	44,28	49,06
FG-Marinha das Ondas	135,7	175,5	29,7	40,3	21,9	23,0	51,6	63,3	42,76	50,50
FG-Moinhos da Gândara	192,9	236,7	34,7	46,2	18,0	19,5	52,7	65,7	44,44	51,87
FG-Paião	198,4	291,2	42,6	55,2	21,4	19,0	64,0	74,2	47,48	58,25
FG-Quaiões	161,8	293,2	33,8	39,9	20,9	13,6	54,8	53,6	44,98	49,35
FG-São Pedro	102,9	186,5	26,1	38,1	25,4	20,4	51,5	58,6	44,49	56,98
FG-Tavarede	71,7	97,1	18,9	21,3	26,3	22,0	45,2	43,3	39,16	44,89
FG-Vila Verde	157,7	229,4	33,0	43,0	21,0	18,7	54,0	61,7	46,93	50,25

Fonte: INE, Censos 2011

A freguesia mais jovem do Concelho é Tavarede, com o índice de envelhecimento mais baixo (H=71,7%; M= 97,1%) e com o índice mais elevado de dependência de jovens (H=26,3%; M=22%).

O maior índice de envelhecimento para os homens regista-se na freguesia do Bom Sucesso (207,2%) e para as mulheres regista-se na freguesia do Alqueidão (317,5%). No seguimento desta linha, o Alqueidão também é a freguesia que tem o maior índice de dependência de idosos (H= 43,4%; M=61,1%), e o maior índice de dependência total

³⁰ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos) (INE).

³¹ Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos) (INE).

³² Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos) (INE).

(H=65%; M=80,4%), assim como o maior índice de longevidade para os homens (56,3%) e o terceiro maior índice para as mulheres (56,17%). No Quadro 40, em anexo, o envelhecimento da população nesta freguesia destaca-se novamente, com 12,7% de homens e 17,6% de mulheres residentes com 65 ou mais anos de idade, em que 19,5% destes habitantes vivem sozinhos ou com outros do mesmo grupo etário.

Esta problemática do envelhecimento da população é explicada pelo/a Entrevistado/a 4:

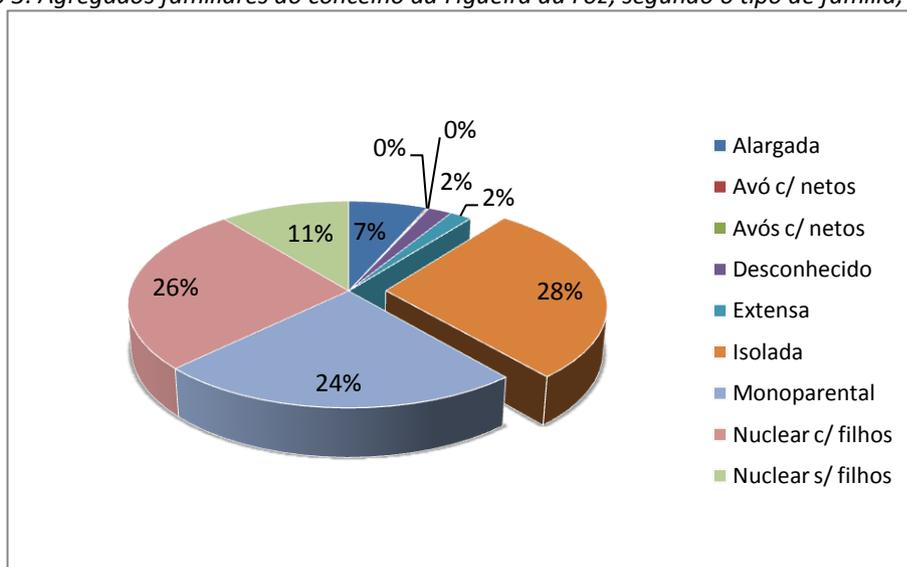
[P]arece que se descobriu agora o problema da natalidade, quer dizer, a natalidade está muito ligada às condições laborais, ou seja, quando as pessoas têm um trabalho cada vez mais exigente, não lida bem com as suas necessidades de proteção à família (...) Depois ficam muito admirados de não quererem ter filhos? Já não basta não terem emprego, e quando têm, o emprego lida mal com a necessidade da proteção à natalidade. E esse problema é um problema de todos nós. Os nossos impostos é que têm que suportar essas coisas. Eu também não digo que tenha que ser o patrão a suportar sozinho isso, somos nós todos, país, Estado, e o Estado somos nós todos que têm que dar isso como um problema.

5.1.2. Famílias

No Quadro 41 das famílias clássicas, podemos observar que o concelho da Figueira da Foz, segundo os Censos de 2011, tem 21.602 famílias. As freguesias com maior número de famílias são as freguesias de Buarcos (7.004) e Tavadrede (3.312).

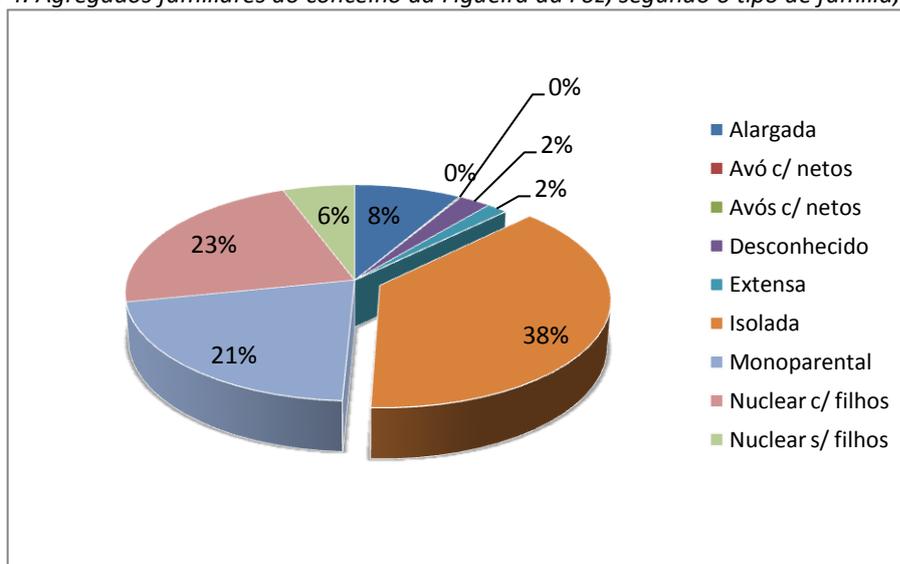
O maior número de famílias é constituído por um núcleo composto por um casal de direito sem filho/a(s), à exceção das freguesias de Alhadas, Marinha das Ondas, Moinhos da Gândara e Tavadrede, cujo núcleo é composto por um casal de direito com filho/a(s) com menos de 25 anos de idade. A freguesia de Buarcos destaca-se pela diferença, uma vez que o maior número de famílias são famílias sem núcleo compostas por uma pessoa (2.267 famílias), sendo que 1.024 são compostas por pessoas com mais de 65 anos de idade (conf. Quadro 40).

Gráfico 3: Agregados familiares do concelho da Figueira da Foz, segundo o tipo de família, em 2007



Fonte: Diagnóstico Social CLDS+2013

Gráfico 4: Agregados familiares do concelho da Figueira da Foz, segundo o tipo de família, em 2013

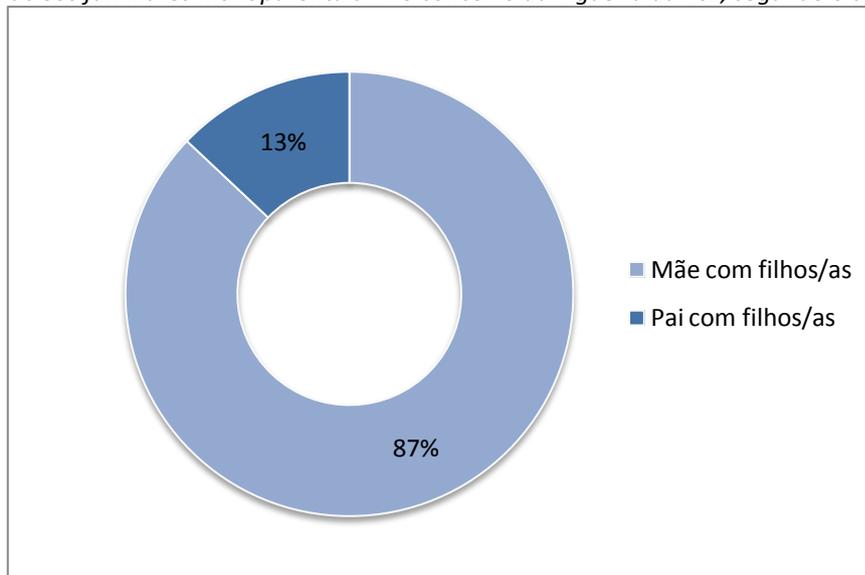


Fonte: Diagnóstico Social CLDS+2013

De 2007 para 2013, a mudança mais significativa ocorreu nas famílias isoladas, em que o número aumentou de 28% para 38%. A percentagem de famílias monoparentais também é significativa nos dois períodos temporais, podendo-se analisar, em detalhe, no Quadro 42, em anexo, onde se registam 2.763 famílias monoparentais no concelho da Figueira da Foz, sendo as freguesias de Buarcos (1.029), Tavarede (442) e

Alhadas (232) as que apresentam o maior número elevado destes núcleos familiares, ao passo que a freguesia do Alqueidão é a freguesia que apresenta o número mais baixo (48).

Gráfico 5: Núcleos familiares monoparentais³³ no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A totalidade de famílias monoparentais no concelho é marcada por uma elevada representatividade diferencial entre pais com filhos/as (13%) e mães com filhos/as (87%). Estes núcleos familiares monoparentais necessitam de novas respostas sociais e laborais, uma vez que a conciliação vida familiar e vida profissional fica mais comprometida, nomeadamente, para as mulheres com filhos/as a cargo, tal como refere o/a Entrevistado/a 8:

Vejamós nós aqui na Figueira, o que é que nós temos para nos responder se eu for mãe solteira, que não tendo família de retaguarda, o que é que eu tenho aqui para poder conciliar a minha atividade profissional com o facto de querer ser mãe? Que respostas nós temos? Não temos. Portanto, mais uma vez somos excluídas, aqui podemos ser excluídas por essa incapacidade de respostas transversais. Até posso ser recrutada, mas depois não tenho retaguarda em termos familiares. Isso também é uma questão de desigualdade, mas aqui tanto pode ser para o homem como para a mulher. Na mesma circunstância, colocando o homem ou mulher que quer ser pai ou mãe, assumir esse exercício da parentalidade, nós não temos grandes estruturas de apoio.

A grande maioria destas famílias possui baixas qualificações escolares, situando-se ao nível do primeiro ciclo do ensino básico, com maior expressão nas monoparentais

³³ Núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filhos (INE).

masculinas. Estas baixas qualificações conduzem, com frequência, a situações de vulnerabilidade social e económica pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

5.2. Escolaridade

Em 2011, observa-se uma percentagem elevada de indivíduos sem nível de escolaridade na freguesia do Bom Sucesso (H=19,2%; M=30,6%) e na freguesia do Alqueidão (H=19,1%; M=28,9%) (Conf. Quadro 43). Estes números podem ser confirmados no Quadro 5, em que a taxa de analfabetismo na freguesia do Bom Sucesso é a mais alta (H=5,7%; M=18,3%). Como se pode verificar, as percentagens de analfabetismo são mais elevadas para as mulheres, sendo um dos obstáculos no acesso a emprego e à informação, como veremos no tema do Trabalho e Emprego.

Quadro 5: Taxa de analfabetismo da população residente no concelho da Figueira da Foz, por freguesia e por sexo, em 2011

Unidade Geográfica	H	M
	%	%
Região Centro	4	8,5
Figueira da Foz	3,1	8,5
Alhadas	3,6	10,3
Alqueidão	4,9	12,3
Bom Sucesso	5,7	18,3
Buarcos	1,7	5,9
Ferreira-a-Nova	5	10,9
Lavos	4,9	10,7
Maiorca	5,1	14,5
Marinha das Ondas	4,9	11,3
Moinho das Gândaras	5,1	14,7
Paião	3,7	12,4
Quiaios	3,1	7,3
São Pedro	2,6	6,3
Tavarede	1,7	4,4
Vila Verde	3,7	8,8

Fonte: INE, Censos 2011

Continuando a análise do Quadro 43, um número significativo da população do concelho da Figueira da Foz possui o primeiro ciclo do ensino básico (H= 24,1%; M=23,5%). Os rapazes estão em maioria no segundo (13,7%; N=4146) e terceiro (19,4%; N=5845) ciclos do ensino básico, com um diferencial entre sexos de 4,2% no segundo ciclo

e de 6% no terceiro ciclo. Esta representatividade masculina mantém-se na população com o ensino secundário ou pós secundário, 15,3% de homens e 12,6% de mulheres (Dif=2,7%).

Ao nível do ensino superior, esta representatividade diferencial por sexo altera-se, observando-se 9,4% homens e 12,8% mulheres (Dif=3,4%) com este nível de escolaridade. As freguesias de Buarcos e Tavarede são as que têm maior número de pessoas com habilitações académicas mais elevadas.

Quadro 6: Alunos/as do concelho da Figueira da Foz, segundo a modalidade de ensino e o sexo, no ano letivo 2013/2014

Modalidade de Ensino	H		M	
	N.º	%	N.º	%
Cursos Educação e Formação (CEF)	39	68,4	18	31,6
Cursos Profissionais	330	57,5	244	42,5
Cursos Tecnológicos	19	86,4	3	13,6
Ensino Artístico especializado em regime integrado	30	53,6	26	46,4
Total	418	59,0	291	41,0

Fonte: Representante da Educação, Núcleo Executivo do CLAS

No ensino secundário, onde surge a possibilidade de opção por áreas diferenciadas, verifica-se que raparigas e rapazes se orientam para diferentes modalidades de ensino. No concelho da Figueira da Foz, a presença de rapazes é maioritária em todas as modalidades de ensino, sendo de destacar a maior diferença nos cursos tecnológicos (86,4%) e nos CEF (68,4%), diminuindo esta disparidade no ensino artístico especializado em regime integrado.

Quadro 7: Alunos/as do concelho da Figueira da Foz que frequentam cursos profissionais, segundo o curso e o sexo, no ano letivo 2013/2014

Cursos	H		M	
	N.º	%	N.º	%
<i>Técnico de Análise Laboratorial</i>	13	34,2	25	65,8
<i>Técnico de Apoio à Gestão Desportiva</i>	33	73,3	12	26,7
<i>Técnico de Restauração/Variante Restaurante-Bar</i>	29	43,9	37	56,1
<i>Técnico de Restauração/Variante Cozinha-Pastelaria</i>	37	50,0	37	50,0
<i>Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade</i>	13	27,7	34	72,3
<i>Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores</i>	29	90,6	3	9,4
<i>Técnico de Apoio à Infância</i>	0	0,0	21	100,0
<i>Técnico de Apoio Psicossocial</i>	10	15,4	55	84,6
<i>Técnico de Informática de Gestão</i>	14	66,7	7	33,3
<i>Técnico de Instalações Elétricas</i>	28	100,0	0	0,0
<i>Técnico de Manutenção Industrial/variante Eletromecânica</i>	36	100,0	0	0,0
<i>Técnico de Metalomecânica</i>	13	100,0	0	0,0
<i>Técnico de Auxiliar de Saúde</i>	1	7,7	12	92,3
Total	256	51,3	243	48,7

Fonte: Representante da Educação, Núcleo Executivo do CLAS

Nos cursos profissionais é notória a tipificação das profissões por sexo. As áreas ligadas à infância (100%), ao apoio psicossocial (84,6%) e à saúde (92,3%) são marcadamente femininas, ao passo que as áreas ligadas à informática (66,7%), à

eletricidade (100%), eletromecânica (100%) e metalomecânica (100%) são marcadamente masculinas.

Existem áreas historicamente ligadas ao feminino, “(...) as profissões ligadas à ação social sempre estiveram mais viradas para as mulheres e, portanto, tornou-se, durante muito tempo, uma profissão tipicamente feminina (...) continuamos a ver poucos homens até a tirar o curso, não é? Se existem poucos homens a enveredarem por aquela profissão, existirão mais profissionais mulheres do que homens” (Entrevistado/a 29). Por outro lado, o trabalho que exige maior esforço físico é atribuído aos homens, nomeadamente “(...) a chamada indústria pesada em que não há hipótese” (Entrevistado/a 24). No recrutamento de colaboradores, “(...) as entidades empregadoras continuam a fazer menção “preferencialmente mulher” ou “preferencialmente homem” (...) o que bloque[ia] muitas vezes a integração dessas pessoas, mesmo quando até elas revela[m] alguma apetência para essas profissões.” (Entrevistado/a 10).

Esta análise é ilustrativa da segregação horizontal, entre o sexo masculino e o sexo feminino, na escolha de uma modalidade escolar e de uma área profissional. No tema do Trabalho e do Emprego, a segregação sexual mantém-se, mas, neste caso, já estaremos perante uma segregação vertical, conforme podemos observar a seguir.

5.3. Trabalho e Emprego

5.3.1. População Empregada

Quadro 8: População residente empregada no concelho da Figueira da Foz, segundo a situação perante a profissão e o sexo, em 2011

Situação na profissão	Região Centro					Figueira da Foz				
	H		M		HM	H		M		HM
	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	%	
Empregador	68.698	67,0	33.797	33,0	102.495	1.413	60,6	918	39,4	2.331
Trabalhador por conta própria	42.865	60,8	27.674	39,2	70.539	864	50,9	833	49,1	1697
Trabalhador familiar não remunerado	2.371	34,7	4.465	65,3	6.836	44	28,4	111	71,6	155
Trabalhador por conta de outrem	379.596	50,6	370.296	49,4	749.892	10.373	52,1	9.554	47,9	19.927
Membro de cooperativa de produção	242	57,6	178	42,4	420	5	83,3	1	16,7	6
Outra situação	4.169	41,6	5.860	58,4	10.029	134	47,0	151	53,0	285
Total	497.941	53,0	442.270	47,0	940.211	12.833	52,6	11.568	47,4	24.401

Fonte: INE, Censos 2011

No Quadro 8, podemos observar que o número de empregadores/as é mais elevado nos homens do que nas mulheres, tanto na região Centro (67%) como no concelho da Figueira da Foz (60,6%). No que respeita aos trabalhadores por conta própria, o diferencial entre os dois sexos observado na região Centro (21,6%) diminui consideravelmente relativamente à Figueira da Foz (1,8%), onde o empreendedorismo feminino tem ganho espaço no mercado económico.

Contudo, relativamente aos trabalhadores/as familiares não remunerados, regista-se uma acentuada diferença sexual, uma vez que a grande percentagem são mulheres, 65,3% na região Centro e 71,6% no concelho da Figueira da Foz, mantendo-se a mesma tendência para o total das freguesias (conf. Quadro 44). Estes dados são ilustrativos do trabalho não remunerado ser maioritariamente efetuado por mulheres, relacionado com o trabalho doméstico e o trabalho agrícola.

No que diz respeito à população economicamente ativa (conf. Quadro 45), pode-se verificar que a freguesia de Moinhos da Gândara apresenta os números mais baixos,

tanto para os homens (276) como para as mulheres (236). Quanto à população economicamente ativa e empregada, o setor primário e o setor secundário apresentam a sua maior percentagem na freguesia de Marinha das Ondas, 12,9% e 43,1%, respetivamente. No que diz respeito ao setor terciário, este é mais representativo nas freguesias de Buarcos (74,5%) e de Tavadede (72,7%), onde as atividades económicas se concentram.

Quadro 9: População residente economicamente ativa (sentido restrito) no concelho da Figueira da Foz, segundo a taxa de atividade e o sexo, por freguesia, em 2011

<i>Unidade Geográfica</i>	Total da população economicamente ativa						Diferencial
	Total da população economicamente ativa			Taxa de atividade			
	HM	H	M	HM	H	M	
	N.º	N.º	N.º	%	%	%	
Região Centro	1056225	553200	503025	45,4	49,8	41,4	8,4
CC-Figueira da Foz	27953	14494	13459	45,0	49,3	41,1	8,2
FG-Alhadas	2244	1207	1037	55,0	62,1	48,5	13,7
FG-Alqueidão	753	424	329	43,0	50,3	36,2	14,1
FG-Bom Sucesso	857	466	391	40,2	46,7	34,5	12,2
FG-Buarcos	8215	4059	4156	44,9	48,7	41,7	7,0
FG-Ferreira-a-Nova	1075	582	493	42,2	47,7	37,2	10,6
FG-Lavos	1657	913	744	41,4	48,5	35,1	13,4
FG-Maiorca	1132	628	504	43,0	48,7	37,5	11,3
FG- Marinha das Ondas	1414	806	608	44,5	52,0	37,4	14,6
FG- Moinhos da Gândara	512	276	236	40,5	46,5	35,2	11,3
FG-Paião	1311	686	625	47,8	54,3	42,2	12,1
FG-Quiaios	1320	680	640	45,5	48,1	43,0	5,1
FG-São Pedro	1314	677	637	45,2	47,6	42,8	4,9
FG-Tavadede	4925	2441	2484	52,2	53,3	51,1	2,3
FG-Vila Verde	1224	649	575	41,2	45,1	37,6	7,4

Fonte: INE, Censos 2011

No Quadro 9, a taxa de atividade que regista maior expressão é na freguesia das Alhadas (H=62,1%; M=48,5%), podendo estar relacionada com o número de empresas sediadas naquela unidade geográfica. Esta freguesia apresenta um dos diferenciais entre sexos mais altos, juntamente com as freguesias de Marinha das Ondas e do Alqueidão.

A baixa taxa de atividade das mulheres nas freguesias do Bom Sucesso, Lavos e Moinhos da Gândara estão, por um lado, relacionadas com as baixas habilitações escolares observadas nestas freguesias e, por outro, com o trabalho não remunerado ligado à atividade agrícola (Bom Sucesso e Moinhos da Gândara) e à atividade piscatória (Lavos).

Quadro 10: Trabalhadores por conta de outrem por regime de duração de trabalho e por sexo, em 2011

Regime de duração de trabalho										
Unidade Geográfica	Tempo completo					Tempo parcial				
	H		M		HM	H		M		HM
	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º
Região Centro	282476	55,5	226517	44,5	508993	8603	32,5	17833	67,5	26436
Figueira da Foz	8055	56,9	6112	43,1	14167	162	32,9	331	67,1	493

Fonte: PORDATA

Relativamente ao regime de duração do trabalho, observa-se no trabalho a tempo completo um maior número de homens, tanto na região Centro (55,5%) como no concelho da Figueira da Foz (56,9%). Contudo, esta situação altera-se quando observamos os números do trabalho a tempo parcial, passando as mulheres a estarem em maioria, 67,5% na região Centro e 67,1% no concelho da Figueira da Foz.

O trabalho a tempo parcial está estreitamente ligado às mulheres, podendo constituir uma solução para conciliarem um emprego remunerado com a gestão doméstica e o cuidado com os filhos, mas esta modalidade também surge como uma solução à falta de um trabalho remunerado a tempo inteiro, tanto para os homens como para as mulheres. Não obstante, o trabalho a tempo parcial também tem os seus aspetos negativos, pois auferem-se menores rendimentos, menos possibilidades de progressão na carreira (esta modalidade é marginal nos quadros dirigentes e nos trabalhadores/as com cargos que exigem qualificações elevadas), e, muitas vezes, é associado a alguma precariedade dos vínculos laborais (Sándor, 2011).

Quadro 11: Salários dos/as trabalhadores/as por conta de outrem no concelho da Figueira da Foz, por remuneração base mensal e ganho médio mensal, segundo o sexo, em 2009 e 2012

Unidade Geográfica	Remuneração base média mensal				Ganho médio mensal			
	2009		2012		2009		2012	
	H	M	H	M	H	M	H	M
	€	€	€	€	€	€	€	€
Figueira da Foz	981,1	680,4	1.009,0	705,1	1.251,7	776,6	1.251,7	832,9

Fonte: PORDATA

Em termos da remuneração base média mensal, as mulheres auferiam em 2009, em média, menos 300,7€ do que os homens, e menos 303,9€ em 2012. Relativamente ao ganho médio mensal, as mulheres auferiam em 2009 menos 475,1€, e em 2012, menos 418,8€.

Acresce que estas diferenças salariais entre homens e mulheres são transversais a todos os níveis de qualificação dos/as trabalhadores/as, sendo ao nível dos quadros superiores que essa diferença é mais vincada. Segundo o/a Entrevistado/a 4, “(...) continuam a ser dados às mulheres, dentro da mesma profissão, os lugares mais mal pagos (...) [a] partir do momento que se começa a ter maior disponibilidade de trabalhadores com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, penso que os patrões aí viram hipótese de ter a mão de obra mais barata”. Esta opinião é corroborada pelo/a Entrevistado/a 17, “[e]u acho que agora acaba por ser um aproveitamento económico, porque se uma empresa pode contratar uma senhora por quinhentos euros, não vai contratar outra senhora, para fazer o mesmo trabalho, por seiscentos ou setecentos”.

Nos/nas trabalhadores/as por conta de outrem, para além do *gap* salarial, outro fenómeno a ter em consideração é a segregação vertical nos lugares de chefia nas organizações, dado que estes cargos são maioritariamente atribuídos aos homens. Segundo a opinião do/a Entrevistado/a 6, “[N]ormalmente, as organizações preferem coaptar homens para cargos de chefia, mas isso é uma coisa que só muda com os tempos, por causa do fator da disponibilidade”. Também o/a Entrevistado/a 19, relata a situação do seu contexto profissional, “(...) eu trabalho numa organização onde trabalham muitas senhoras, mas elas conseguem ir até um determinado patamar neste momento”. Não obstante, vão surgindo posições mais positivas relativamente a esta problemática da

acessibilidade aos lugares de topo, “(...) as organizações vão ter que repensar os seus quadros e as suas estruturas, e as senhoras vão ter que começar a assumir estes cargos de chefia de maior responsabilidade, porque vai ser uma coisa natural” (Entrevistado/a 24), uma vez que “(...) as mulheres têm demonstrado que enquanto profissionais, independentemente de serem mulheres, são capazes de assumir os lugares, em todos os setores de atividade, tal como o homem o faz” (Entrevistado/a 5).

5.3.2. População Desempregada

Quadro 12: Desemprego registado no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, em abril de 2009 e abril de 2014

Abril 2009					Abril 2014				
H		M		HM	H		M		HM
N.º	%	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º
1460	44,5	1818	55,5	3278	1889	45,3	2283	54,7	4172

Fonte: IEFP

O desemprego registado no concelho da Figueira da Foz aumentou 12% de abril de 2009 para abril de 2014, diminuindo um pouco o diferencial entre homens e mulheres, de 11% para 9,4%, mantendo-se o maior número de desemprego para as mulheres.

Uma questão intimamente relacionada com o desemprego feminino é a questão da maternidade devido à questão da disponibilidade. Tal como refere o/a Entrevistado/a 17:

[A]inda há bem poucos anos, algumas das perguntas que faziam nas entrevistas de admissão de emprego, era se pretendiam, no caso das senhoras quando eram mais novas, qual a previsão do futuro, se pretendiam ser mães (...) porque não são todas as instituições que se permitem abrir uma vaga para uma funcionária, principalmente uma funcionária de topo, se ela tiver que ficar de licença de maternidade.

Esta opinião é corroborada pelo/a Entrevistado/a 19:

[A]s mulheres que de alguma forma, queiram singrar mais profissionalmente, ou têm que ter uma ajuda, ou então as jovens empresas são limitativas, porque empresas com alguma dimensão, se calhar as pessoas estarem ausentes seis meses antes seis meses depois (...) as pequenas e médias empresas, não é que em termos monetários, a empresa seja penalizada porque quem paga as ausências e não sei quê é o Estado, a Segurança Social. O problema é formar pessoas para substituir outras.

Segundo o/a Entrevistado/a 4, *“(...) numa perspetiva puramente económica, não percebo porque é que se despedem as mulheres e se fica com os homens, mas depois aos homens paga-se mais do que às mulheres”*. A resposta a esta questão é dada pelo/a Entrevistado/a 5, que considera que a problemática do despedimento feminino está relacionada com a proteção da família, ou seja, *“(...) se houver necessidade de despedir um trabalhador, entre um homem e uma mulher, (...)se há que proteger alguém é o homem que tem a família a cargo, não a mulher”*.

No Quadro 46, em anexo, o maior diferencial da taxa de desemprego verifica-se na freguesia do Bom Sucesso (-6,9%), onde as mulheres são as mais penalizadas, em parte, devido à elevada taxa de analfabetismo do sexo feminino (30,6%).

A taxa de procura do primeiro emprego mais elevada regista-se na freguesia de Moinhos da Gândara (H= 23,5%; M= 34,6%), e é também nesta freguesia que taxa de procura de novo emprego tem os valores mais baixos (H=76,5%; M=65,4%). Estes números justificam-se pela baixa taxa de atividade e pelo número reduzido de população economicamente ativa da freguesia.

A CMFF tem em funcionamento um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) que tem como objetivo apoiar os desempregados na definição e concretização do seu percurso de (re)inserção no mercado de trabalho, atuando em ligação com os Centros de Emprego e entidades empregadoras.

Segundo os dados relativos ao ano de 2013 (conf. Quadro 47), o GIP acompanhou um total de 1760 utentes à procura de novo emprego e à procura do primeiro emprego. Neste âmbito, regista um maior número de procura do primeiro emprego em utentes do sexo feminino com habilitações escolares iguais ou superiores ao 12.º ano de escolaridade e com idades compreendidas entre os 16 e os 23 anos (48,2%) e entre os 24 e os 30 anos (64,1%). Relativamente à procura de novo emprego, as características dos utentes mantêm-se com 41,2% para o grupo etário dos 16 aos 23 anos e 39,9% para o grupo etário dos 24 aos 30 anos. Esta caracterização está expressa na afirmação do/a Entrevistado/a 10 relativamente aos/às utentes inscritos/as no GIP, *“[h] á mais mulheres inscritas (...) então se são mulheres com habilitações mais baixas, mais penalizadas são”*.

O GIP apresenta uma lacuna relativamente aos utentes que são colocados no mercado de trabalho, uma vez que não é efetuado um *follow-up* desses resultados.

5.3.3. População Inativa³⁴

Quadro 13: Taxa de inatividade no concelho da Figueira da Foz, por sexo, em 2001 e 2011

Unidade Geográfica	2001		2011	
	H	M	H	M
	%	%	%	%
Região Centro	31,2	47,2	35,5	45,8
Figueira da Foz	31,7	48,1	36,5	47,0

Fonte: PORDATA

A taxa de inatividade na região Centro e no concelho da Figueira da Foz sofreu um ligeiro aumento para os homens e uma ligeira diminuição para as mulheres. Esta situação pode-se observar no Quadro 48, em anexo, onde foi feita uma comparação entre 2001 e 2011 da população inativa por condição perante o trabalho. No concelho, o número de reformados aumentou, registando-se um aumento de 5,2% para os homens e de 8,3% para as mulheres. Relativamente à percentagem de domésticos³⁵, esta aumenta para os homens de 0,2% para 0,6% e diminui para as mulheres de 28,2% para 21%.

Relacionada com a temática do trabalho e do emprego está a questão da conciliação vida familiar e vida profissional, numa sociedade que cada vez exige mais dos trabalhadores/as, mas que não acompanha essa exigência com medidas de apoio à família e de promoção à natalidade.

³⁴ Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados em sentido restrito (INE).

³⁵ Pessoas com 15 ou mais anos que, não tendo emprego nem estando desempregadas, na semana de referência se ocuparam principalmente das tarefas domésticas nos seus próprios lares (INE).

5.4. Conciliação Vida Familiar/Vida Profissional

5.4.1. Respostas Sociais

Uma vez que 98% dos homens e 94,9% das mulheres que trabalham por conta de outrem trabalham a tempo completo (conf. Quadro 10), a conciliação entre a vida profissional e familiar só é possível se existirem respostas sociais adequadas às necessidades das famílias, nomeadamente, no que respeita às crianças e pessoas idosas.

Quadro 14: Equipamentos Sociais na área da Infância e Juventude no concelho da Figueira da Foz, segundo a rede, em 2013

Unidade Geográfica	Crianças e Jovens						Total	
	Centro de Atividades de Tempos Livres		Creche		Jardim de Infância			
	Rede Solidária	Rede Lucrativa	Rede Solidária	Rede Lucrativa	Rede Solidária	Rede Lucrativa	Rede Solidária	Rede Lucrativa
Figueira da Foz	21	1	21	1	15	1	57	3

Fonte: Diagnóstico Social CLDS+ 2013

O concelho dispõe de uma rede constituída por 120 equipamentos sociais na área da infância e juventude, sendo 57 pertencentes à rede solidária e apenas três pertencentes à rede lucrativa.

Existem duas Instituições Particulares de Solidariedade Social no concelho que reformularam o seu horário de funcionamento de forma a poderem dar resposta às necessidades dos pais e mães que têm horários de trabalho atípicos, não podendo a permanência das crianças na instituição ultrapassar as 10 horas diárias:

O Centro Paroquial de Solidariedade Social de Buarcos tem em funcionamento, desde Março de 2014, um horário alargado nos dias úteis, das 7h30 às 23h00, para as valências de creche e jardim-de-infância, direcionado especialmente para os pais que trabalham por turnos. A adesão a esta resposta ainda não foi sentida, uma vez que ainda está em fase de divulgação.

A Associação Figueira Viva tem desde o início do funcionamento da creche, em 2012, um horário alargado nos dias úteis, das 7h15 às 20h00, e um horário de fim-de-

semana, especificamente para os pais que trabalham por turnos ou que tenham horários atípicos, que funciona ao sábado das 9h30 às 16h00 e ao domingo das 9h30 às 13h00. Esta resposta ainda não foi colocada em prática, uma vez que só pode funcionar com um limite mínimo de dez crianças, apesar de alguns pais terem manifestado interesse nesta resposta.

Quadro 15: Equipamentos Sociais na área dos Idosos no concelho da Figueira da Foz, segundo a rede, em 2013

Unidade Geográfica	Centro de Convívio		Centro de Dia		Centro de Noite		Lar de Idosos		Serviço de Apoio Domiciliário		Total	
	Rede Solid.	Rede Lucrat.	Rede Solid.	Rede Lucrat.	Rede Solid.	Rede Lucrat.	Rede Solid.	Rede Lucrat.	Rede Solid.	Rede Lucrat.	Rede Solid.	Rede Lucrat.
Figueira da Foz	1	1	18	1	15	1	10	14	22	3	52	17

Fonte: Diagnóstico Social CLDS+ 2013

Relativamente ao apoio à população idosa, o concelho possui uma rede de 69 equipamentos, 52 pertencentes à rede solidária e 17 pertencentes à rede lucrativa. Como se pode observar, é notória a aposta da rede lucrativa nos lares de idosos (14) em detrimento dos outros equipamentos, conforme refere o/a Entrevistado/a 20, “(...) na freguesia do Paião, que é a freguesia do concelho, quase de certeza absoluta, que tem mais lares privados, e não tem um centro de dia. Ou seja, preocuparam-se com a parte do lucro e ninguém se preocupou com o serviço prestado à população, de ocupar as pessoas e de muitas delas não terem que fazer e haver alguma dificuldade”.

Dado o envelhecimento da população do concelho, a necessidade de apoio aos idosos é uma constante, e para a qual a oferta de resposta nem sempre é suficiente de acordo com o/a Entrevistado/a 9, “(...) tenho muitos idosos, é idosos mais que eu tenho, e famílias preocupadas, o que é que hão-de fazer, tenho que trabalhar e não tenho respostas. Sobretudo na resposta de lar, mas às vezes, mesmo para o apoio domiciliário, não há resposta logo”. Contudo, a maioria dos entrevistados/as, considera que o concelho tem uma boa cobertura de instituições de apoio à família, seja em relação à família, seja em relação aos idosos.

Apesar de a institucionalização ser considerada um apoio importante à família na conciliação da vida familiar com a vida profissional, também é considerado por muitos/as um mal necessário, tal como refere o/a Entrevistado/a 6:

[T]eríamos que aprofundar mais o apoio à família, eu quando digo aqui à família, digo ao núcleo familiar. Eu considero que o núcleo familiar é, digamos a célula da organização social, e por isso temos que perder, se calhar tempo, a apoiar as instituições para procederem ao apoio pessoal, ao apoio individualizado. Precisamos de apoiar a família como um todo coeso.

5.4.2. Maternidade e Paternidade³⁶

Quadro 16: Dias de ausência por maternidade, paternidade e adoção no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo e por freguesia, em 2011

Unidade Geográfica	Maternidade, Paternidade e Adoção			
	H	H	M	M
	N.º	%	N.º	%
CC-Figueira da Foz	9.831	11,7	74.194	88,3
FG-Alhadas	710	11,5	5.476	88,5
FG-Alqueidão	221	7,5	2.741	92,5
FG-Bom Sucesso	257	10,8	2.129	89,2
FG-Buarcos	2.745	11,5	21.062	88,5
FG-Ferreira-a-Nova	315	9,5	3.015	90,5
FG-Lavos	460	8,7	4.834	91,3
FG-Maiorca	469	18,0	2.136	82,0
FG-Marinha das Ondas	296	8,0	3.403	92,0
FG-Moinhos da Gândara	100	15,2	560	84,8
FG-Paião	479	12,0	3.500	88,0
FG-Quiaios	501	14,8	2.891	85,2
FG-São Pedro	708	16,1	3.680	83,9
FG-Tavarede	2.343	12,4	16.606	87,6
FG-Vila Verde	227	9,5	2.161	90,5

Fonte: MSSS

Como se pode verificar no quadro acima, as mulheres têm um absentismo muito mais elevado do que os homens devido à maternidade, registando-se esta situação a nível

³⁶ Foram solicitados dados, desagregados por sexo, ao Centro Distrital de Coimbra do Instituto de Segurança Social – Serviço Local da Figueira da Foz, relativos a: beneficiários do subsídio de assistência a descendentes menores ou deficientes; beneficiários do subsídio por maternidade; beneficiários do subsídio por paternidade; beneficiários do subsídio por licença parental e beneficiários do subsídio por licença 5 dias. Contudo, o Serviço Local da Figueira da Foz apenas dispõe de uma base de dados com listagens nominativas, não sendo possível a desagregação por sexo em tempo útil para a redação deste relatório.

concelhio e no total das freguesias. A freguesia onde se regista um maior diferencial entre homens e mulheres é na freguesia de Alqueidão (-85%), sendo a freguesia de Maiorca a que regista um diferencial mais baixo (-64%).

O sistema social tende a associar as mulheres ao espaço doméstico, nomeadamente à gestão do lar e ao cuidado dos filhos, e os homens, por sua vez, estão mais ligados ao trabalho profissional e ao sustento económico da família. No entanto, a sociedade tem vindo a sofrer uma enorme alteração dos valores de família, na medida em que aumentaram os divórcios e os segundos casamentos, e diminuiu a fecundidade e os casamentos. Estes novos modelos familiares conduziram a algumas alterações e ruturas com alguns estereótipos de género, contudo, a desigualdade sexual na partilha da gestão doméstica e familiar tem vindo a perpetuar-se no tempo, embora em moldes diferentes e com um aumento da participação masculina. O/a Entrevistado/a 5, vai ao encontro desta questão, referindo que *“os homens já fazem muitas coisas em casa, já partilham as tarefas domésticas, mas de uma forma geral, ajudam, não partilham de igual forma”*.

A conciliação trabalho e família é uma tarefa cada vez mais difícil devido, por um lado, ao tempo, uma vez que o trabalho consome o tempo das pessoas, deixando pouco espaço para a família, e, por outro lado, devido às pressões familiares, dado que há cada vez menos capacidade para prestar os cuidados aos dependentes (geração *sandwich*³⁷).

Neste contexto, as mulheres sentem dificuldade em conseguirem dedicar-se a uma carreira profissional, ou a uma atividade associativa ou política, como relata o/a Entrevistado/a 19, *“Ou me dedico à minha carreira e tenho ali uns anos valentes para conseguir atingir um determinado patamar, ou então, constituir família, filhos”*.

O/a entrevistado/a 4 expõe a sua opinião sobre esta problemática:

Acho que a sociedade não consegue tributar e cumprir os seus valores com as instituições. A institucionalização [no apoio à infância] é um mal necessário. Deve existir para a socialização q.b. E portanto, vamos imaginar que é dirigente de um partido político, precisa de ir a um congresso, são três dias, se o seu marido não pode ficar a tomar conta dos filhos porque trabalha e tem um horário das sete às oito da noite, e portanto não tem tempo para isso. E portanto, seria importante poder evocar que o trabalho que a sua mulher está a fazer o obriga a ter que sair, e portanto, ser a família compensada, abrindo mão, não quer dizer que as pessoas não trabalhem, mas é uma questão de ajustamento de horários, quando é possível, permitir o trabalho a partir de casa. Flexibilizar. O apoio ser centrado ali, eu julgo que quando for possível à família funcionar

³⁷ Geração de ativos que é responsável por duas gerações, a geração ascendente, devido ao aumento da esperança média de vida, e a geração descendente, a qual permanece dependente dos pais até mais tarde.

desta forma, a mulher tem toda a liberdade que os homens têm. E porque é que não há-de ficar o pai a tomar conta dos filhos?

5.5. Mobilidade

A mobilidade apresenta-se como outra condicionante à conciliação vida familiar e vida profissional, pois a gestão de tempo na rotina diária é um elemento fundamental nessa conciliação.

5.5.1. Acessibilidades e Transportes

O concelho da Figueira da Foz tem uma localização geográfica favorável e está servido por uma rede rodoviária que lhe dá um fácil acesso ao norte, ao sul e ao interior do país, a saber: ligação ao norte - sublanço A14/IP3: ligação da Figueira da Foz à A1 (nó de Coimbra); ligação a sul - pelo IC1/IC8 - à A1 no Município de Pombal e à A8 nos Municípios de Leiria e Marinha Grande; ligação ao Interior/Espanha - pela A14/IP3 (Figueira da Foz, Coimbra, Vilar Formoso Figueira da Foz – Coimbra, com ligação em Alfarelos à linha do Norte e pelo IC1/IC8 (Figueira da Foz, Castelo Branco).

Quanto à rede ferroviária, esta tem apenas uma ligação entre Figueira da Foz e Coimbra, com ligação em Alfarelos à linha do Norte, pois foi recentemente extinta a linha do Oeste que fazia a ligação da Figueira da Foz a Lisboa.

O Porto Marítimo Comercial tem ligações marítimas aos principais portos europeus, com três cais adequados a vários tipos de carga (carga geral, granéis e contentores) e com ligação direta à rede ferroviária.

As principais dificuldades registam-se ao nível da rede de transportes que serve o concelho, afetando, nomeadamente quem trabalha na área da restauração e da hotelaria, sendo uma área do turismo que tem uma grande procura na época estival.

Segundo o/a Entrevistado/a 5:

“[U]ma mulher que trabalhe num restaurante, que tenha horários diferentes, não tem transporte. É uma questão que se coloca em relação às mães, porque são as mães que normalmente manifestam esta dificuldade. E mais uma vez, temos a mulher a ser sobrecarregada e a ter que encontrar formas alternativas, ao não conseguir assumir uma proposta de trabalho na restauração, e que, ainda por cima, tem um enorme peso sazonal no município, não é?”.

Esta problemática dos transportes públicos rodoviários acentua-se para quem vive na periferia, pois fica dependente dos horários escolares como refere o/a Entrevistado/a 11:

Portanto, em períodos de férias, há sítios em que não têm [transportes], ou têm de manhã e final do dia. Depois por outro lado, temos centralidades que têm a ver com as escolas. Temos transportes, que de forma geral, vêm de todo o município para a zona urbana. As pessoas vêm trabalhar e vão ao final do dia. E depois temos outras centralidades, na zona norte, nas Alhadas, porque é uma escola EB 2/3 e depois no Paião, que há outra escola EB 2/3. E portanto, houve transportes que foram reformulados com estas novas centralidades, de resto é o fluxo zona urbana e depois no final do dia para fora da zona urbana. Mas com horários que são pouco adequados.

Não obstante, surge aqui uma questão controversa, uma vez que a rede de transportes não cobre as necessidades dos utentes, estes começam a procurar alternativas e deixam de os utilizar, e como “(...) as pessoas não utilizam (...) não é rentável para a transportadora criar novos horários. De facto é uma área de grande fragilidade no município” (Entrevistado/a 5).

5.5.2. Migrações

Quadro 17: População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, segundo o sexo, em 2011

Unidade Geográfica	H	M	HM
	%	%	%
Região Centro	2,9	2,5	2,7
Figueira da Foz	3,3	2,8	3,0

Fonte: INE, 2011 / PORDATA

A população estrangeira com estatuto legal de residente não é muito expressiva no concelho da Figueira da Foz, correspondendo a 2,7% da população residente. O maior número de imigrantes é de nacionalidade brasileira (653), seguida da nacionalidade ucraniana (445) e pelos imigrantes provenientes de outros países da Europa (292) (conf. Quadro 39).

Quadro 18: População residente no concelho da Figueira da Foz, por migrações, em 2001 e 2011

Unidade Geográfica	População residente											
	População que não mudou de município		Imigrantes provenientes de outro município		Imigrantes provenientes de outro país		População que não mudou de município		Imigrantes provenientes de outro município		Imigrantes provenientes de outro país	
	2001						2011					
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Região Centro	2.251.201	97,0	46.111	2,0	23.873	1,0	2.234.783	97,0	53.290	2,3	17.012	0,7
Figueira da Foz	60.369	97,4	1.030	1,7	552	0,9	59.832	97,2	1.296	2,1	414	0,7

Fonte: INE / PORDATA

Relativamente às migrações entre 2001 e 2011, a evolução mais significativa regista-se nos imigrantes provenientes de outro município, que aumentou de 1,7% para 2,1% no concelho da Figueira da Foz, e evoluiu de 2,0% para 2,3% na região Centro. Dado o aumento do desemprego no concelho, o número de imigrantes provenientes de outro país também teve uma ligeira queda de 0,9% para 0,7%.

Na Figueira da Foz, uma parte significativa da população empregada encontra-se a trabalhar fora do município, registando-se as designadas migrações pendulares para as cidades vizinhas de Aveiro, Leiria e Coimbra, sendo esta última o destino mais procurado por ser a que fica mais próxima.

5.6. Proteção Social

Quadro 19: Titulares de prestação RSI do concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo e a freguesia, em 2014

Freguesia	H		M	
	N.º	%	N.º	%
Alhadas	27	3,2	59	7,1
Alqueidão	4	0,5	4	0,5
Bom Sucesso	2	0,2	13	1,6
Buarcos	149	17,9	203	24,4
Ferreira-a-Nova	8	1,0	13	1,6
Lavos	11	1,3	16	1,9
Maiorca	7	0,8	10	1,2
Marinha das Ondas	4	0,5	20	2,4
Moinhos da Gândara	2	0,2	13	1,6
Paião	2	0,2	6	0,7
Quiaios	6	0,7	12	1,4
São Pedro	24	2,9	44	5,3
Tavarede	43	5,2	85	10,2
Vila Verde	12	1,4	34	4,1
Total	301	36,0	532	64,0

Fonte: ISS, IP

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto da Segurança social – Serviço Local de Atendimento da Figueira da Foz, em abril de 2014, 64% dos/as titulares do Rendimento Social de Inserção (RSI) são mulheres, ainda que esta prestação se destine a abranger a totalidade do agregado familiar, incluindo o/a cônjuge, filhos/as e outros elementos. Estes dados são confirmados pelo/a Entrevistado/a 14, o qual refere que “ao nível da ação social e atendimento, tudo o que é tratamento destas questões de pedido de apoios económicos, são mais as mulheres que aparecem, que recorrem ao atendimento de ação social”.

As freguesias com maior percentagem de titulares de RSI são as freguesias de Buarcos, Tavarede, Alhadas e São Pedro, o que significa que a maior concentração dos beneficiários desta prestação social se situa na zona urbana do concelho.

Quadro 20: Beneficiários de RSI, Subsídio de desemprego, Subsídio social de desemprego e subsídio por doença, no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, em 2011

<i>Medidas do Sistema de Solidariedade e Segurança social</i>		H		M	
		N.º	%	N.º	%
<i>Subsistema de proteção social de cidadania</i>	Rendimento Social de Inserção	1.181	2,3	1.353	2,6
<i>Subsistema previdencial</i>	Subsídio de desemprego	722	20,3	716	20,2
	Subsídio Social de Desemprego	110	3,1	138	3,9
	Subsídio por Doença	1.201	4,9	1.625	6,7

Fonte: II/ MSSS, PORDATA

No que respeita ao subsídio de desemprego, a diferença entre o número de beneficiários homens e mulheres é quase nula. No subsídio social de desemprego, as mulheres já se encontram em maior número, com um diferencial de 0,8%. As mulheres também têm maior representação nas prestações de subsídio por doença, com um diferencial de 1,8%.

Quadro 21: Pensionistas ativos no concelho da Figueira da Foz, segundo o regime e o sexo, em 2011

<i>Regime</i>	H		M	
	N.º	%	N.º	%
Invalidez	1.008	57,1	756	42,9
Velhice	5.749	48,0	6.232	52,0
Sobrevivência	799	17,5	3.776	82,5
Total	7.556	41,2	10.764	58,8

Fonte: MSSS

Apesar das mulheres serem maioritárias no grupo etário acima dos 65 anos, verifica-se uma diferença pouco significativa no número de homens (48%) e mulheres (52%) que recebem pensão por velhice. Em contrapartida, as mulheres constituem a larga maioria das pessoas (82,5%) que beneficiam de uma pensão de sobrevivência, cuja atribuição resulta muitas vezes na sequência da morte do/a cônjuge, e que revela uma

notória feminização da pobreza. No que respeita à pensão por invalidez, os homens são predominantes (57,1%).

5.7. Habitação Social

Para além das medidas de proteção social estatais, a habitação social é outra medida, a nível municipal, a que a população recorre quando reside numa habitação cujas condições não satisfazem as necessidades do aglomerado familiar.

Quadro 22: Titulares de processos de procura de habitação no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo e a freguesia, em 2014

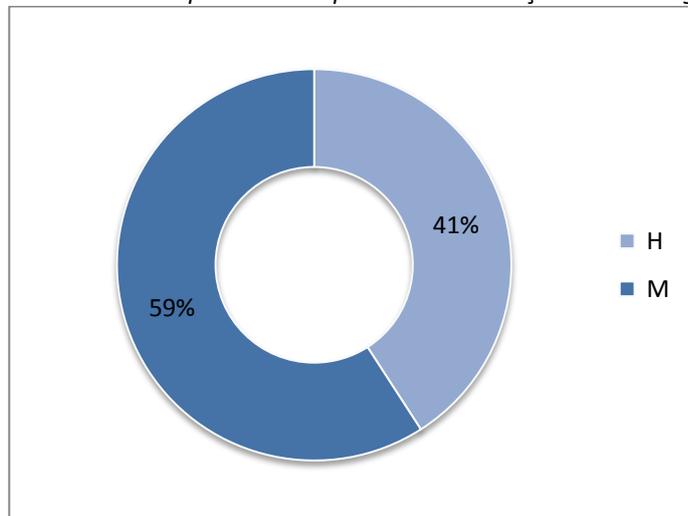
Freguesia	H		M	
	N.º	%	N.º	%
Alhadas	7	5,7	10	3,9
Alqueidão	2	1,6	4	1,5
Bom Sucesso	0	0,0	4	1,5
Buarcos	59	47,6	147	56,8
Ferreira-a-Nova	0	0,0	6	2,3
Lavos	4	3,2	14	5,4
Maiorca	3	2,4	1	0,4
Marinha das Ondas	1	0,8	4	1,5
Moinhos da Gândara	0	0,0	3	1,2
Paião	2	1,6	3	1,2
Quiaios	2	1,6	5	1,9
São Pedro	5	4,0	15	5,8
Tavarede	26	21,0	30	11,6
Vila Verde	9	7,3	12	4,6
Fora do Concelho	4	3,2	1	0,4
Total	124	32,4	259	67,6

Fonte: Figueira Domus E.E.M.

Em abril de 2014, a Empresa Municipal Figueira Domus tinha ativos 383 processos de procura de fogos de habitação social. Em todas as freguesias se regista um número maior de pedidos efetuados por mulheres (67,6%). Apenas os pedidos feitos por titulares residentes fora do concelho são maioritariamente masculinos. Buarcos e Tavarede são as freguesias que registam maior número de pedidos. As diferenças mais

acentuadas entre homens e mulheres observam-se nas freguesias de Buarcos, Lavos e São Pedro.

Gráfico 6: Titulares de processos de procura de habitação de etnia cigana, segundo o sexo, em 2014



Fonte: Figueira Domus E.E.M.

Relativamente aos titulares de processos de habitação de etnia cigana, regista-se, igualmente, uma maior percentagem de pedidos efetuados por mulheres (59%). Apesar de na cultura cigana o homem representar o papel de chefe de família, as questões relacionadas com a ação social são muito da incumbência da mulher.

5.8. Saúde

A Figueira da Foz, no que diz respeito ao acesso à saúde, dispõe, para além do Centro de Saúde (cuidados de saúde primários), de um hospital, o Hospital Distrital da Figueira da Foz (HDFF). O HDFF tem a sua sede na freguesia de São Pedro e a sua área de influência abrange todo o concelho da Figueira da Foz e parcialmente, os concelhos de Montemor-o-Velho, Soure, Cantanhede, Mira e Pombal. A estrutura hospitalar dispõe de um total de 144 camas, sendo 70 para a área médica e 74 para a área cirúrgica, e os serviços de prestação de cuidados contemplam: internamento, cirurgia de ambulatório, consulta externa, hospital de dia, urgência, serviço domiciliário e meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

5.8.1. Acesso a Cuidados de Saúde Primários

O Centro de Saúde da Figueira da Foz tem como área geográfica de influência todas as freguesias do concelho da Figueira da Foz.

Possui como unidades assistenciais: a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) Figueira Norte, com sede nas Alhadas e com três unidades descentralizadas, nomeadamente, Bom Sucesso, Maiorca e Santana; a UCSP Figueira Sul, com sede no Paião e com três unidades descentralizadas, Lavos, Marinha das Ondas e Cova-Gala; a UCSP Figueira Urbana, com sede em Buarcos e com três unidades descentralizadas, Quaios, Vila Verde e Brenha; a Unidade Saúde Familiar (USF) de Buarcos e a USF de São Julião (ACES Baixo Mondego, 2013).

A Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Figueira Urbana é a unidade que tem mais utentes inscritos sem médico de família, sem médico de família por opção e com médico de família.

Quadro 23: Utentes inscritos por unidade assistencial no concelho da Figueira da Foz, em 2012

<i>Unidades Assistenciais</i>	Inscritos sem médico de família	Inscritos sem médico de família por opção	Inscritos com médico de família	Total
<i>UCSP Figueira da Foz Norte</i>	1862	7	9679	11548
<i>UCSP Figueira da Foz Sul</i>	3235	-	12001	15236
<i>UCSP Figueira da Foz Urbana</i>	2439	358	19046	21843
<i>USF Buarcos</i>	-	-	10497	10497
<i>USF São Julião</i>	-	-	10007	10007
Total	7536	365	61230	69131

Fonte: ACES BM, Plano de Desempenho 2013

De acordo com os dados do ACES-BM (conf. Quadro 23), em fevereiro de 2014, registavam-se 70 265 utentes inscritos no Centro de Saúde da Figueira da Foz, destes 33 748 (48%) são homens e 36 517 (52%) são mulheres.

Nas três UCSP da Figueira da Foz, a maioria dos utentes, homens e mulheres, situa-se no grupo etário dos 35 aos 39 anos. Na USF de Buarcos, registam-se mais utentes

homens no grupo etário dos 7 anos 14 anos, e mais utentes mulheres entre os 35 e os 39 anos. Na USF de São Julião, a maioria dos utentes, homens e mulheres, situa-se no grupo etário dos 40 aos 44 anos. A representatividade diferencial segundo o sexo é maior nas mulheres a partir do grupo etário dos 80 aos 84 anos.

Quadro 24: População residente no concelho da Figueira da Foz, que acompanhou as crianças às consultas de saúde infantil, na UCSP Figueira da Foz Urbana e na USF Buarcos, segundo o grau de parentesco, durante uma semana (10 a 14 de março), em 2014

Crianças Consultadas	Acompanhadas por mãe e pai	Acompanhadas só pela mãe	Acompanhadas só pelo pai	Acompanhadas pela avó
56	9	43	3	1

Fonte: ACES BM, Plano de Desempenho 2013

Os dados apresentados no quadro acima, correspondem a um levantamento efetuado pelas assistentes administrativas da UCSP Figueira da Foz Urbana e da USF de Buarcos³⁸, durante a semana de 10 a 14 de março de 2014, nas consultas de saúde infantil. Das 56 crianças consultadas, 43 foram acompanhadas pela mãe, 9 acompanhadas pelo pai e pela mãe, apenas 3 acompanhadas pelo pai e uma acompanhada pela avó.

Estes números ilustram que o papel de cuidador/a dos filhos/as ainda pertence muito à mãe, tendo esta, a responsabilidade de prestar apoio à família. Estes dados são validados pelos dias de ausência ao trabalho das mulheres trabalhadoras por conta de outrem (conf. Quadro 16).

Desde 1999 que a autarquia disponibiliza um Serviço de Transporte Municipal (STM) para as unidades de saúde do concelho, que pretende garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde a todos/as os/as munícipes que se encontrem em situação de insuficiência económica³⁹ e tenham que se deslocar à sua unidade de saúde para consultas ou serviços de enfermagem previamente marcados. Este serviço conta, desde

³⁸ A representante da Saúde no Núcleo Executivo do CLAS e no FMCI conseguiu estes dados apenas nestas unidades assistenciais.

³⁹ Considera-se em situação de insuficiência económica os utentes que integrem um agregado familiar cujo rendimento médio mensal, dividido pelo número de pessoas a quem cabe a direção do agregado familiar (sujeitos passivos ao nível da declaração de IRS) seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS), correspondente, em 2014, a 628,83€ (Segurança Social).

2011, com as parcerias das Juntas de Freguesia, da Administração Regional de Saúde do Centro e das delegações da Cruz Vermelha Portuguesa do concelho.

O perfil dos utentes que recorreu ao STM, de 2011 a 2013, é caracterizado, maioritariamente, por pessoas do sexo feminino (H=16; M=57), com uma média de idade de 73,3 anos, utentes da UCSP Figueira Sul (58).

5.8.2. Incapacidade e Deficiência

No Quadro 50, em anexo, podemos observar que em todos os tipos de dificuldade as mulheres estão em maioria, sendo andar ou subir degraus⁴⁰ o tipo de dificuldade mais presente nas mulheres (5 024) e nos homens (2 524). O diferencial médio entre os dois sexos situa-se nos 29,8%.

Quadro 25: Alunos/as com NEE no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, no ano letivo 2013/2014

Alunos/as com NEE	H		M	
	N.º	%	N.º	%
	246	57,6	181	42,4

Fonte: Representante da Educação, Núcleo Executivo do CLAS

No que diz respeito aos alunos/as com NEE são os rapazes que têm maior expressão (57,6%). A Câmara Municipal do concelho proporciona o transporte a 52 alunos/as com dificuldade de locomoção, sendo destes 36 rapazes e 16 raparigas.

5.8.3. Toxicodependência

Relativamente à população toxicodependente acompanhada pela Equipa de Tratamento da Figueira da Foz da Administração Regional de Saúde do Centro em 2013 (conf. Quadro 51), verifica-se que esta problemática tem maior expressão no sexo masculino, 310 homens, num total de 392 utentes. A freguesia mais afetada por esta problemática é Buarcos, atingindo sobretudo homens (150) e mulheres (40) com idades

⁴⁰ Foi considerado o número de homens e mulheres com muita dificuldade em efetuar a ação juntamente com o número de homens e mulheres que não conseguem efetuar a ação.

situadas nos grupos etários dos 31 e os 40 anos (H=47; M=9) e dos 41 e os 50 anos (H=52; M=15).

5.9. Desporto e Cultura

Quadro 26: Atletas federados das candidaturas ao PADD, no concelho da Figueira da Foz, por modalidade desportiva, segundo o sexo, em 2014

Modalidades Desportivas	H		M		HM
	N.º	%	N.º	%	N.º
Surf	12	92,3	1	7,7	13
Bodyboard	17	63,0	10	37,0	27
kayaksurf e waveski	18	94,7	1	5,3	19
Remo	108	71,5	43	28,5	151
Kickboxing	45	71,4	18	28,6	63
Tiro	17	81,0	4	19,0	21
Natação	23	42,6	31	57,4	54
Orientação	60	70,6	25	29,4	85
Futebol	258	100,0	0	0,0	258
Futsal	15	100,0	0	0,0	15
Voleibol	15	100,0	0	0,0	15
Basquetebol	129	54,7	107	45,3	236
Triatlo	5	83,3	1	16,7	6
Halterofilismo	10	100,0	0	0,0	10
Escalada	21	77,8	6	22,2	27
Campismo	19	82,7	4	17,4	23
Total	772	75,4	251	24,6	1024

Fonte: Divisão da Juventude e Desporto - CMFF

Relativamente ao desporto, os dados apresentados resultaram de uma análise dos clubes e associações que se candidataram ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo (PADD) em 2014, e os quais foram facultados pela Divisão da Juventude e Desporto da CMFF. Apesar destes números não corresponderem ao total dos atletas federados no concelho, foi a única possibilidade de obter dados desagregados por sexo, uma vez que o indicador sexo é inexistente nas bases de dados dos clubes e associações.

Como se pode observar, existem modalidades desportivas marcadamente masculinas, onde não existem mulheres, a saber, o futebol, o futsal, o voleibol e o halterofilismo. As mulheres estão em maioria apenas na modalidade da natação (57,4%).

As mulheres estão presentes num vasto leque de modalidades, contudo, as práticas desportivas continuam a ser palco da reprodução de estereótipos de género.

5.9.1. Cultura

Uma atividade nitidamente alvo de diferenciação sexual é a dança, embora não considerada uma modalidade desportiva, à exceção da dança desportiva como modalidade competitiva da dança de salão, é considerada como a arte de mexer o corpo, estando, por isso, associada à cultura.

Quadro 27: População que frequenta aulas de dança no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo, em maio de 2014

Entidades⁴¹ com ensino de dança	H	M	HM
	N.º	N.º	N.º
Figueira Stage School	7	100	107
Academia Roysel Alfonso	2	60	62
Conservatório de Música David de Sousa			
Ensino articulado	1	20	21
Ensino livre	4	30	34
Tubo d'Ensaio	9	19	28
Total	23	229	252

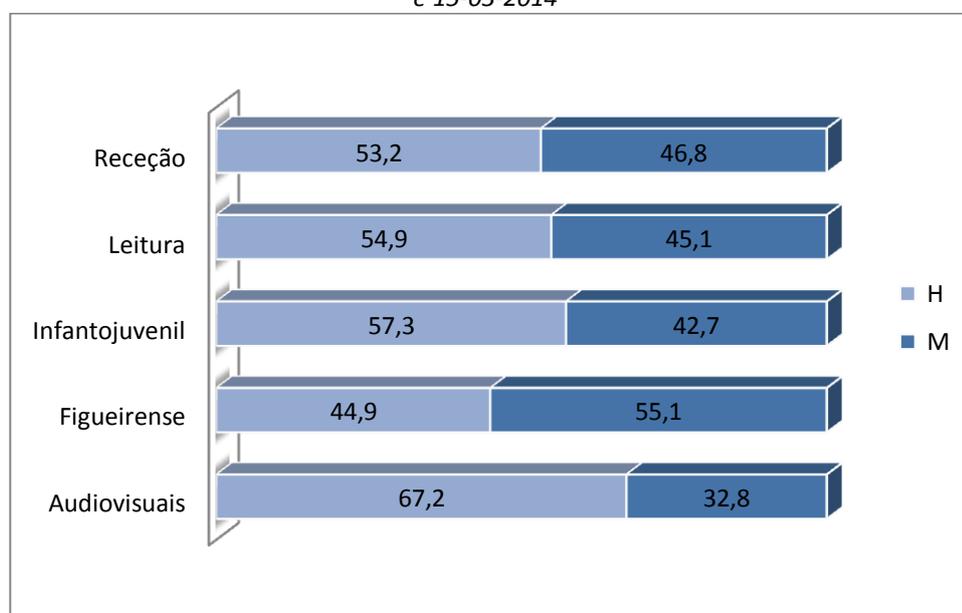
Fonte: Entidades

⁴¹ Ficaram em falta os dados da Escola de Artes do Centro de Artes e Espetáculos por não terem sido disponibilizados até à data da redação do presente Relatório. Também não constam os dados referentes às coletividades, pois dado o elevado número de coletividades existentes no Concelho, impunha-se um limite maior de tempo para efetuar esta pesquisa.

O número de representantes do sexo masculino (23) é largamente inferior ao número de representantes do sexo feminino (229), sendo estes dados ilustrativos da relação da dança ao feminino, onde o sexo masculino que envereda por esta arte é rotulado de *feminizado*.

No plano dos utilizadores de equipamentos culturais, por falta de dados desagregados por sexo, solicitou-se à Divisão de Cultura que fossem contabilizados os utilizadores da Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás, segundo o sexo, durante cerca de duas semanas.

Gráfico 7: Utilizadores da Biblioteca Municipal, por posto de atendimento, segundo o sexo, entre 28-02-2014 e 15-03-2014



Fonte: Divisão da Cultura da CMFF

Tendo em conta os resultados obtidos, num total de 4351 utilizadores, verifica-se que 53,1% dos utilizadores são do sexo masculino e 46,9% são do sexo feminino. Os utilizadores do sexo feminino recorrem mais à Sala Figueirense⁴² (55,1%) e os utilizadores do sexo masculino interessam-se mais pelos audiovisuais (67,2%).

⁴² Esta Sala destina-se à consulta do fundo bibliográfico local, ou seja, à consulta de publicações, obras e manuscritos referentes ao concelho da Figueira da Foz, bem como, a documentação pertencente ao Arquivo Histórico Municipal.

5.10. Cidadania

5.10.1. Participação Política

Quadro 28: Eleitos/as para a Câmara Municipal da Figueira da Foz, segundo o cargo e o sexo, nos mandatos de 2009 a 2013 e de 2013 a 2017

Cargo	2009-2013		2013-2017	
	H	M	H	M
	N.º	N.º	N.º	N.º
Presidência	1	0	1	0
Vereadores	2	1	3	1
Vereadores não executivos	2	3	3	1
Total	5	4	7	2

Fonte: Subunidade Orgânica de Administração Geral da CMFF

No mandato de 2009-2013, o número de homens e mulheres que compõem o executivo camarário está equilibrado, mas este equilíbrio deixa de se verificar no mandato vigente, onde existem apenas duas vereadoras mulheres.

Quadro 29: Deputados/as Municipais eleitos/as por sufrágio direto para a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, segundo o sexo e o partido político, nos mandatos de 2009 a 2013 e de 2013 a 2017

Partidos Políticos	2009-2013		2013-2017	
	H	M	H	M
	N.º	N.º	N.º	N.º
Partido Socialista	7	4	8	4
Partido Social Democrata	6	3	0	0
Movimento "Figueira 100%"	3	2	0	0
Coligação Somos Figueira	0	0	6	4
Coligação Democrática Unitária	1	0	1	2
Bloco de Esquerda	1	0	1	0
Total	18	9	16	10

Fonte: Subunidade Orgânica de Administração Geral da CMFF

Relativamente à Assembleia Municipal, continua a observar-se a maioria masculina, tanto no mandato de 2009-2013, nove mulheres num total de 37 deputados/as, como no mandato vigente, 10 mulheres num total de 36 deputados/as.

Quadro 30: Deputados/as Municipais eleitos/as por inerência, na qualidade de Presidentes de Junta, para a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, segundo o sexo e o partido político, nos mandatos de 2009 a 2013 e de 2013 a 2017

<i>Partidos Políticos</i>	2009-2013		2013-2017	
	H	M	H	M
	N.º	N.º	N.º	N.º
<i>Partido Socialista</i>	8	0	8	2
<i>Partido Social Democrata</i>	6	2	2	0
<i>Coligação Somos Figueira</i>	0	0	2	0
<i>Independentes</i>	2	0	2	0
Total	16	2	12	2

Fonte: Subunidade Orgânica de Administração Geral da CMFF

As 18 juntas de freguesia do mandato anterior são compostas por 16 homens e duas mulheres. Com o reordenamento administrativo do território das freguesias, o número de freguesias foi reduzido a 14, e no mandato vigente mantem-se a diferença de 12 homens para duas mulheres. A junta de Freguesia de Quiaios e a Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova são as juntas de freguesia presididas pelo sexo feminino.

A Lei da Paridade é uma medida de discriminação positiva que:

(...) [V]eio dar um pouco mais de liberdade de expressão às mulheres (Entrevistado/a 21), embora tenha criado outros estigmas, porque o que se nota é que a própria lei tem tido um efeito contrário ao que se pretendia com ela. Continua a ver-se montes de listas em que as mulheres são postas estrategicamente em sexto e nono, precisamente para permitir a paridade, quando, anteriormente, as mulheres ocupavam outros lugares de destaque nas respetivas listas (Entrevistado/a 17).

No que diz respeito à participação das mulheres na vida política, os entrevistados/as apresentaram opiniões divergentes relativamente aos motivos que levam as mulheres a participarem pouco na esfera política. Algumas das opiniões foram no sentido da falta de disponibilidade da mulher por ter a seu cargo a gestão doméstica e familiar, tal como refere o/a Entrevistado/a 5:

(...) [N]ão será a área em que a mulher acaba por ser mais limitada, não porque não haja espaço para ela participar, mas porque ela própria opta, porque sente-se responsabilizada pela dinâmica familiar, e portanto, ela própria vai abdicando desse espaço de participação, ela prefere gerir o seu tempo, em que procura estar, para além do trabalho, procure estar mais com os filhos.

Para fazer face à problemática da indisponibilidade feminina para a participação política, um/uma dos/das entrevistados/as explicou que seria necessária uma abertura

por parte das entidades empregadoras para a flexibilização dos horários de trabalho, tanto dos homens como das mulheres, que permitisse a conciliação vida profissional e vida pessoal, como passo a apresentar:

(...) [A] mulher que quer crescer, que quer aprofundar a sua participação a esse nível, sempre que precisa de se ausentar pode ter um horário adequado a isso, se o seu marido tiver, de alguma forma, ou o seu companheiro, puder de alguma forma, no emprego, ter alguma facilidade para cobrir um pouco a ausência da mulher temporariamente naquele período, eu acho que seria preferível (Entrevistado/a 4).

Segundo um entrevistado/a, poderá existir um desinteresse das mulheres pela atividade política:

(...) [T]em a ver com o combate político e a disponibilidade para o combate político, e as mulheres não estão para perder tempo no combate político, (...) devido à gestão do tempo e muitas das vezes devido à inutilidade e dos temas que estão em causa. Por exemplo, já vê muito mais mulheres nas organizações não governativas, nas ONG's, e noutro tipo de instituições, que exercem trabalho político até, e social (...). Agora, a atividade político-partidária, isso é dos partidos (Entrevistado/a 6).

Na perspetiva do/a Entrevistado/a 5, a mulher tem lugar na atividade política, mas a sua decisão procura dar prioridade à família:

(...) [N]ão será a área em que a mulher acaba por ser mais limitada, não porque não haja espaço para ela participar, mas porque ela própria opta, porque sente-se responsabilizada pela dinâmica familiar, e portanto, ela própria vai abdicando desse espaço de participação, ela prefere gerir o seu tempo, em que procura estar, para além do trabalho, procure estar mais com os filhos.

Ainda existe alguma resistência por parte das mulheres para se envolverem nas questões políticas, relacionada com o processo de socialização diferenciada entre o sexo feminino e o sexo masculino:

(...) [H]á uma participação ativa, as senhoras estão cada vez mais disponíveis também para participarem ativamente nas atividades e mesmo nestas iniciativas, pelo que eu penso que há aqui só alguma mentalidade que não é suficientemente aberta para, falo da mentalidade, e muitas das vezes é das próprias mulheres, não é dos homens, porque as próprias mulheres ainda sentem algum receio em enveredar por determinadas funções, ou determinadas atividades, candidatar-se, dar a cara, enfrentar lugares que tradicionalmente eram dominados pelos homens, e hoje não são (Entrevistado/a 19)

5.10.2. Participação Cívica

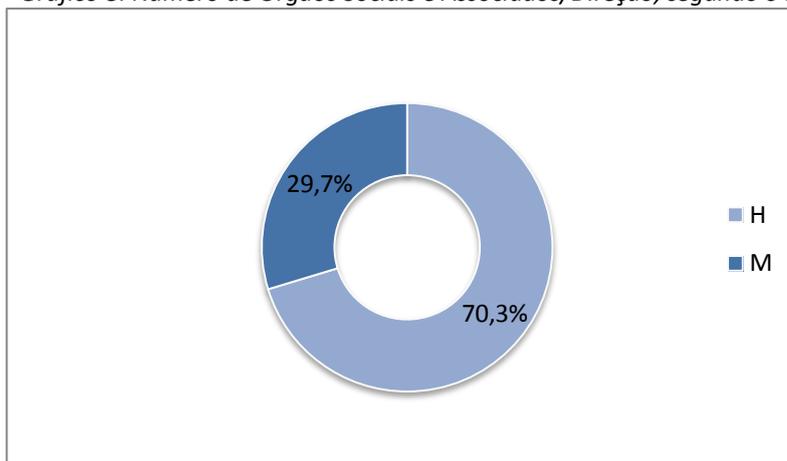
Em 2013, a Bolsa de Voluntariado do Município⁴³ registou 617 voluntários inscritos, dos quais 76% são do sexo feminino e 24% são do sexo masculino, situam-se no grupo etário dos 18 aos 34 anos (55%) e com habilitações escolares ao nível do ensino

⁴³ A Bolsa de Voluntariado foi criada em 2002 pela Câmara Municipal da Figueira da Foz.

superior (44%). Nesse ano, 159 voluntários foram integrados em projetos de voluntariado regular nas áreas da educação, saúde, solidariedade, cultura, ambiente e proteção civil.

5.10.3. Coletividades e Associações

Gráfico 8: Número de Órgãos Sociais e Associados/Direção, segundo o sexo, em 2014



Fonte: Inquérito às Coletividades/Associações, Divisão da Cultura - Setor das Coletividades da CMFF

Um dado relevante ao nível do associativismo prende-se com a composição dos membros das direções das coletividades e associações. Segundo o inquérito às coletividades e associações de 2012 realizado pela Divisão da Cultura - Setor das Coletividades da CMFF, 70,3% dos dirigentes associativos são do sexo masculino e 29,7% são do sexo feminino. No sexo masculino, o perfil médio de idade do dirigente associativo situa-se próximo dos 46 anos, e no sexo feminino situa-se nos 50 anos. Apesar de existir a ideia de que as mulheres assumem o cargo de dirigentes nas coletividades, conforme refere o/a Entrevistado/a 2:

[T]em outra situação que é o associativismo, em que este concelho deve ser, em número de coletividades, um dos maiores concelhos do país. Tem à volta de cento e vinte coletividades em quatorze freguesias, é algo de estrondoso. Portanto, se formos a ver hoje em dia, a quantidade de presidentes de direção que estão nessas coletividades, grande parte são mulheres, se calhar se não forem mais, e algumas continuam ano após ano. Nesse aspeto, acho que têm tido muitas oportunidades, e têm procurado também (Entrevistado/a 2).

Na realidade, isso não se confirma, apesar de as mulheres ocuparem outros cargos e estarem envolvidas na organização e desenvolvimento das atividades.

Das 84 coletividades/associações inquiridas, têm uma maior frequência pela unidade de atividade recreativa (29,2%), seguida da desportiva (25%), cultural (20,8%), social (20,8%) e escutista (4,2%).

5.11. Criminalidade e Violência

5.11.1. Criminalidade

Quadro 31: Crimes registados pela GNR no concelho da Figueira da Foz, segundo o tipo de crimes e o sexo dos suspeitos e das vítimas, em 2013

Crimes previstos no Código Penal	Suspeitos					Vítimas				
	H		M		HM	H		M		HM
	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º
Crimes contra as pessoas	128	82,6	27	17,4	155	72	38,3	116	61,7	188
Crimes contra o património	64	85,3	11	14,7	75	169	65,0	91	35,0	260
Crimes contra a vida em sociedade	54	98,2	1	1,8	55	0	0,0	1	100,0	1
Crimes contra o Estado	17	100,0	0	0,0	17	1	50,0	1	50,0	2
Crimes previstos em legislação avulsa	54	87,1	8	12,9	62	0	0,0	0	0,0	0
Total	317	453,2	47	46,8	364	242	153,3	209	246,7	451

Fonte: GNR, Comando de Destacamento de Montemor-o-Velho

Segundo dados da Guarda Nacional Republicana (GNR) – Comando de Destacamento de Montemor-o-Velho em 2013, foram registados um total de 753 crimes com 364 suspeitos e 451 vítimas no concelho da Figueira da Foz.

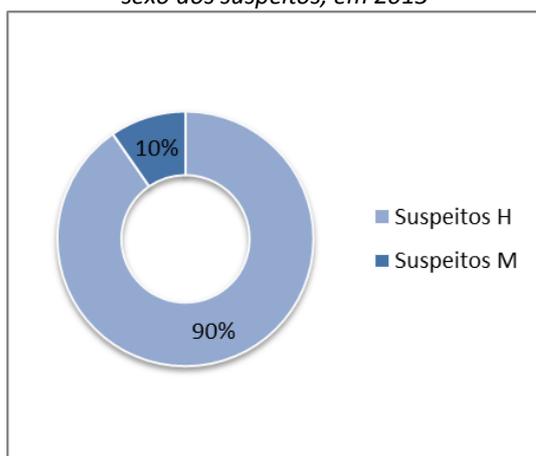
Numa análise segundo o sexo, registam-se 317 homens e 47 mulheres suspeitos/as por terem cometido pelo menos um crime. Numa leitura segundo o tipo de crime cometido, os homens surgem, em todos os tipos de crime, mais representados que as mulheres. As mulheres surgem com maior expressão nos crimes contra as pessoas (17,4%) e os homens aparecem em maior número nos crimes contra a vida em sociedade (98,2%).

Passando agora à análise de quem foi vítima de algum tipo de crime, a GNR registou mais homens do que mulheres vítimas, 242 e 209 respetivamente. São nos crimes contra o património que existe maior expressão masculina (65%), ao passo que é nos crimes contra as pessoas, onde se registam mais mulheres vítimas (61,7%).

5.11.2. Violência

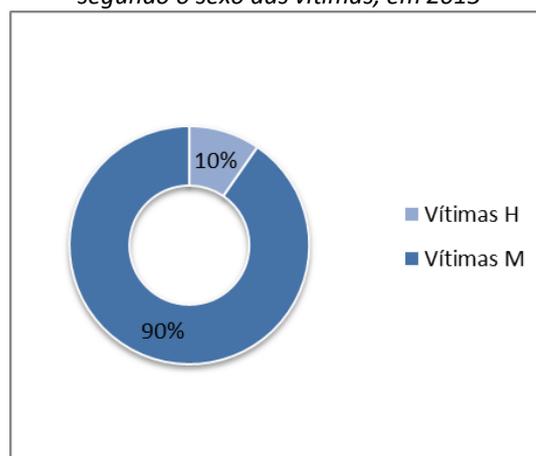
Durante a década de 90, a violência contra as mulheres começou a constituir-se como um problema na agenda política e social nacional. A Lei n.º61/91, de 13 de Agosto, foi a primeira lei com o objetivo de prevenir a violência e proteger as mulheres vítimas. Em maio de 2000, a violência doméstica assume a natureza de crime público⁴⁴, podendo o Estado acionar a moldura penal sem o consentimento da vítima e do autor. Em 2007, com a revisão do Código Penal, a violência doméstica é definida no Código Penal e autonomizada no artigo n.º 152⁴⁵. Mais recentemente, a Portaria n.º 229-A/2010, de 23 de abril, aprova o documento comprovativo da atribuição do estatuto de vítima e o Despacho n.º 7108/2011, de 11 de maio, estabelece os critérios de atribuição do estatuto de vítima, pela CIG, à vítima de violência doméstica.

Gráfico 9: Crimes de violência doméstica registados pela PSP no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo dos suspeitos, em 2013



Fonte: PSP: Divisão de Coimbra

Gráfico 10: Crimes de violência doméstica registados pela PSP no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo das vítimas, em 2013



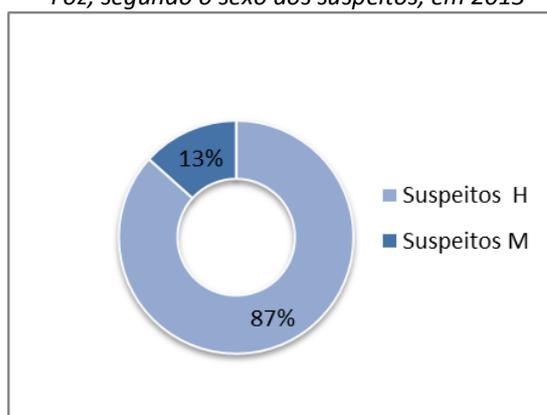
Fonte: PSP: Divisão de Coimbra

⁴⁴ Lei n.º7/2000, de 27 de maio.

⁴⁵ Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro.

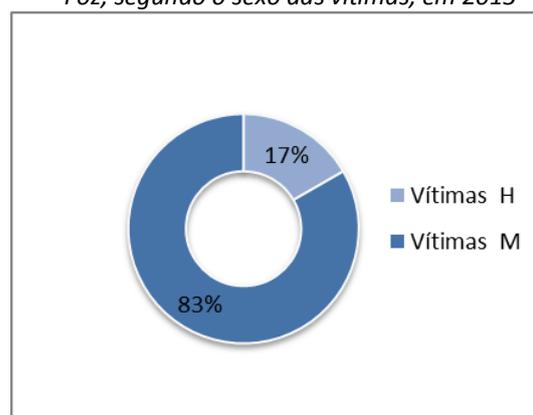
Segundo a divisão da PSP de Coimbra, foram registados, em 2013, 104 crimes de violência doméstica no concelho da Figueira da Foz. A maioria dos suspeitos deste tipo de crime são homens (90,3%; N=94), ao passo que as mulheres são, na mesma proporção, maioritariamente vítimas (90,3%; N=94).

Gráfico 11: Crimes de violência doméstica registados pela GNR no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo dos suspeitos, em 2013



GNR: Comando de Destacamento de Montemor-o-Velho

Gráfico 12: Crimes de violência doméstica registados pela GNR no concelho da Figueira da Foz, segundo o sexo das vítimas, em 2013



GNR: Comando de Destacamento de Montemor-o-Velho

Os dados apurados pela GNR - Comando de Destacamento de Montemor-o-Velho, em 2013, relativamente a este crime, são muito semelhantes aos dados da PSP. Os suspeitos têm uma maior expressão masculina (87%; N=52) e as vítimas são maioritariamente mulheres (83%; N=55). De salientar, que se registaram um total de 60 suspeitos e um total de 66 vítimas.

Em junho de 2004, entrou em funcionamento a Rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica da Figueira da Foz (RIAVVD), contando no momento com dez entidades parceiras. A RIAVVD tem como objetivo prestar apoio às vítimas, mas também, sempre que possível, tentar integrar os agressores e a família na intervenção.

Quadro 32: Vítimas de violência doméstica acompanhadas pela RIAVVD, com residência na Figueira da Foz, por freguesia de proveniência, segundo o sexo, de 2004 a 2013

Unidade Geográfica	H		M		HM
	N.º	%	N.º	%	N.º
FG-Alhadas	4	2,0	16	8,0	20
FG-Alqueidão	0	0,0	0	0,0	0
FG-Bom Sucesso	0	0,0	8	4,0	8
FG-Buarcos	3	1,5	63	31,7	66
FG-Ferreira-a-Nova	0	0,0	5	2,5	5
FG-Lavos	0	0,0	5	2,5	5
FG-Maiorca	0	0,0	6	3,0	6
FG-Marinha das Ondas	0	0,0	5	2,5	5
FG-Moinhos da Gândara	0	0,0	4	2,0	4
FG-Paião	0	0,0	6	3,0	6
FG-Quiaios	0	0,0	6	3,0	6
FG-São Pedro	0	0,0	14	7,0	14
FG-Tavarede	1	0,5	42	21,1	43
FG-Vila Verde	1	0,5	10	5,0	11

Fonte: RIAVVD

De junho de 2004 a dezembro de 2013, foram acompanhadas 199 vítimas residentes no concelho da Figueira da Foz, sendo nove homens e 190 mulheres. Tendo em atenção a residência das vítimas, podemos verificar que relativamente ao total, a maior incidência regista-se na freguesia de Buarcos, com 1,5% das vítimas do sexo masculino e 31,7% das vítimas do sexo feminino.

A violência doméstica é, na generalidade, associada a episódios de violência física num casal, sendo o homem agressor e a mulher vítima. Esta construção social da vítima à volta do feminino, acaba por conduzir à não-aceitação do homem como não-agressor, como refere o/a Entrevistado/a 12, “os homens ainda têm o orgulho de não darem o braço a torcer nessa questão de procurarem ajuda”. Esta opinião é corroborada por outro/a entrevistado/a:

Quando é um homem, põem um peso de que ele tem que resolver aquela situação, no caso do homem, acham até inadmissível como é que ele não resolve aquilo sozinho, como é que ele vai para ali, como ele se dá como vítima (...) Eu acho que ainda está muito por desenvolver (...) Desconheço que existam casas para homens (Entrevistado/a 28).

Quadro 33: Caracterização processual da RIAVVD, em 2013

Caraterização processual											
Transitados		Instaurados		Reabertos		Total		Arquivados		Ativos	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2	34	0	23	0	1	2	58	0	17	2	41

Fonte: RIAVVD

No ano de 2013, foram instaurados 23 processos, transitados 36 e foi reaberto um processo. Apenas nos processos transitados estão registadas duas vítimas do sexo masculino. Deste total, 43 processos mantiveram-se ativos e 17 foram arquivados.

Das 58 vítimas acompanhadas pela RIAVVD, os homens pertencem ao grupo etário dos 71 aos 80 anos, ao passo que a maioria das mulheres se situa no grupo etário dos 41 aos 50 anos (20), seguido do grupo etário dos 31 aos 40 anos (11).

Quadro 34: Vítimas acompanhadas pela RIAVVD, por grupo etário, segundo o sexo, em 2013

Grupos Etários	H	M	HM
	N.º	N.º	N.º
18-20	0	3	3
21-30	0	4	4
31-40	0	11	11
41-50	0	20	20
51-60	0	7	7
61-70	0	7	7
71-80	2	1	3
81-90	0	0	0
≥90	0	1	1
Total	2	54	58

Fonte: RIAVVD

Quadro 35: Vítimas acompanhadas pela RIAVVD, por tipo de violência, segundo o sexo, em 2013

Tipo de Violência	H	M
	N.º	N.º
Violência Física	1	35
Violência Psicológica	1	51
Violência Sexual	0	1
Outra	0	2
Total	2	89

Fonte: RIAVVD

Quadro 36: Vítimas acompanhadas pela RIAVVD, por grau de parentesco com o/a agressor/a, segundo o sexo, em 2013

Grau de parentesco	H	M
	N.º	N.º
Cônjuge	0	18
Ex-cônjuge	0	11
Companheiro/a	0	16
Ex-companheiro/a	0	5
Filho/a	1	5
Pai/Mãe	0	5
Genro/Nora	1	5
Irmão/Irmã	0	1
Neto/Neta	0	1
Total	2	63

Fonte: RIAVVD

A violência predominante é a violência psicológica (H=1; M=51), seguida da violência física (H=1; M=35). Quanto à relação da vítima com o agressor, esta relação é maioritariamente uma relação conjugal, tendo sido registados dos 65 agressores, 18 cônjuges, 16 ex-companheiros e 11 ex-cônjuges.

O crime de violência doméstica, na opinião do/a Entrevistado/a 20, encontra-se relacionado com:

(...)[A] questão do desemprego, com estas situações de complexidade social, [a violência doméstica] está novamente a ter alguma inversão, e voltar outra vez haver algumas situações, e não olha à idade dos casais. Eu acho que pela educação que tivemos, em que muitos de nós não estávamos habituados que a mulher nos confrontasse, quando digo nós, na generalidade, em que no passado havia a tal educação em que o homem é que mandava. E hoje a violência também vai por aí, porque

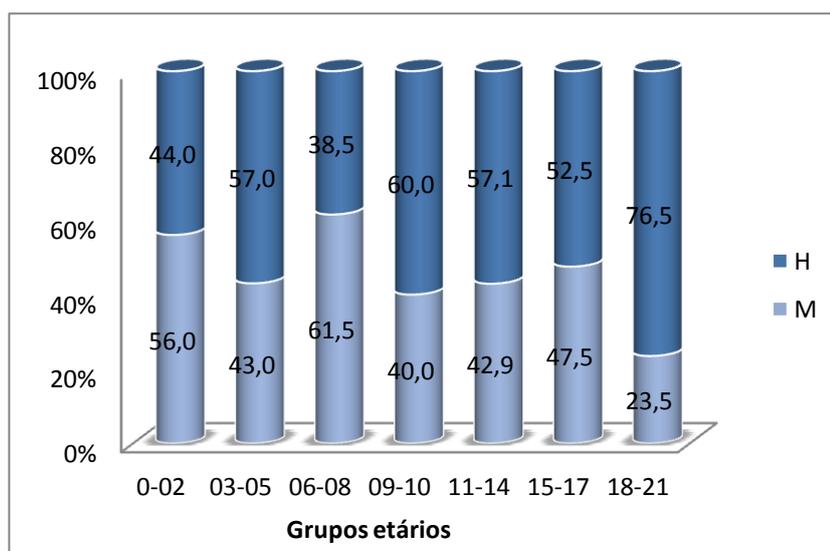
as mulheres ao afirmarem-se, levantam mais a voz, respondem... E de facto muitos homens não estão preparados, não estão mentalizados, não estão abertos ainda para esse tipo de situações.

Quando se questionam os/as autarcas locais relativamente à identificação de casos de violência doméstica no seu território de ação, apresentam, em alguns casos, algumas renitências em intervirem junto das famílias:

Temos que ter em atenção uma coisa, é que o facto de sermos presidentes de junta podemos ajudar a nossa população, mas desde que nos seja solicitado também. Porque não nos podemos esquecer que a nossa função também não pode ser imiscuir-nos no ambiente familiar, não é? (Entrevistado/a 17).

(...) [I]sso é uma situação que nós tentamos evitar, desde que ela esteja controlada pelas autoridades, porque a nossa situação poderá...pelo menos no meu entendimento...poderemos estar a entrar em campos para os quais não estamos vocacionados, para os quais não temos conhecimento de atuação, e que, sem querer, podemos criar problemas para a junta que não devem ser criados. (Entrevistado/a 2).

Gráfico 13: Processos instaurados pela CPCJ-Figueira da Foz, por idade das crianças e jovens abrangidos/as, em 2013



Fonte: CPCJ-Figueira da Foz

Em 2013, a Comissão de Proteção e Jovens (CPCJ) da Figueira da Foz instaurou 186 processos, verificando-se um maior número de rapazes abrangidos (53,8%) do que raparigas.

As principais problemáticas sinalizadas que levaram à intervenção da CPCJ prendem-se com a violência doméstica (16,1%; N=30), com a negligência (11,8%; N=22) e com o mau trato físico (8,1%; N=15). Nos processos instaurados por violência doméstica e

por negligência, o sexo feminino está em maioria, 18 e 12 respetivamente. No mau trato físico, existe uma maior representação masculina (10).

A problemática do *bullying*⁴⁶ está mais presente no grupo etário dos 11 aos 14 anos, em que foram sinalizados três rapazes e quatro raparigas. Relativamente a esta questão, os relatos dos/as entrevistados/as, segundo as suas experiências profissionais, são divergentes. O/a entrevistado/a 12, refere que “[n]a questão de rapazes ou raparigas, penso que são rapazes mesmo que são vítimas de *bullying* em concreto”, ao passo que o/a Entrevistado/a 16 explica que:

(...) [T]emos alguns casos também, e as vítimas são as raparigas. Os da turma, os colegas de turma ou os mais velhos. Ali na transição terceiro ciclo para o secundário, que é quando as meninas também estão assim... também a criar a identidade, a identificação delas. E aí alguns rapazes insurgem-se mesmo, curiosamente.

Percorridos os onze temas sobre os quais se debruçou este diagnóstico, poderão ser apresentadas algumas reflexões e propostas de trabalho para o Plano Municipal para a Igualdade da Figueira da Foz.

⁴⁶ É um subtipo de violência escolar que se traduz num conjunto de comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos, levados a cabo por um ou mais alunos contra outro.

6. CONCLUSÃO

A realização deste trabalho no âmbito de um estágio curricular foi muito gratificante, pois proporcionou o ambiente ideal para a recolha dos dados quantitativos e qualitativos, facilitando o acesso aos/às entrevistados/as e a todos/as os/as envolvidos/as na missão da construção do diagnóstico. A multidisciplinariedade da equipa onde estive inserida também foi uma mais-valia no cruzamento de visões e opiniões sobre as diversas dimensões de igualdade de género abordadas.

Na análise dos discursos dos entrevistados/as foi possível conhecer como percebem a desigualdade de género, como a identificam e que medidas conhecem/sugerem para a combater.

Como forma de apresentar uma breve síntese dos resultados que foram apresentados neste relatório, serão, seguidamente, dadas algumas pinceladas no retrato das desigualdades de género no Município da Figueira da Foz.

O Município, à semelhança do que acontece no país, tem uma população envelhecida com um índice de envelhecimento acima dos valores da região Centro (H=141,5%; M=212,1%) e com um índice significativo de dependência de idosos (H=30,4%; M=40,3%), existindo, por isso, 13,8 % de indivíduos com mais de 65 anos que vivem sós ou com outros do mesmo grupo etário. As famílias são maioritariamente compostas por um núcleo (14 919), sendo, na maioria, caracterizado pelo casal de direito sem filhos com menos de 25 anos de idade (6 051). Também existe uma fatia considerável de famílias monoparentais (21%), sendo 13% masculinas e 87% femininas.

Relativamente à escolaridade, observa-se uma taxa de analfabetismo de 3,1% nos homens e de 8,5% nas mulheres, sendo estas as mais afetadas pela falta de escolarização. A maior incidência relativamente ao nível de escolaridade completo mais elevado, regista-se no primeiro ciclo do ensino básico, com 24,1% nos homens e 23,5% nas mulheres. No que diz respeito ao ensino profissional, a tipificação das profissões por sexo é notória, existindo cursos profissionais marcadamente femininos e masculinos.

Na população economicamente ativa, a taxa de atividade representa 49,3% para os homens e 41,1% para as mulheres, com uma diferença salarial elevada entre os sexos.

Sendo também de referir que a modalidade do trabalho parcial é fortemente feminizada (67,1% de mulheres), assim como o desemprego, que afeta mais as mulheres (54,7%).

A conciliação da vida familiar e vida profissional acaba por estar presente em grande parte do diagnóstico, refletindo as dificuldades que os homens e as mulheres têm em conciliar um emprego com a família, e também com outras atividades relacionadas com a participação política e associativa. Um dos fatores que condiciona esta gestão de tempo é a deficiente rede de transportes rodoviários urbanos que serve o Concelho.

A feminização da pobreza também é um dado que se destaca, registando-se 82,5% de mulheres com pensão de sobrevivência. Também são as mulheres que têm maior expressão na titularidade das prestações de RSI (64%) e na titularidade de processos de procura de habitação (67,6%).

Outro dado relevante na desigualdade de género no Município é a violência doméstica, em que os números apresentados pelas forças de segurança e pela RIAVDD expressam a feminização deste fenómeno.

Feito este sumário dos dados expostos neste trabalho, pode concluir-se que a perpetuação dos modelos tradicionais associados aos papéis sociais do homem e da mulher, ainda está muito presente e vincada na cultura da população portuguesa, em geral, e na comunidade da Figueira da Foz, em particular.

Na opinião da maioria dos entrevistados/as, o fenómeno da desigualdade de género tem uma componente histórico-cultural muito forte, com simbologias muito próprias de um povo que viveu quase cinquenta anos num regime ditatorial. Contudo, muito se tem feito, no contexto nacional e internacional, com o intuito de promover a igualdade entre homens e mulheres, sendo os planos municipais para a igualdade, um exemplo à escala local.

Os planos municipais apresentam-se como um instrumento que estabelece a estratégia de transformação das relações sociais entre homens e mulheres, fixando os objetivos a curto, médio e longo prazo, bem como, as metas a alcançar em cada momento da sua aplicação e que define os recursos mobilizáveis e os responsáveis pela sua prossecução (CIG, s/d). Mas esta meta só é possível alcançar com o envolvimento da comunidade na tomada de decisões e na prossecução dos objetivos.

Ao longo da elaboração do diagnóstico, foram sendo apresentadas propostas de trabalho, por parte dos/as entrevistados/as, para a disseminação da perspectiva de género no Município, as quais passo a apresentar:

Formação contínua de agentes estratégicos na área de igualdade de género (forças policiais, técnicos da área social, professores, formadores e educadores);

Formação cívica às crianças desde o ensino pré-escolar, para que possam ser interventores na mudança;

Formação em igualdade de género na área de produção de conteúdos na comunicação social (publicidade trabalhada para as crianças e jovens);

Sensibilização dos/as alunos/as que pretendem seguir o ensino profissional, para a desconstrução do preconceito relativamente à tipificação das profissões segundo o sexo, nomeadamente, na área da ação social e na área do apoio à infância;

Trabalho nas escolas em questões de cidadania transversais paralelamente às questões da igualdade de género;

Intervenção no tecido associativo, particularmente, nas associações juvenis, com o objetivo de sensibilizar para questões como, a violência no namoro e os estereótipos de género;

Trabalho com o tecido empresarial, no sentido de esbater o preconceito do absentismo dos trabalhadores masculinos na paternidade e promover a natalidade;

Compensações financeiras às empresas que contratem mulheres de forma a reverter a feminização da pobreza;

Reformulação dos horários da rede de transportes rodoviários urbanos, uma vez que problemática do desemprego tem dificuldade de ser colmatada com a falta de meios de deslocação para praticar os horários de alguns setores de atividade, nomeadamente, no setor do turismo;

Realização de plenários sobre a igualdade de género nas freguesias, procurando levar a informação a todas as realidades locais do Município;

Implementação da prática da desagregação dos dados por sexo em todos os departamentos e divisões da autarquia.

Que este trabalho se una a outros feitos e contribua para a realização de novos, numa lógica de tornar a igualdade de género numa igualdade concreta e presente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abranches, Graça (2009), *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

ACES Baixo Mondego (2013), *Plano de Desempenho 2013*. Coimbra: Administração Regional de saúde do Centro, I.P.

Bardin, Laurence (2014), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

CIG (s/d), “A história da CIG”. Página consultada a 9 de janeiro de 2014. Disponível em <<http://www.cig.gov.pt>>

CIG (s/d), “IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não discriminação”. Página consultada a 12 de dezembro de 2013. Disponível em <<http://www.cig.gov.pt>>

CIG (s/d), “V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não discriminação”. Página consultada a 6 de janeiro de 2014. Disponível em <<http://www.cig.gov.pt>>

CIG (2013), *Igualdade de Género em Portugal 2012*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

CITE (s/d), “Disparidades salariais entre homens e mulheres em Portugal”. Página consultada a 6 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.cite.gov.pt/pt/acite/disparidadessalariais_05.html>

CITE (2012), “Situação da igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho”. Página consultada a 6 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Sit_Igualdade_Mulh_Homens_Mercado_Trab_2011.pdf>

Connell, Raewyn (2005), *Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena*. Signs: Journal of Women in Culture and Society, vol. 30, n. 9 3.

Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus parceiros (2006), “A Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”. Página consultada a 10 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.ccre.org/docs/charte_egalite_pt.pdf>

Ferreira, Virgínia (2004), “Entrevistas Focalizadas de Grupo: Roteiro da sua Utilização numa Pesquisa sobre o Trabalho nos Escritórios” in *Atas dos Ateliers do Vº Congresso*

Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação, Atelier: Teorias e Metodologias de Investigação. Braga, 12-15 de maio de 2004. Lisboa: APS.

Ferreira, Virgínia (2010), “A (des)igualdade de género e a precarização do emprego”, in virgínia Ferreira (org.), *A igualdade de homens e mulheres no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego, 139-185.

Ferreira, Virgínia (2011), *Os Planos para a Igualdade nas Organizações e a estratégia de mainstreaming*. Coimbra: CES/FEUC.

Ferreira, Virgínia, Monteiro, Rosa (2013), *Trabalho, Igualdade e Diálogo Social: Estratégias e desafios de um percurso*. Lisboa: Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego, 139-185.

Guerreiro, Maria; Loureiro, Vanda e Pereira, Inês (2006), *Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Familiar*. Manual para as Empresas. Lisboa: Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Guerreiro, Maria; Torres, Anália e Lobo, Cristina (2007), “Famílias em mudança: configurações, valores, processos”, in Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha (orgs.), *Portugal no Contexto Europeu. Quotidiano e qualidade de vida*. Oeiras: Celta Editora, 7-37.

Jornal Oficial da União Europeia (2011), Conclusões do Conselho, de 7 de Março de 2011, Sobre Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011-2020). Página consultada a 20 de maio de 2014. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2011:155:FULL&from=PT>>

Krueger, Richard (1998), *Analyzing & Reporting Focus Group Results*. Focus Group Kit6. Newbury Park: SAGE Publications.

Legislação da União Europeia (s/d), *Empenhamento reforçado na Igualdade entre Mulheres e Homens. Uma carta das Mulheres*. Página consultada a 19 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com%282010%290078_/com_com%282010%290078_pt.pdf>

Legislação da União Europeia (s/d), Roteiro para a Igualdade entre homens e mulheres (2006-2010). Página consultada a 19 de dezembro de 2013. Disponível em <http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/equality_between_men_and_women/c10404_pt.htm>

Mehra, Rekha e Gupta, Geeta (2006), *Gender Mainstreaming: Making It Happen*. International Center for Research on Women.

Monteiro, Rosa (2010), “Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo”, in virgínia Ferreira (org.), *A igualdade de homens e mulheres no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego, 31-56.

Monteiro, Rosa (2011), *Feminismo de estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorfoses*. Dissertação de doutoramento em Sociologia. Coimbra: FEUC.

Monteiro, Rosa e Portugal, Sílvia (2013), “As políticas de conciliação nos planos nacionais para a igualdade: uma análise dos quadros interpretativos”. *Ex aequo* n.º 27. Página consultada a 12 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602013000100007&script=sci_arttext>

Oliveira, Sónia (2012), *Consultoria no desenvolvimento de planos para a igualdade à escala local*. Relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia. Coimbra: FEUC.

Perista, Heloísa e Silva, Alexandra (2005), *Impacto em Função do Género – Avaliação de medidas de Política*. Coleção Bem Me quer n.º 10. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Perista, Heloísa e Silva, Alexandra (2008), *Igualdade de Género na Vida Local: resultados de alguns diagnósticos municipais*. Lisboa: Cesis.

Perista, Heloísa (2010), Mulheres, homens e usos do tempo – quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?. *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 47. Instituto Nacional de Estatística, 47-63.

Pernas, Gonçalo; Fernandes, Manuel e Guerreiro, Maria (2008), *Guião para a Implementação de Planos de Igualdade na Administração Pública local*. Lisboa: ISCTE.

Portal da Igualdade (s/d), “Mainstreaming de Género”, Página consultada a 11 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.igualdade.gov.pt/INDEX_PHP/PT/MAINSTREAMING_DE_GENERO.HTM>

Queirós, Margarida et al. (2010), *Guia para o combate à discriminação nos Municípios. Planear para todos e todas, planear a diversidade*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Rêgo, Maria (2012), “Políticas de igualdade de género na União Europeia e em Portugal: Influências e incoerências”. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n.º25. Página consultada a 13 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000100004&lng=pt&nrm=isso>

Sándor, Eszter (2011), “Part-time Work in Europe”. *Eurofound*, 27 de janeiro. Página consultada a 2 de junho de 2014. Disponível em <<http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef1086.htm>>

Santos, Gina (2010), “Gestão, trabalho e relações sociais de género”, in virgínia Ferreira (org.), *A igualdade de homens e mulheres no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego, 99-138.

Schouten, Maria (2011), *Uma Sociologia do Género*. Vila nova de Famalicão: Edições Húmus

Silva, Manuela (1999), *A igualdade de género. Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Silva, Maria (2013), “Pensar a Igualdade numa Perspetiva de Género: Nota Breve sobre um Percurso Longo no Discurso Político da Comunidade Internacional”, in *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º30. Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, 55-75.

Waldfogel, Jane (1998), Understanding the “family Gap” in Pay for Women with Children. *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 12, N. º1, 137-156. Página consultada a 19 de junho de 2014. Disponível em <<http://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/jep.12.1.137&fnd=s>>

Wall, Karin; Aboim, Sofia e Cunha, Vanessa. (2010), *A vida familiar no masculino: Negociando Novas e Velhas Masculinidades*. Lisboa: Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (col. “Estudos”).

8. ANEXOS

Anexo 1 – Quadros Estatísticos

Quadro 37: População residente no concelho da Figueira da Foz, segundo o grupo etário e o sexo, em 2011

Grupos Etários	H		M		HM
	N.º	%	N.º	%	N.º
0-4	1241	52,3	1133	47,7	2374
05-09	1421	51,4	1343	48,6	2764
10-14	1495	51,1	1432	48,9	2927
15-19	1486	51,9	1376	48,1	2862
20-24	1513	50,5	1481	49,5	2994
25-29	1702	49,8	1713	50,2	3415
30-34	2003	48,3	2144	51,7	4147
35-39	2228	49,1	2306	50,9	4534
40-44	2012	46,9	2281	53,1	4293
45-49	2170	47,4	2405	52,6	4575
50-54	2182	47,6	2402	52,4	4584
55-59	2037	47,4	2261	52,6	4298
60-64	2003	47,8	2186	52,2	4189
65-70	1677	46,4	1938	53,6	3615
71-74	1512	43,0	2005	57,0	3517
75-79	1274	42,2	1745	57,8	3019
80-84	842	37,5	1405	62,5	2247
85-89	419	33,1	848	66,9	1267
90 e + anos	158	31,3	346	68,7	504
Total	29375	47,3	32750	52,7	62125

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 38: População residente no concelho da Figueira da Foz, segundo o grupo etário e o sexo, por freguesia, em 2011

Grupo Etário	Alhadadas			Alqueidão			Bom Sucesso			Buarcos			Ferreira-a-Nova			Lavos			Malorca			Marinha das Ondas			Moinhos da Gândara			Paão			Quialos			São Pedro			Tavarede			Vila Verde		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
0-4	95	84	179	29	28	57	37	37	74	339	332	671	60	32	92	77	72	149	39	40	79	56	61	117	22	20	42	49	50	99	55	32	87	72	59	131	266	244	510	45	42	87
05/set out/14	114	98	212	43	34	77	27	56	83	392	388	780	51	42	93	83	78	161	40	38	78	93	72	165	23	23	46	68	60	128	62	47	109	80	72	152	282	264	546	63	71	134
15-19	115	111	226	38	35	73	47	37	84	398	400	798	63	54	117	73	113	186	58	63	121	75	96	171	25	36	61	73	71	144	74	53	127	86	61	147	282	238	520	88	64	152
20-24	120	112	232	35	29	64	60	36	96	420	412	832	54	65	119	86	99	185	62	59	121	73	61	134	38	31	69	57	60	117	70	64	134	76	49	125	248	229	477	87	70	157
25-29	124	133	257	37	33	70	53	59	112	399	435	834	68	56	124	101	86	187	71	55	126	100	76	176	31	32	63	59	67	126	80	81	161	84	72	156	235	232	467	71	64	135
30-34	132	125	257	39	35	74	63	59	122	450	491	941	79	87	166	114	78	192	81	66	147	96	101	197	39	24	63	69	70	139	84	74	158	94	99	193	284	333	617	78	71	149
35-39	174	174	348	48	49	97	71	60	131	585	565	1150	61	87	148	104	118	222	81	76	157	98	104	202	41	49	90	83	106	189	79	93	172	100	119	219	403	476	879	75	68	143
40-44	169	179	348	58	57	115	66	64	130	630	717	1347	89	83	172	140	138	278	102	82	184	112	101	213	37	37	74	113	100	213	97	95	192	119	106	225	402	450	852	94	97	191
45-49	182	188	370	76	69	145	69	76	145	524	624	1148	71	97	168	137	142	279	103	96	199	111	111	222	37	42	79	88	111	199	78	97	175	75	105	180	368	408	776	93	115	208
50-54	165	183	348	58	54	112	79	94	173	573	758	1331	112	97	209	133	140	273	86	103	189	116	112	228	51	61	112	97	95	192	104	117	221	118	97	215	359	376	735	119	118	237
55-59	174	204	378	60	65	125	70	75	145	642	767	1409	84	98	182	129	152	281	101	97	198	124	106	230	53	44	97	99	111	210	122	129	251	98	106	204	317	326	643	109	122	231
60-64	180	214	394	49	62	111	61	66	127	629	692	1321	70	94	164	136	140	276	95	92	187	108	116	224	34	44	78	109	112	221	108	118	226	96	108	204	270	301	571	92	102	194
65-69	174	177	351	51	51	102	66	68	134	605	712	1317	83	91	174	149	147	296	99	107	206	85	109	194	28	41	69	112	122	234	91	101	192	78	78	156	265	264	529	117	118	235
70-74	144	157	301	56	57	113	63	94	157	465	568	1033	83	97	180	101	133	234	91	91	182	107	94	201	28	48	76	109	110	219	82	97	179	71	76	147	194	220	414	83	96	179
75-79	103	162	265	41	78	119	67	88	155	450	607	1057	73	109	182	113	144	257	60	98	158	67	105	172	47	42	89	89	110	199	88	99	187	65	78	143	168	179	347	81	106	187
80-84	108	140	248	53	65	118	48	63	111	378	566	944	66	59	125	91	124	215	64	81	145	65	90	155	27	51	78	68	106	174	64	87	151	48	70	118	119	147	266	75	96	171
85-90	61	95	156	37	62	99	33	53	86	252	511	763	26	47	73	64	110	174	41	53	94	44	65	109	26	27	53	62	92	154	49	68	117	32	64	96	76	99	175	39	59	98
90 ou +	25	67	92	24	28	52	14	34	48	140	290	430	17	23	40	37	66	103	8	37	45	13	29	42	7	14	21	34	77	111	23	30	53	22	52	74	30	62	92	25	39	64
Total	8	24	32	11	18	29	5	15	20	57	125	182	9	9	18	14	37	51	7	11	18	8	19	27	0	5	5	15	32	47	3	6	9	7	18	25	8	17	25	6	10	16
	2367	2627	4994	843	909	1752	999	1134	2133	8328	9960	18288	1219	1327	2546	1882	2117	3999	1289	1345	2634	1551	1628	3179	594	671	1265	1453	1662	3115	1413	1488	2901	1421	1489	2910	4576	4865	9441	1440	1528	2968

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 39: População estrangeira com estatuto legal de residente, por algumas nacionalidades, em 2011

Unidade Geográfica	Nacionalidade															
	Reino Unido	Ucrânia	Roménia	Moldávia	Outros países europeus	Angola	Cabo-Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Outros países africanos	Brasil	Outros países americanos	China	Outros países asiáticos	Total
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Região Centro	2.017	13.351	4.488	2.323	9.082	1.652	2.519	896	488	1.019	889	17.426	1.707	2.540	2.401	62.846
Figueira da Foz	29	445	107	31	292	38	17	24	6	9	61	653	48	70	62	1.893

Fonte: INE, 2011 / PORDATA

Quadro 40: Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos, no concelho da Figueira da Foz, segundo o número de residentes, em 2011

Área Geográfica	População residente	População residente total com 65 ou mais anos				Total de indivíduos com 65 ou mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário		Total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos	Alojamentos com 1 pessoa com 65 ou mais anos	
		HM	H		M					
		N.º	N.º	%	N.º	%	N.º			%
<i>Região Centro</i>	2.327.755	220.317	9,5	301.433	12,9	328.398	14,1	215.200	104.831	
<i>CC-Figueira da Foz</i>	62.125	5.882	9,5	8.287	13,3	8.586	13,8	5.679	2.842	
<i>FG-Alhadas</i>	4.994	449	9,0	645	12,9	645	12,9	428	217	
<i>FG-Alqueidão</i>	1.752	222	12,7	308	17,6	341	19,5	226	112	
<i>FG-Bom Sucesso</i>	2.133	230	10,8	347	16,3	302	14,6	116	48	
<i>FG-Buarcos</i>	18.288	1.742	9,5	2.667	14,6	2.830	15,5	1.918	1.024	
<i>FG-Ferreira-a-Nova</i>	2.546	274	10,8	344	13,5	388	15,2	253	121	
<i>FG-Lavos</i>	3.999	420	10,5	614	15,4	584	14,6	377	180	
<i>FG-Maiorca</i>	2.634	271	10,3	371	14,1	422	16,0	278	141	
<i>FG-Marinha das Ondas</i>	3.179	304	9,6	402	12,6	417	13,1	277	139	
<i>FG-Moinhos da Gândara</i>	1.265	135	10,7	187	14,8	185	14,6	116	48	
<i>FG-Paião</i>	3.115	377	12,1	527	16,9	514	16,5	326	147	
<i>FG-Quiaios</i>	2.901	309	10,7	387	13,3	425	14,7	276	129	
<i>FG-São Pedro</i>	2.910	245	8,4	358	12,3	347	11,9	235	123	
<i>FG-Tavarede</i>	9.441	595	6,3	724	7,7	712	7,5	468	229	
<i>FG-Vila Verde</i>	2.968	309	10,4	406	13,7	474	16,0	303	137	

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 41: Famílias clássicas segundo a existência de núcleos, no concelho da Figueira da Foz, por freguesia, em 2011

Famílias	CC-Figueira da Foz		FG-Alhadas		FG-Alqueidão		FG-Bom Sucesso		FG-Buarcos		FG-Ferreira-a-Nova		FG-Lavos		FG-Maiorca		FG-Marinha das Ondas		FG-Moinhos da Gândara		FG-Paião		FG-Quaios		FG-São Pedro		FG-Tavarede		FG-Vila Verde		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Família S/ núcleo	C/ 1 pessoa	5.506	100	378	94,3	154	96,9	143	96,6	2267	93,6	165	97,1	267	94,3	202	93,5	203	97,6	73	93,6	202	95,3	233	91,7	264	95,3	721	95,2	234	95,9
	Pessoas aparentadas	96	100	3	0,7	1	0,6	0	0	64	2,6	1	0,6	6	2,1	1	0,5	0	0	1	1,3	5	2	3	1,2	3	1,1	7	0,9	1	0,4
	Só pessoas aparentadas	226	100	20	5	4	2,5	5	3,4	90	3,7	4	2,4	10	3,5	13	6	5	2,4	4	5,1	5	2,4	18	7,1	10	3,6	29	3,8	9	3,7
	Total	5.828	100	401	6,9	159	2,7	148	2,5	2421	41,5	170	2,9	283	4,9	216	3,7	208	3,6	78	1,3	212	3,6	254	4,4	277	4,8	757	13	244	4,2
Família C/ 1 núcleo	Mãe c/ filho(s)	1.202	100	106	9,4	11	2,5	23	5,1	484	11	31	5,6	56	5,8	25	4,2	30	3,9	19	6,5	29	3,8	42	6,5	71	9,4	223	9,1	52	7,3
	Pai c/ filho(s)	150	100	8	0,7	4	0,9	5	1,1	62	1,4	0	0	11	1,1	4	0,7	5	0,6	0	0	7	0,9	4	0,6	7	0,9	27	1,1	6	0,8
	Casal de facto c/ filho(s) c/ < 25 anos	986	100	81	7,2	12	2,7	19	4,3	318	7,2	25	4,6	51	5,3	24	4,1	38	4,9	9	3,1	20	2,6	35	5,4	75	10	232	9,4	47	6,6
	Casal de facto s/ filho(s)	802	100	42	3,7	4	0,9	21	4,7	289	6,6	8	1,5	32	3,3	14	2,4	22	2,8	8	2,7	27	3,5	30	4,6	67	8,9	220	8,9	18	2,5
	Casal de direito c/ filho(s) c/ < 25 anos	5.728	100	453	40,1	183	41,6	181	40,5	1451	32,9	225	41	379	39,5	251	42,5	362	46,9	134	45,7	302	39,6	261	40,4	250	33,2	1032	42	264	37,3
	Casal de direito s/ filho(s)	6.051	100	439	38,9	226	51,4	198	44,3	1806	41	260	47,4	431	44,9	273	46,2	315	40,8	123	42	378	49,5	274	42,4	282	37,5	725	29,5	321	45,3
	Total	14.919	100	1129	7,6	440	2,9	447	3	4410	29,6	549	3,7	960	6,4	591	4	772	5,2	293	2	763	5,1	646	4,3	752	5	2459	16,5	708	4,7
Família c/2núcleos	831	100	79	9,5	17	2	65	7,8	169	20,3	71	8,5	66	7,9	50	6	43	5,2	21	2,5	48	5,8	45	5,4	24	2,9	91	11	42	5,1	
Família c/3 ou + núcleos	24	100	1	4,2	0	0	2	8,3	4	16,7	3	12,5	3	12,5	1	4,2	1	4,2	1	4,2	1	4,2	1	4,2	0	0	5	20,8	1	4,2	
Total	21.602	100	1.610	228,1	616	207,7	662	221,6	7.004	308,1	793	227,6	1.312	231,7	858	217,9	1.024	218,1	393	210	1.024	218,8	946	218,3	1.053	212,7	3.312	261,1	995	218,2	

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 42: Núcleos familiares monoparentais segundo o nível de escolaridade atingido do pai ou mãe, por tipo de núcleo e por freguesia, em 2011

Unidade Geográfica	Sem nível de escolaridade		Básico - 1º ciclo		Básico - 2º ciclo		Básico - 3º ciclo		Secundário		Ensino pós-secundário/Ensino superior		Total	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
	Tipo de núcleo		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Figueira da Foz	228	8,3	791	28,6	231	8,4	531	19,2	558	20,2	424	15,3	2763	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	22	6,2	129	36,1	28	7,8	75	21,0	56	15,7	47	13,2	357	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	206	8,6	662	27,5	203	8,4	456	19,0	502	20,9	377	15,7	2406	100,0
Alhadas	21	9,1	89	38,4	24	10,3	54	23,3	35	15,1	9	3,9	232	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	2	9,5	11	52,4	2	9,5	4	19,0	1	4,8	1	4,8	21	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	19	9,0	78	37,0	22	10,4	50	23,7	34	16,1	8	3,8	211	100,0
Alqueidão	10	20,8	21	43,8	6	12,5	6	12,5	4	8,3	1	2,1	48	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	0	0,0	3	42,9	2	28,6	1	14,3	1	14,3	0	0,0	7	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	10	24,4	18	43,9	4	9,8	5	12,2	3	7,3	1	2,4	41	100,0
Buarcos	55	5,3	239	23,2	77	7,5	171	16,6	245	23,8	242	23,5	1029	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	1	0,8	35	26,7	9	6,9	27	20,6	28	21,4	31	23,7	131	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	54	6,0	204	22,7	68	7,6	144	16,0	217	24,2	211	23,5	898	100,0
Ferreira-a-Nova	14	14,0	40	40,0	5	5,0	21	21,0	9	9,0	11	11,0	100	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	0	0,0	5	71,4	0	0,0	0	0,0	1	14,3	1	14,3	7	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	14	15,1	35	37,6	5	5,4	21	22,6	8	8,6	10	10,8	93	100,0
Lavos	20	13,2	51	33,8	13	8,6	20	13,2	34	22,5	13	8,6	151	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	4	12,5	18	56,3	2	6,3	4	12,5	1	3,1	3	9,4	32	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	16	13,4	33	27,7	11	9,2	16	13,4	33	27,7	10	8,4	119	100,0
Maiorca	12	15,0	21	26,3	12	15,0	10	12,5	23	28,8	2	2,5	80	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	2	12,5	6	37,5	3	18,8	2	12,5	3	18,8	0	0,0	16	100,0

<i>Mãe com filhos/as</i>	10	15,6	15	23,4	9	14,1	8	12,5	20	31,3	2	3,1	64	100,0
<i>Marinha das Ondas</i>	18	20,0	31	34,4	8	8,9	19	21,1	11	12,2	3	3,3	90	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	2	14,3	4	28,6	1	7,1	5	35,7	1	7,1	1	7,1	14	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	16	21,1	27	35,5	7	9,2	14	18,4	10	13,2	2	2,6	76	100,0
<i>Paião</i>	8	9,2	27	31,0	6	6,9	14	16,1	18	20,7	14	16,1	87	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	0	0,0	4	28,6	1	7,1	2	14,3	4	28,6	3	21,4	14	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	8	11,0	23	31,5	5	6,8	12	16,4	14	19,2	11	15,1	73	100,0
<i>Moinhos da Gândara</i>	7	14,0	25	50,0	5	10,0	6	12,0	5	10,0	2	4,0	50	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	1	33,3	2	66,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	6	12,8	23	48,9	5	10,6	6	12,8	5	10,6	2	4,3	47	100,0
<i>Bom Sucesso</i>	17	20,5	32	38,6	6	7,2	14	16,9	11	13,3	3	3,6	83	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	1	8,3	5	41,7	1	8,3	1	8,3	4	33,3	0	0,0	12	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	16	22,5	27	38,0	5	7,0	13	18,3	7	9,9	3	4,2	71	100,0
<i>São Pedro</i>	8	6,4	36	28,8	17	13,6	34	27,2	20	16,0	10	8,0	125	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	0	0,0	5	55,6	1	11,1	3	33,3	0	0,0	0	0,0	9	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	8	6,9	31	26,7	16	13,8	31	26,7	20	17,2	10	8,6	116	100,0
<i>Vila Verde</i>	11	8,6	41	32,0	12	9,4	37	28,9	20	15,6	7	5,5	128	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	3	15,0	6	30,0	0	0,0	7	35,0	3	15,0	1	5,0	20	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	8	7,4	35	32,4	12	11,1	30	27,8	17	15,7	6	5,6	108	100,0
<i>Tavarede</i>	20	4,5	83	18,8	29	6,6	106	24,0	108	24,4	96	21,7	442	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	3	5,5	18	32,7	3	5,5	18	32,7	8	14,5	5	9,1	55	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	17	4,4	65	16,8	26	6,7	88	22,7	100	25,8	91	23,5	387	100,0
<i>Quiaios</i>	7	5,9	55	46,6	11	9,3	19	16,1	15	12,7	11	9,3	118	100,0
<i>Pai com filhos/as</i>	3	18,8	7	43,8	3	18,8	1	6,3	1	6,3	1	6,3	16	100,0
<i>Mãe com filhos/as</i>	4	3,9	48	47,1	8	7,8	18	17,6	14	13,7	10	9,8	102	100,0

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 43: População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado, segundo o sexo, por freguesia, em 2011

Unidade Geográfica	Nível de escolaridade																											
	Sem nível de escolaridade		Ensino pré-escolar				Básico 1º ciclo				Básico 2º ciclo				Básico 3º ciclo				Secundário/Pós-secundário				Superior					
	H		M		H		M		H		M		H		M		H		M		H		M					
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%				
Região Centro	191 642	16,8	274 504	21,1	28 527	2,5	82 862	6,4	314 032	27,6	326 478	25,1	165 237	14,5	132 674	10,2	198 977	17,5	171 442	13,2	150 243	13,2	159 055	12,2	91 132	8	152 339	11,7
CC-Figueira da Foz	4 680	15,5	7 322	20,7	799	2,6	2 642	7,5	7 263	24,1	8 314	23,5	4 146	13,7	3 365	9,5	5 845	19,4	4 759	13,4	4 611	15,3	4 469	12,6	2 830	9,4	4 521	12,8
FG-Alhadas	384	15,8	663	22,8	68	2,8	279	9,6	709	29,1	730	25,1	380	15,6	311	10,7	490	20,1	401	13,8	305	12,5	319	11	99	4,1	203	7
FG-Alqueidão	165	19,1	303	28,9	21	2,4	138	13,2	265	30,7	236	22,5	122	14,1	79	7,5	160	18,5	129	12,3	104	12	97	9,3	27	3,1	65	6,2
FG-Bom Sucesso	196	19,2	413	30,6	24	2,3	217	16,1	316	30,9	287	21,2	168	16,4	124	9,2	191	18,7	119	8,8	94	9,2	116	8,6	34	3,3	75	5,6
FG-Buarcos	1 112	13	1 744	16,5	210	2,5	632	6	1 601	18,8	2 359	22,3	976	11,4	907	8,6	1 667	19,5	1 452	13,7	1 602	18,8	1 597	15,1	1 370	16	1 996	18,8
FG-Ferreira-a-Nova	211	16,9	305	21,5	33	2,6	94	6,6	420	33,5	427	30	212	16,9	143	10,1	177	14,1	203	14,3	150	12	142	10	49	3,9	107	7,5
FG-Lavos	343	17,7	538	23,3	54	2,8	195	8,4	499	25,8	610	26,4	266	13,7	235	10,2	369	19,1	264	11,4	260	13,4	260	11,2	145	7,5	210	9,1
FG-Maiorca	202	15,4	360	24	25	1,9	158	10,5	370	28,2	385	25,6	230	17,5	181	12	259	19,7	191	12,7	168	12,8	145	9,6	60	4,6	83	5,5
FG-Marinha das Ondas	295	18,4	458	25,6	49	3,1	163	9,1	474	29,6	478	26,7	258	16,1	195	10,9	279	17,4	190	10,6	194	12,1	194	10,8	51	3,2	113	6,3
FG-Moinhos da Gândara	106	17,4	219	27,9	14	2,3	113	14,4	193	31,7	188	24	76	12,5	72	9,2	126	20,7	81	10,3	73	12	74	9,4	20	3,3	37	4,7
FG-Paião	230	15,5	464	24,5	30	2	234	12,3	478	32,2	472	24,9	175	11,8	135	7,1	269	18,1	227	12	215	14,5	192	10,1	86	5,8	172	9,1
FG-Quiaios	215	14,9	302	19,2	33	2,3	87	5,5	415	28,7	436	27,7	220	15,2	172	10,9	250	17,3	212	13,5	196	13,6	194	12,3	117	8,1	172	10,9
FG-São Pedro	253	17,3	351	22,1	39	2,7	98	6,2	371	25,4	407	25,6	229	15,7	175	11	294	20,1	228	14,4	190	13	192	12,1	84	5,8	136	8,6
FG-Tavarede	749	15,8	868	17,4	172	3,6	119	2,4	766	16,1	837	16,8	594	12,5	462	9,3	983	20,7	813	16,3	873	18,4	849	17	611	12,9	1 036	20,8
FG-Vila Verde	219	14,9	334	20,3	27	1,8	115	7	386	26,3	462	28,1	240	16,4	174	10,6	331	22,6	249	15,2	187	12,7	193	11,7	77	5,2	116	7,1

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 44: População residente empregada no concelho da Figueira da Foz, segundo a situação perante a profissão e o sexo, por freguesia, em 2011

Situação na profissão	Alhadas			Alqueidão			Bom Sucesso			Burcos			Ferreira-a-Nova			Lavos			Maiorca			Marinha das Ondas			Moinhos da Gândara			Paião			Quiaios			São Pedro			Tavarede			Vila Verde		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM			
<i>Empregador</i>	121	60	181	38	18	56	46	19	65	446	327	773	30	16	46	81	61	142	63	29	92	69	39	108	40	20	60	64	41	105	71	44	115	50	34	84	223	171	394	44	24	68
<i>Trabalhador por conta própria</i>	72	67	139	33	22	55	30	26	56	265	258	523	24	18	42	57	43	100	37	41	78	40	33	73	16	19	35	26	33	59	57	39	96	29	35	64	112	122	234	38	38	76
<i>Trabalhador familiar não remunerado</i>	1	9	10	2	5	7	3	8	11	13	25	38	1	6	7	2	11	13	2	10	12	4	6	10	1	4	5	1	4	5	3	6	9	1	0	1	2	7	9	4	3	7
<i>Trabalhador por conta de outrem</i>	843	706	1549	309	250	559	356	281	637	2726	2918	5644	272	206	478	673	511	1184	451	334	785	616	456	1072	199	166	365	368	324	692	479	474	953	495	461	956	1823	1808	3631	451	391	842
<i>Membro de uma cooperativa de produção</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	0	2	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Outra situação</i>	8	9	17	4	3	7	1	5	6	68	27	95	0	4	4	3	13	16	4	6	10	7	7	14	3	1	4	7	4	11	4	3	7	8	5	13	25	31	56	2	8	10
Total	846	682	1528	386	298	684	436	339	775	3519	3555	7074	327	250	577	818	639	1457	558	420	978	737	541	1278	259	210	469	466	406	872	614	566	1180	583	535	1118	2185	2139	4324	539	464	1003

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 45: População residente economicamente ativa (sentido restrito) e empregada no concelho da Figueira da Foz, segundo o ramo de atividade e o sexo, por freguesia, em 2011

Unidade Geográfica	População economicamente ativa												
	Total da População			Empregada									
	HM	H	M	Primário		Secundário		Terciário					
								Total		De natureza social		Relacionados com a atividade económica	
N.º	N.º	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Região Centro	1056225	553200	503025	35018	3,7	282800	30,1	622393	66,2	272878	29,0	349515	37,2
CC-Figueira da Foz	27953	14494	13459	858	3,5	7705	31,6	15838	64,9	6956	28,5	8882	36,4
FG-Alhadas	2244	1207	1037	24	1,3	711	37,5	1161	61,2	407	21,5	754	39,8
FG-Alqueidão	753	424	329	55	8,0	302	44,2	327	47,8	161	23,5	166	24,3
FG-Bom Sucesso	857	466	391	61	7,9	293	37,8	421	54,3	186	24,0	235	30,3
FG-Buarcos	8215	4059	4156	112	1,6	1691	23,9	5271	74,5	2483	35,1	2788	39,4
FG-Ferreira-a-Nova	1075	582	493	38	3,9	376	39,0	549	57,0	254	26,4	295	30,6
FG-Lavos	1657	913	744	94	6,5	560	38,4	803	55,1	355	24,4	448	30,7
FG-Maiorca	1132	628	504	54	5,5	328	33,5	596	60,9	285	29,1	311	31,8
FG- Marinha das Ondas	1414	806	608	165	12,9	551	43,1	562	44,0	155	12,1	407	31,8
FG- Moinhos da Gândara	512	276	236	31	6,6	169	36,0	269	57,4	100	21,3	169	36,0
FG-Paião	1311	986	325	45	3,7	460	38,3	697	58,0	325	27,0	372	30,9
FG-Quiaios	1320	680	640	11	0,9	431	36,5	738	62,5	301	25,5	437	37,0
FG-São Pedro	1314	677	637	116	10,4	360	32,2	642	57,4	250	22,4	392	35,1
FG-Tavarede	4925	2441	2484	42	1,0	1137	26,3	3145	72,7	1426	33,0	1719	39,8
FG-Vila Verde	1224	649	575	10	1,0	336	33,5	657	65,5	268	26,7	389	38,8

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 46: População residente e desempregada (sentido restrito) no concelho da Figueira da Foz, segundo as taxas de desemprego, procura do 1.º emprego e procura de novo emprego, por freguesia e sexo, em 2011

Unidade Geográfica	População			Taxa de desemprego			Diferencial	Taxa de procura do 1.º emprego			Taxa de procura de novo emprego		
	H	M	HM	H	M	HM		H	M	HM	H	M	HM
	N.º	N.º	N.º	%	%	%		%	%	%	%	%	%
<i>CC-Figueira da Foz</i>	1661	1891	3552	11,5	14,1	12,7	-2,6	16,1	19	17,6	83,9	81	82,4
<i>FG-Alhadas</i>	162	186	348	13,4	17,9	15,5	-4,5	17,3	25,3	21,6	82,7	74,7	78,4
<i>FG-Alqueidão</i>	38	31	69	13,4	17,6	15,4	-4,2	15,8	16,1	15,9	84,2	83,9	84,1
<i>FG-Bom Sucesso</i>	30	52	82	6,4	13,3	9,6	-6,9	23,3	11,5	15,9	76,7	88,5	84,1
<i>FG-Buarcos</i>	554	587	1141	13,7	14,1	13,9	-0,5	15,2	18,7	17	84,8	81,3	83
<i>FG-Ferreira-a-Nova</i>	50	62	112	8,6	12,6	10,4	-4	20	22,6	21,4	80	77,4	78,6
<i>FG-Lavos</i>	95	105	200	10,4	14,1	12,1	-3,7	21,1	14,3	17,5	78,9	85,7	82,5
<i>FG-Maiorca</i>	70	84	154	11,2	16,7	13,6	-5,5	11,4	27,4	20,1	88,6	72,6	79,9
<i>FG-Marinha das Ondas</i>	69	67	136	8,6	11	9,6	-2,5	13	13,4	13,2	87	86,6	86,8
<i>FG-Moinhos da Gândara</i>	17	26	43	6,2	11	8,4	-4,9	23,5	34,6	30,2	76,5	65,4	69,8
<i>FG-Paião</i>	50	59	109	7,3	9,4	8,3	-2,2	18	23,7	21,1	82	76,3	78,9
<i>FG-Quiaios</i>	66	74	140	9,7	11,6	10,6	-1,9	12,1	16,2	14,3	87,9	83,8	85,7
<i>FG-São Pedro</i>	94	102	196	13,9	16	14,9	-2,1	16	17,6	16,8	84	82,4	83,2
<i>FG-Tavarede</i>	256	345	601	10,5	13,9	12,2	-3,4	16,4	15,4	15,8	83,6	84,6	84,2
<i>FG-Vila Verde</i>	110	111	221	17	19,3	18,1	-2,4	15,5	21,6	18,6	84,5	78,4	81,4

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 47: Utentes do Gabinete de Inserção Profissional segundo as habilitações e a condição de procura de emprego, por sexo e grupo etário, em 2013

Grupos etários		Habilitações																	
		≤6.º ano				6.º ≥ ano e <9.º ano				≥9.º ano e <12.º ano				≥12.º ano				Total	
Condição de procura de emprego		H		M		H		M		H		M		H		M			
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
16-23 anos	1.º Emprego	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	2,4	12	14,1	5	5,9	25	29,4	41	48,2	85	100,0
	Novo Emprego	1	2,0	0	0,0	6	11,8	0	0,0	6	11,8	9	17,6	8	15,7	21	41,2	51	100,0
24-30 anos	1.º Emprego	1	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	22	34,4	41	64,1	64	100,0
	Novo Emprego	0	0,0	1	0,3	22	6,5	9	2,7	62	18,3	43	12,7	66	19,5	135	39,9	338	100,0
31-54 anos	1.º Emprego	0	0,0	1	5,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,9	7	41,2	8	47,1	17	100,0
	Novo Emprego	67	6,1	46	4,2	66	6,0	71	6,5	133	12,1	161	14,7	193	17,6	358	32,7	1095	100,0
> 55 anos	1.º Emprego	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
	Novo Emprego	15	13,8	11	10,1	10	9,2	6	5,5	21	19,3	15	13,8	13	11,9	18	16,5	109	100,0

Fonte: GIP, Câmara Municipal da Figueira da Foz

Quadro 48: População inativa por condição perante o trabalho e por sexo, em 2001 e 2011

<i>Unidade Geográfica</i>	Condição perante o trabalho																			
	2001										2011									
	Estudantes		Domésticos		Reformados		Incapacitados		Outros inativos		Estudantes		Domésticos		Reformados		Incapacitados		Outros inativos	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
	%		%		%		%		%		%		%		%		%		%	
<i>Região Centro</i>	21,1	15,0	0,3	27,7	63,1	48,3	6,8	4,3	8,7	4,7	18,3	13,4	0,6	18,2	67,5	58,3	4,3	2,8	9,3	7,3
<i>Figueira da Foz</i>	22,3	15,3	0,2	28,2	63,9	47,9	5,7	3,5	7,9	5,0	17,5	12,2	0,6	21,0	69,1	56,2	4,2	2,6	8,7	8,0

Fonte: INE, 2011 / PORDATA

Quadro 49: Utentes inscritos no concelho da Figueira da Foz, por unidade assistencial, grupo etário e sexo, em fevereiro de 2014

Grupo Etário	UCSP Figueira da Foz Norte					UCSP Figueira da Foz Sul					UCSP Figueira da Foz Urbana					USF Buarcos					USF São Julião				
	H		M		T	H		M		T	H		M		T	H		M		T	H		M		T
	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%	
28D-11M	19	46,3	22	53,7	41	33	50	33	50	66	46	44,7	57	55,3	103	49	57	37	43	86	33	68,8	15	31,3	48
12M-23M	23	47,9	25	52,1	48	49	45,4	59	54,6	108	74	53,6	64	46,4	138	45	47,4	50	52,6	95	33	61,1	21	38,9	54
24M-4A	107	58,8	75	41,2	182	148	50	148	50	296	196	44,4	245	55,6	441	167	50	167	50	334	134	57,3	100	42,7	234
5A-6A	69	47,6	76	52,4	145	111	51,6	104	48,4	215	174	56,7	133	43,3	307	148	57,4	110	42,6	258	76	51,7	71	48,3	147
7A-14A	353	51,3	335	48,7	688	583	52,6	526	47,4	1109	850	53,5	738	46,5	1588	486	51,9	450	48,1	936	400	49,3	411	50,7	811
15A-19A	266	51,3	253	48,7	519	344	51,1	329	48,9	673	526	51,2	501	48,8	1027	270	52,2	247	47,8	517	272	50,9	262	49,1	534
20A-24A	259	51,1	248	48,9	507	364	54,3	306	45,7	670	558	51,4	528	48,6	1086	285	50,2	283	49,8	568	231	51	222	49	453
25A-29A	342	53	303	47	645	384	51,3	364	48,7	748	673	50,8	651	49,2	1324	260	43,8	334	56,2	594	212	47,5	234	52,5	446
30A-34A	373	51,5	351	48,5	724	516	52,1	474	47,9	990	803	51,1	768	48,9	1571	401	47,3	446	52,7	847	310	48,7	327	51,3	637
35A-39A	492	54	419	46	911	595	49,9	597	50,1	1192	885	51,4	838	48,6	1723	479	46,9	542	53,1	1021	393	49,2	405	50,8	798
40A-44A	416	51,5	391	48,5	807	571	51,1	546	48,9	1117	793	48,7	837	51,3	1630	404	45,6	481	54,4	885	398	47,2	446	52,8	844
45A-49A	452	51,1	433	48,9	885	556	51,4	525	48,6	1081	781	48,8	818	51,2	1599	349	45,4	420	54,6	769	378	47,4	420	52,6	798
50A-54A	408	48,7	430	51,3	838	547	49,7	554	50,3	1101	812	49,3	834	50,7	1646	348	48,9	364	51,1	712	291	45,7	346	54,3	637
55A-59A	462	50,7	449	49,3	911	544	51,6	510	48,4	1054	822	48,2	883	51,8	1705	385	47	434	53	819	331	48	358	52	689
60A-64A	395	49	411	51	806	496	48,1	535	51,9	1031	750	48,2	806	51,8	1556	298	48,6	315	51,4	613	269	44,6	334	55,4	603
65A-69A	365	46,8	415	53,2	780	459	46,8	521	53,2	980	651	47,5	720	52,5	1371	237	46,7	270	53,3	507	255	41,7	357	58,3	612
70A-74A	329	43	436	57	765	417	46,5	480	53,5	897	501	46,6	573	53,4	1074	182	45,7	216	54,3	398	184	37,8	303	62,2	487
75A-79A	290	42,9	386	57,1	676	329	41,5	463	58,5	792	442	42,7	594	57,3	1036	145	43,2	191	56,8	336	198	39,2	307	60,8	505
80A-84A	195	43	258	57	453	247	37,6	410	62,4	657	268	36,5	466	63,5	734	84	29,9	197	70,1	281	120	33,8	235	66,2	355
85A-89A	73	28,4	184	71,6	257	154	35,8	276	64,2	430	138	33,7	271	66,3	409	51	30,9	114	69,1	165	76	31	169	69	245
>=90A	29	26,1	82	73,9	111	52	24,5	160	75,5	212	72	32	153	68	225	17	26,6	47	73,4	64	33	29,5	79	70,5	112
Total	5717	48,9	5982	51,1	11699	7499	48,6	7920	51,4	15419	10815	48,5	11478	51,5	22293	5090	47,1	5715	52,9	10805	4627	46	5422	54	10049

Fonte: ACES BM

Quadro 50: População residente com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido, em 2011

Unidade Geográfica	Ver				Ouvir				Andar ou subir degraus				Memória ou concentração				Tomar banho ou vestir-se sozinho/a				Compreender os outros ou fazer-se compreender			
	H		M		H		M		H		M		H		M		H		M		H		M	
Grau de dificuldade sentido	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<i>Região Centro</i>																								
<i>Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação</i>	977619	48,9	1020223	51,1	1000051	47,9	1089239	52,1	970191	49,2	1001172	50,8	998169	48,4	1062392	51,6	1015980	48,3	1089554	51,7	1017848	47,9	1106953	52,1
<i>Tem muita dificuldade em efetuar a ação</i>	82155	36	145953	64	59860	43,7	76981	56,3	82145	35,4	149637	64,6	54888	37,5	91403	62,5	31667	36,8	54359	63,2	37942	42,1	52107	57,9
<i>Não consegue efetuar a ação</i>	2906	43,2	3824	56,8	2769	42,3	3780	57,7	10344	35	19191	65	9623	37,3	16205	62,7	15033	36,6	26087	63,4	6890	38,6	10940	61,4
<i>Figueira da Foz</i>																								
<i>Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação</i>	25915	48,5	27479	51,5	26333	47,3	29371	52,7	25610	49,1	26593	50,9	26332	48,1	28412	51,9	26875	47,9	29255	52,1	26805	47,4	29708	52,6
<i>Tem muita dificuldade em efetuar a ação</i>	2138	34,9	3991	65,1	1723	45	2103	55	2196	33,4	4383	66,6	1521	36,5	2646	63,5	785	33,5	1557	66,5	1127	42,3	1538	57,7
<i>Não consegue efetuar a ação</i>	81	35,5	147	64,5	78	35,3	143	64,7	328	33,8	641	66,2	281	33,5	559	66,5	474	37,1	805	62,9	202	35,3	371	64,7

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro 51: População toxicodependente acompanhada pela Equipa de Tratamento da Figueira da Foz, por freguesia, segundo o grupo etário e o sexo, em 2013

Freguesia	0-15				16-20				21-30				31-40				41-50				51-60				61-70				>70		Total			
	H		M		H		M		H		M		H		M		H		M		H		M		H		M		H	M				
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º				
<i>Alhadas</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,7	2	0,5	7	1,6	3	0,7	9	2,1	1	0,2	2	0,5	3	0,7	0	0	0	0	0	0	0	0	21	9
<i>Alqueidão</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,2	0	0	0	0	0	0	1	0,2	0	0	1	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
<i>Bom Sucesso</i>	0	0	0	0	0	0	1	0,2	0	0	0	0	3	0,7	0	0	0	0	0	0	2	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1
<i>Buarcos</i>	2	0,5	0	0	6	1,4	0	0	12	2,7	5	1,1	47	10,7	9	2,1	52	11,9	15	3,4	29	6,6	11	2,5	1	0,2	0	0	1	0,2	0	0	150	40
<i>Ferreira-a-Nova</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<i>Lavos</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,7	1	0,2	9	2,1	2	0,5	6	1,4	2	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	5
<i>Maiorca</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,5	1	0,2	14	3,2	1	0,2	9	2,1	1	0,2	5	1,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	3
<i>Marinha das Ondas</i>	0	0	0	0	1	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,7	2	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2
<i>Moinhos da Gândara</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Paião</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,5	0	0	1	0,2	0	0	2	0,5	1	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1
<i>Quiaios</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	1,6	2	0,5	2	0,5	0	0	1	0,2	1	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	10	3
<i>São Pedro</i>	0	0	0	0	2	0,5	0	0	2	0,5	2	0,5	10	2,3	3	0,7	8	1,8	1	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	6
<i>Tavarede</i>	0	0	0	0	3	0,7	0	0	3	0,7	1	0,2	9	2,1	4	0,9	11	2,5	3	0,7	2	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	8
<i>Vila Verde</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0,9	2	0,5	6	1,4	0	0	2	0,5	1	0,2	1	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	3
Total	2	0,5	0	0	13	3	1	0,2	38	8,7	14	3,2	131	30	29	6,7	116	26,7	28	6,3	46	10,5	15	3,4	4	0,9	0	0	1	0,2	0	0	310	82

Fonte: ARS Centro, IP/CRI Coimbra

Anexo 2 – Caracterização dos/as Entrevistados/as

Caraterização dos/as Entrevistados/as das Entrevistas Individuais

<i>Identificação</i>	<i>Sexo</i>	<i>Cargos ocupados</i>
<i>Entrevistado/a 1</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 2</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 3</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 4</i>	Masculino	Conselheiro Local para a Igualdade
<i>Entrevistado/a 5</i>	Feminino	Conselheira Local para a Igualdade
<i>Entrevistado/a 6</i>	Masculino	Presidente da Autarquia
<i>Entrevistado/a 7</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia

Caraterização dos/as Entrevistados/as dos Focus Groups

<i>Identificação</i>	<i>Sexo</i>	<i>Cargos ocupados</i>
<i>Entrevistado/a 8</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 9</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 10</i>	Masculino	Chefe de Divisão
<i>Entrevistado/a 11</i>	Feminino	Conselheira Local para a Igualdade
<i>Entrevistado/a 12</i>	Masculino	Força de Segurança
<i>Entrevistado/a 13</i>	Masculino	Força de Segurança
<i>Entrevistado/a 14</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 15</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 16</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 17</i>	Feminino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 18</i>	Feminino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 19</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 20</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 21</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 22</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 23</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 24</i>	Masculino	Presidente Junta de Freguesia
<i>Entrevistado/a 25</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 26</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 27</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 28</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 29</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 30</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 31</i>	Feminino	Técnica Superior
<i>Entrevistado/a 32</i>	Feminino	Técnica Superior

Anexo 3 – Guiões das Entrevistas

Guião de Entrevista Presidente do Município

1. Quais as situações de desigualdade de género que identifica no concelho?
2. Identifique as principais características do concelho que, na sua opinião, condicionam, de forma positiva, uma efetiva igualdade de género.
3. Qual é a sua opinião sobre as medidas de combate a esta desigualdade que existem no nosso país?
4. Enquanto Presidente do Município, qual é o balanço que faz da implementação de algumas destas medidas no concelho?
5. Que balanço faz do diagnóstico municipal da igualdade que foi elaborado ao nível do contexto interno do Município?
6. Qual a importância que dá, no quadro das suas prioridades políticas, à elaboração e implementação do Plano Municipal para a Igualdade no concelho?
7. Na sua opinião, que outras ações/medidas deveriam ser implementadas para diminuir a desigualdade de género?
8. Que reivindicações de medidas que promovam a igualdade têm sido feitas pelas cidadãs e cidadãos do concelho?
9. Diga-me se concorda ou discorda das seguintes afirmações, justificando a sua resposta:
 1. As desigualdades de género nas condições de trabalho têm diminuído.
 2. A oportunidade de participação política é igual para os homens e para as mulheres.
 3. Os equipamentos de apoio à família existentes no concelho são suficientes.
 4. As situações de violência de género no concelho diminuíram.
 5. As acessibilidades e redes de transporte do concelho facilitam a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.
10. Como talvez o Sr. Presidente saiba, tenho andado a fazer entrevistas a presidentes das juntas de freguesia do concelho. No decurso destas entrevistas, tenho recolhido testemunhos variados. Gostava que comentasse os que a seguir lhe vou ler:
 1. “Este país devia ser governado é por mulheres.”
 2. [relativamente à implementação de medidas de combate à desigualdade de género] “As medidas, do meu ponto de vista, são meramente políticas, porque tem que ser feito algo... e as reações que tomam é quase tipo obrigação... ainda não foram feitas sessões de esclarecimento... de dar conhecimento às pessoas que os homens e as mulheres são iguais. E uma das coisas que fazem, que não acho correta, são as quotas.”
 3. [relativamente à implementação de medidas de combate à desigualdade de género] “Aqueles que dizem que sim, que devia ser feito, se calhar são aqueles que estão menos interessados em que se faça, porque se calhar o lugar deles...há mulheres muito perspicazes, muito muito inteligentes.”
 4. [relativamente às famílias monoparentais masculinas] “O facto de o homem ser obrigado, entre outras, a cuidar do filho, já é capaz de mexer com ele e pensar que as mulheres são mesmo precisas, que a mulher é igual ao homem.”
 5. “Os homens não fazem mais [em casa] por vergonha, a tal masculinidade que se pode perder, e não é perante eles, é perante os outros.”
 6. “A partir do momento em que as mulheres começaram a ter o seu emprego, o seu ordenado, então começaram a ser iguais.”
 7. “Em situação de igualdade remuneratória, porque é que as mulheres por vezes são despedidas? Porque as mulheres têm a maternidade às costas.”

Guião de entrevista Conselheiro Local para a Igualdade

1. Há quanto tempo tomou posse do cargo de conselheiro local para a igualdade?
2. Qual o papel do CLI no município?
3. Que contributo pode o CLI dar para que haja maior igualdade de género?
4. Quais as situações de desigualdade de género que identifica no concelho?
5. Diga-me se concorda ou discorda das seguintes afirmações, justificando a sua resposta:
 1. As desigualdades de género nas condições de trabalho têm diminuído.
 2. A oportunidade de participação política é igual para os homens e para as mulheres.
 3. Os equipamentos de apoio à família existentes no concelho são suficientes.
 4. As situações de violência de género no concelho diminuíram.
 5. As acessibilidades e redes de transporte do concelho facilitam a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.
6. Identifique as principais características do concelho que, na sua opinião, condicionam, de forma positiva, uma efetiva igualdade de género.
7. Identifique as principais características do concelho que, na sua opinião, condicionam, de forma negativa, uma efetiva igualdade de género.
8. Qual é a sua opinião sobre as medidas de combate a esta desigualdade que existem no nosso país?
9. Enquanto CLI, qual é o balanço que faz da implementação de algumas destas medidas no seu território?
10. Na sua opinião, que ações/medidas deveriam ser implementadas para diminuir a desigualdade de género?
11. Que reivindicações de medidas que promovam a igualdade têm sido feitas pelas cidadãs e cidadãos do Concelho?
12. Como avalia a ação das organizações que promovem a igualdade no concelho?

Guião de Entrevista Presidentes Juntas de Freguesia

1. Quais as situações de desigualdade entre homens e mulheres que identifica na sua freguesia e/ou no concelho da Figueira da Foz?
2. O que entende por desigualdade entre homens e mulheres?
3. O que pensa que a junta de freguesia pode fazer para que haja maior igualdade entre homens e mulheres?
4. Qual é a sua opinião sobre as medidas de combate a esta desigualdade que existem no nosso país?
5. Enquanto autarca, qual é o balanço que faz da implementação de algumas destas medidas no seu território?
6. Vou dizer-lhe algumas frases e pedir-lhe que me diga se concorda ou discorda de cada uma das afirmações, e que explore as razões da discordância ou da concordância expressa:
 1. As juntas de freguesia devem promover igualdade entre homens e mulheres, porque faz parte do seu papel social
 2. A igualdade de homens e mulheres é uma tarefa que cabe ao Estado central e não às juntas de freguesia
 3. Promover a igualdade entre homens e mulheres tem custos que a junta não consegue suportar
 4. Promover a igualdade entre homens e mulheres tem ganhos em termos de imagem para a junta de freguesia
 5. Há problemas na sociedade portuguesa que são de mais urgente atuação do que as desigualdades entre mulheres e homens

Guião Focus Group FMCI

1. Quais as situações de desigualdade de género que identificam no concelho da Figueira da Foz?
2. O que entendem por desigualdade de género?
3. O que pensa que o Município pode fazer para que haja maior igualdade de género?
4. Qual é a vossa opinião sobre as medidas de combate a esta desigualdade que existem no nosso país?
5. Quais são os balanços que fazem da implementação de algumas destas medidas no concelho?
6. Que reivindicações de medidas que promovam a igualdade têm sido feitas pelas cidadãs e cidadãos do concelho?
7. Qual a importância da implementação do Plano Municipal para a Igualdade no concelho?
8. Vou dizer-vos algumas frases e pedir-vos que me digam se concordam ou discordam de cada uma das afirmações:
 1. As desigualdades de género nas condições de trabalho têm diminuído.
 2. A oportunidade de participação política é igual para os homens e para as mulheres.
 3. Os equipamentos de apoio à família existentes no concelho são suficientes.
 4. As situações de violência de género no concelho diminuíram.
 5. As acessibilidades e redes de transporte do concelho facilitam a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Guião *Focus Group* Presidentes Juntas de Freguesia

1. Quais as situações de desigualdade de género identificam no concelho da Figueira da Foz?
2. O que entendem por desigualdade de género?
3. Qual é a vossa opinião sobre as medidas de combate a esta desigualdade que existem no nosso país?
4. Quais são os balanços que fazem da implementação de algumas destas medidas no concelho?
5. Quais as medidas que a autarquia poderia lançar para melhorar a situação dos homens e das mulheres no concelho?
6. Que reivindicações de medidas que promovam a igualdade têm sido feitas pelas cidadãs e cidadãos do concelho?
7. Qual a importância da implementação do Plano Municipal para a Igualdade no concelho?
8. Vou dizer-vos algumas frases e pedir-vos que me digam se concordam ou discordam de cada uma das afirmações:
 1. As desigualdades de género nas condições de trabalho têm diminuído.
 2. A oportunidade de participação política é igual para os homens e para as mulheres.
 3. A lei da paridade veio permitir a igualdade entre os sexos nas listas de candidaturas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais.
 4. Os equipamentos de apoio à família existentes no concelho são suficientes.
 5. As situações de violência de género no concelho diminuíram.
 6. As acessibilidades e redes de transporte do concelho facilitam a conciliação entre a vida familiar e profissional.
9. No decurso das entrevistas que eu tenho feito, tenho recolhido testemunhos variados. Gostava que comentassem os que a seguir vou ler:
 1. “Este país devia ser governado é por mulheres.”
 2. [relativamente à implementação de medidas de combate à desigualdade de género] “As medidas, do meu ponto de vista, são meramente políticas, porque tem que ser feito algo... e as reações que tomam é quase tipo obrigação... ainda não foram feitas sessões de esclarecimento... de dar conhecimento às pessoas que os homens e as mulheres são iguais. E uma das coisas que fazem, que não acho correta, são as quotas.”
 3. [relativamente à implementação de medidas de combate à desigualdade de género] “Aqueles que dizem que sim, que devia ser feito, se calhar são aqueles que estão menos interessados em que se faça, porque se calhar o lugar deles...há mulheres muito perspicazes, muito muito inteligentes.”
 4. [relativamente às famílias monoparentais masculinas] “O facto de o homem ser obrigado, entre aspas, a cuidar do filho, já é capaz de mexer com ele e pensar que as mulheres são mesmo precisas, que a mulher é igual ao homem.”
 5. “Os homens não fazem mais [em casa] por vergonha, a tal masculinidade que se pode perder, e não é perante eles, é perante os outros.”
 6. “A partir do momento em que as mulheres começaram a ter o seu emprego, o seu ordenado, então começaram a ser iguais.”
 7. “Em situação de igualdade remuneratória, porque é que as mulheres por vezes são despedidas? Porque as mulheres têm a maternidade às costas.”

Guião *Focus Group* Profissionais da Área da Ação Social

1. Quais as situações de desigualdade de género identificam no concelho da Figueira da Foz?
2. O que entendem por desigualdade de género?
3. Qual é a vossa opinião sobre as medidas de combate a esta desigualdade que existem no nosso país?
4. Quais são os balanços que fazem da implementação de algumas destas medidas no concelho?
5. Quais as medidas que a autarquia poderia lançar para melhorar a situação dos homens e das mulheres no concelho?
6. Que reivindicações de medidas que promovam a igualdade têm sido feitas pelas cidadãs e cidadãos do concelho?
7. Qual a importância da implementação do Plano Municipal para a Igualdade no concelho?
8. Vou dizer-vos algumas frases e pedir-vos que me digam se concordam ou discordam de cada uma das afirmações:
 1. As desigualdades de género nas condições de trabalho têm diminuído.
 2. A oportunidade de participação política é igual para os homens e para as mulheres.
 3. A lei da paridade veio permitir a igualdade entre os sexos nas listas de candidaturas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais.
 4. Os equipamentos de apoio à família existentes no concelho são suficientes.
 5. As situações de violência de género no concelho diminuíram.
 6. As acessibilidades e redes de transporte do concelho facilitam a conciliação entre a vida familiar e profissional.
9. No decurso das entrevistas que eu tenho feito, tenho recolhido testemunhos variados. Gostava que comentassem os que a seguir vou ler:
 1. “Este país devia ser governado é por mulheres.”
 2. [relativamente à implementação de medidas de combate à desigualdade de género] “As medidas, do meu ponto de vista, são meramente políticas, porque tem que ser feito algo... e as reações que tomam é quase tipo obrigação... ainda não foram feitas sessões de esclarecimento... de dar conhecimento às pessoas que os homens e as mulheres são iguais. E uma das coisas que fazem, que não acho correta, são as quotas.”
 3. [relativamente à implementação de medidas de combate à desigualdade de género] “Aqueles que dizem que sim, que devia ser feito, se calhar são aqueles que estão menos interessados em que se faça, porque se calhar o lugar deles...há mulheres muito perspicazes, muito muito inteligentes.”
 4. [relativamente às famílias monoparentais masculinas] “O facto de o homem ser obrigado, entre aspas, a cuidar do filho, já é capaz de mexer com ele e pensar que as mulheres são mesmo precisas, que a mulher é igual ao homem.”
 5. “Os homens não fazem mais [em casa] por vergonha, a tal masculinidade que se pode perder, e não é perante eles, é perante os outros.”
 6. “A partir do momento em que as mulheres começaram a ter o seu emprego, o seu ordenado, então começaram a ser iguais.”
“Em situação de igualdade remuneratória, porque é que as mulheres por vezes são despedidas? Porque as mulheres têm a maternidade às costas.”